



República de Angola

*

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA

ISCED – HUÍLA

**O IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO DA EXPANSÃO DO ISLAMISMO NA
CIDADE DO LUBANGO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA DE ÁFRICA

AUTOR: Justino Catumbela Sebastião

Lubango, 2022



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED – HUÍLA

**O IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO DA EXPANSÃO DO ISLAMISMO
NA CIDADE DO LUBANGO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA DE
ÁFRICA**

Autor: Justino Catumbela Sebastião

Orientador: Professor Doutor Alfredo Vieira

Lubango, 2022

Dedicatória

Com muito apreço e estima este trabalho é dedicado, primeiramente a Família que faz parte de mim: a minha esposa Teresa Sebastião, os meus filhos Juliana Sebastião, Herodina Sebastião, António Sebastião, Martulino Sebastião, Alfredo Sebastião, Valentino Sebastião e Francisca Hapapa e à família na qual faço parte: com destaque aos Pais, Venâncio Cipriano e João Camoço, às minhas mães Valentina Jonas e Mariana Canjala; aos meus irmãos de sangue Sebastião, Jonas, Cipriano e Sambango e em Cristo; aos três companheiros da vida Elias, Jorge e Lewis.

Em último lugar, dedico de forma especial à dois Pais, cujos nomes deixo apagados nesta página que, mesmo ausentes continuam presentes.

Agradecimentos

“Uti umosi kautungi ofeka” (uma só árvore não constrói uma cidade).

Ninguém se realiza por si só. Este trabalho é fruto de muitos entes, por isso minha gratidão é dirigida primeiramente, a Deus Todo Poderoso que foi o integral providente deste trabalho, à minha família, em especial minha esposa que foi a impulsionadora, conselheira, alento desta demanda, sem me esquecer dos meus filhos que entenderam a missão e a intercessora permanente, a minha Mãe, aos meus irmãos que me incentivaram a seguir este caminho tenebroso, mas com frutos doces.

Na esfera académica, a minha gratidão vai ao Professor Doutor Alicerces Bahú, pelo encorajamento e abertura, e a todos os professores que com argúcia, partilharam seus saberes e orientaram nossas aprendizagens; ao Professor Doutor Joaquim Cacumba pelo exemplo, aos colegas de curso pelo incentivo, apoio moral e académico, e a toda equipa da Coordenação dos Mestrados pela amabilidade.

Minha gratidão aos colegas de trabalho do Magistério Secundário Comandante Liberdade em especial ao Mestre Francisco Tchicolomuenho pelos conselhos, aos mestres companheiros Albino Daniel e Domingos Andito pelo apoio incondicional que prestaram neste trabalho, e a todos que ajudaram directa ou indirectamente.

E, por último, o Avó deste trabalho, o Professor Doutor Alfredo Vieira que com paciência e sapiência orientou este trabalho com uma simplicidade profunda e clara e, um silêncio inspirador, que compreendeu, não só o trabalho, mas, as minhas deficiências e ajudou a superá-las. O meu muito obrigado por tudo, Professor: *pandu, pandu!*

Resumo

A religião constitui uma das dimensões fundamentais da existência da humanidade, senão mesmo a que mais distingue o ser humano dos seres irracionais. É através dela que o homem se liga ao sobrenatural. No percurso da existência histórica do homem já se afirmou que ela existe, mas houve quem a tomou como um simples sentimento ou instinto, muitas vezes tida como uma criação do homem, usada para a alienação. O certo é que ela começou como uma concepção de crenças míticas que evoluiu de politeísta à monoteísta, organizada de forma universal e, desde sempre, influenciou o comportamento do homem consigo mesmo, com o outro, por causa do outro, além do mundo. Neste âmbito que este trabalho de investigação, em três capítulos, debruça-se sobre a maneira como uma das religiões, o islamismo, a partir do fulcro da essência doutrinária determinada pelos seus princípios consagrados no seu livro sagrado, determina o relacionamento com os outros semelhantes na pretensão de uma expansão universal, de forma específica na cidade do Lubango; aborda, de igual modo, as estratégias e factores de expansão numa perspectiva comparativa histórica sem olvidar o impacto quer social, quer económico alcançado e, finalmente, trata também da possibilidade de coexistência com outras religiões ou confissões religiosas.

Palavras-chaves: Angola, Expansão, Impacto, Islamismo, Lubango.

Abstract

The religion constitutes one of the fundamental dimensions of the humanity's existence, one of the which, if not the one that more moves away the irrational beings' human being. It is through her that the man links to the supernatural. In the course of the man's historical existence, it was already affirmed that her that exists, but there was who took her/it as a simple feeling or instinct, a lot of times had as a creation of the man used for alienation. The right is that she began as a conception of mythical faiths that it developed of polytheists the organized monotheist in a universal way and of this it always influenced the man's behaviour get even with the other because of the Other besides the world. It is in this extent, that this investigation work in three chapters leans over on the way as one of the religions, the islamism, starting from the fulcrum of the essence would indoctrinate certain for their beginnings consecrated in his/her sacred book determines the relationship with the other fellow creatures in the pretension of an expansion universal in a specific way in the city of Lubango, it approaches, of equal way, the strategies and expansion factors in a historical comparative perspective without forgetting the impact wants social, he/she wants reached economical and, finally it treats about the coexistence possibility with other religions or religious confessions.

Word-key: Angola, Expansion, Impact, islamism Lubango.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
i. Quadro Metodológico	3
ii. Definição e delimitação do tema.....	5
iii. Motivação da Escolha do Tema e Objecto da Investigação	5
iv. Objectivos.....	5
v. Problema	6
vi. Hipóteses da Investigação	6
vii. Importância da Investigação	7
viii. Estado da arte.....	7
CAPÍTULO I: O ISLAMISMO E A PRODUÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1. Compreendendo o islamismo.....	11
1.1.1 Definição de alguns termos	11
1.2. Surgimento do islamismo	13
1.3. Maomé, o profeta	14
1.4. O lugar do islamismo entre as religiões monoteístas.....	16
1.5. Livros importantes do islamismo	19
1.5.1. Alcorão ou Corão.....	19
1.5.2. Suna (<i>Sunnah</i>).....	23
1.5.3. Hadite (<i>Hadith</i>).....	23
1.5.4. Charia (<i>Sharia</i>)	23
1.6. Pilares da doutrina islâmica	25
1.6.1. O credo da fé (<i>Shaahada</i>).....	25
1.6.2. A oração (<i>Al- Salaat</i>)	25
1.6.3. Esmolas (<i>Zakat</i>).....	25
1.6.4. Jejum (<i>sawm</i>)	25
1.6.5. A peregrinação a Meca (<i>Al Hajj</i>).....	26
1.7. Classificação do islamismo	26
1.8. Bases corânicas da violência islâmica	28
1.9. A expansão do islamismo e a expansão do terrorismo	31
Conclusão do capítulo I.....	33
CAPITULO II: O IMPACTO DO ISLAMISMO NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÓMICO NA CIDADE DO LUBANGO.....	34
2.1. O islamismo em África	35

2.2. Percurso analógico histórico do islamismo em Angola, Nigéria e Moçambique.	36
2.2.1. A Nigéria.....	37
2.2.2. Moçambique	39
2.2.3. O islamismo em Angola	41
2.3. O islamismo nas entranhas da cidade do Lubango: Estratégia e Processo de Integração	42
2.4. Factores que influenciaram a expansão do islamismo do islão na cidade do Lubango.....	44
2.4.1. Factores externos	46
2.4.2. Factores internos	48
2.4.3. O papel das organizações islâmicas em Angola	53
2.5. Impacto da expansão do islamismo na cidade do Lubango.....	55
2.5.1. Impacto social.....	56
2.5.2. Impacto económico.....	57
Conclusão do Capítulo II	64
CAPITULO III: POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA ENTRE O ISLAMISMO E OUTRAS RELIGIÕES	65
3.1. Possibilidade de coexistência entre o islamismo e o cristianismo.....	66
3.2. Pressupostos ou estratégias para coexistência e convivência pacífica entre as religiões.....	69
3.2.1. Coexistência pacífica segundo o Alcorão ou islamismo	70
3.2.2. Coexistência pacífica segundo a Bíblia Sagrada.....	71
3.2.3. A tolerância, chave para coabitação pacífica inter-religiosa	72
3.3. Desafios da coexistência pacífica entre as religiões	74
3.4. Posicionamento actual face a expansão do islamismo	75
Conclusões do capítulo III.....	77
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	78
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	82
ANEXOS	90

Índice dos gráficos

Figura 1: Distribuição da religião em Angola.....	41
Figura 2: Religiões praticadas na província da Huíla.	44

LISTA DE SIGLAS

AAS – Associação Ansar Sunna.

ABA - Associação de Beneficência em Angola.

AEA – Aliança Evangélica de Angola

AIDA – Associação Islâmica para o Desenvolvimento de Angola.

ALMUA – Aliança Muçulmana de Angola.

AMA - Africa Muslin Agency.

AMMA – Associação das Mulheres Muçulmanas em Angola.

CACM – Comunidade Angolana dos Crentes Muçulmanos.

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé

CDRIA/DAWAH-ANGOLA - Comunidade de Divulgação da Religião Islâmica em Angola.

CICA – Conselho da Igrejas Cristãs de Angola

CID – Centro Islâmico de Documentação.

CISLANG/CISA - Comunidade Islâmica de Angola.

COIA – Comunidade Islâmica de Angola.

CRA – Constituição da República de Angola

CRIA – Comunidade da Religião Islâmica de Angola.

EUA – Estados Unidos da América.

IESA – Igreja Evangélica Sinodal de Angola.

INAR – Instituto Nacional dos Assuntos Religiosos.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

ISTEL – Instituto Superior de Teologia Evangélica do Lubango

JIA – Juventude Islâmica de Angola.

LIA – Liga Islâmica de Angola.

OCIFU – Organização Cristã das Igrejas do Futuro.

ONU – Organização das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

Introdução

A religião, desde os primórdios, sempre acompanhou a existência humana. Na sua forma mais elementar serviu como o fundamento da explicação dos entes e fenômenos sobre os quais o homem não tinha uma resposta racional ou plausível. Num estágio mais complexo, além do escopo anterior, tem servido como o elo mais forte entre os seres humanos, uma dimensão na sua totalidade inexplicável mas que tem revolucionado a história da humanidade, elevando o homem a experimentar estádios elevados de felicidade, prosperidade, crescimento e desenvolvimento. Mas também, por outro lado, tem sido uma arma capaz de destruir nações, mudar e moldar paradigmas, um instrumento poderoso benfeitor, mas também nefasto, fruto da sua diversidade e do poder ligado ao sobrenatural.

Este fenómeno ligado ao *nôumeno* é universal e Angola não é excepção. Além de ter que lidar nos tempos hodiernos com os desafios, a afirmação da diplomacia internacional, a luta contra a corrupção, o retorno de capitais mal adquiridos, a diversificação da economia, entre outros, precisa ainda lidar com a reorganização das manifestação religiosas.

É neste âmbito que este estudo se enquadra: na reflexão sobre os contornos da religião em Angola, mormente a islâmica, suas implicações na sociedade e cultura, sobretudo na cidade do Lubango, sem, no entanto, promover a xenofobia religiosa. Pretende-se com este trabalho de pesquisa, despertar nos mais diversos seguimentos da sociedade angolana no geral e na sociedade huilana em particular, a necessidade de se avaliar e evitar os perigos que tal fenómeno acarreta de forma implícita, à semelhança do que aconteceu na Nigéria e Moçambique.

Pois sabe-se que, por natureza, o islamismo é uma religião universalista, que tende a impor-se em todos os países onde se estabelece, usando várias estratégias, daí ser uma religião que mais cresce no planeta. Por isso, uma reflexão séria sobre este fenómeno universalista e imparável se impõe, no que diz respeito ao seu impacto.

i. Quadro Metodológico

A pesquisa consiste em “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (Marconi & Lakatos 2003, p. 155), A busca pela verdade pressupõe a utilização de métodos aprovados e adequados para que a mesma alcance a cientificidade exigida. Desta forma, este trabalho de investigação, segundo a doutrina metodológica, enquandra-se no tipo de investigação predominantemente qualitativa, pois que, segundo Mendes (2017, p. 66) “na pesquisa qualitativa, o objecto de estudo não pode ser medido por números. Por exemplo, a análise de crenças, situações, a natureza de algo, o valor de um grupo, teorias, etc”.

Neste trabalho, a metodologia usada permitiu fazer uma incursão histórica sobre o mundo islâmico para aferir até que ponto o substrato doutrinário é determinante no procedimento de seus seguidores, como se processa o carácter universalista desta religião comparativamente entre alguns pontos geográficos, sem descurar a possibilidade da coexistência entre as diferentes religiões. Para tal, foram usados, eminentemente, os métodos Histórico, comparativo, pesquisa bibliográfica, a observação, a entrevista e o fenomenológico:

Método histórico - Este método “Consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (Marconi e Lakatos 2003, p. 107), entende-se que os factos históricos guardam consigo conhecimentos que ajudam a aclarar factos actuais. Neste trabalho usou-se este método com tal finalidade, a de analisar a essência do islamismo a partir dos livros sagrados e do percurso histórico.

Método comparativo - De acordo com Prodanov & Freitas (2013, p. 38), “esse método realiza comparações com o objectivo de verificar semelhanças e explicar divergências. O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenómenos, permite analisar dados concretos, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes”. E, neste trabalho, foi útil para comparar as estratégias de expansão usadas em outros países africanos.

Pesquisa bibliográfica: este tipo de pesquisa consiste na recolha de dados/informações relativas a um assunto já estudado por autores especialistas na

área (Nkuansambu, 2018, p. 41). Atendendo que nenhum trabalho de investigação, a este nível, é totalmente novo, este método serviu para fazer uma análise acerca do islamismo no contexto da cidade do Lubango, que apesar de escasso, foi muito útil para ter uma visão panorâmica sobre o mesmo fenómeno a nível de Angola, de África e do mundo. Serviu ainda para avaliar as tendências e as estratégias da expansão do islamismo, permitindo fazer uma analogia prognóstica com base no cruzamento dos dados obtidos a partir das observações realizadas.

Observação: em virtude da pesquisa de campo como o meio de recolher informações e conhecimentos acerca do objecto de estudo, tendo em vista a correlação entre o comércio e a expansão do islamismo, utilizou-se a observação indirecta, que “consiste na constatação de factos e fenómenos tal como ocorrem espontaneamente, na colecta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (Marconi & Lakatos, 2005, p. 186).

A utilização deste método, teve como objectivo aprofundar o conhecimento sobre as manifestações religiosas dos muçulmanos, as actividades económicas por eles realizadas, seu impacto na cidade do Lubango e a relação que estes elementos guardam entre si, se há uma separação entre as actividades económicas e as manifestações religiosas, se o comércio se expande através da religião ou se é a religião que se expande pelo meio do comércio. Todavia só a observação não basta em si. Ela se serve da literatura para fundamentar-se, ou pode, no inverso, ser usada para fundamentar a literatura. Por isso a observação racional é importante numa investigação qualitativa em virtude de colmatar lacunas que o conhecimento existente já não satisfaz as exigências científicas, como foi o caso na presente pesquisa. Importa destacar que, neste desiderato, foi igualmente necessário usar a entrevista do tipo não estruturada, como técnica. Que consiste em conduzir a mesma de acordo com as respostas do entrevistado, tendo em conta o objectivo da investigação ou o preenchimento de dados adquiridos durante a observação. (Manzini, 2012, p 150).

Método fenomenológico: este método tem uma tendência orientada totalmente para o objecto. Ou seja, o método fenomenológico limita-se aos aspectos essenciais e intrínsecos do fenómeno, aquilo que é visto diante da consciência (Prodanov & Freitas 2013, p. 36). Neste trabalho, foi usado para colher dados *in*

loco sobre os factos que provam o crescimento acelerado do islamismo na cidade do Lubango, com base nas actividades económicas e pelo casamento com as mulheres angolanas.

ii. Definição e delimitação do tema

Este trabalho de investigação, consubstancia-se ao tema: o Impacto Social e económico da expansão do Islamismo na cidade do Lubango. Sendo o município do Lubango composto por cinco comunas, o presente trabalho circunscreve-se geográfica e essencialmente na comuna sede: Lubango.

iii. Motivação da Escolha do Tema e Objecto da Investigação

“Nda kolonjele viukuene kupia, kuove yavayavako ovava” (provérbio umbundu) = se as bardas de alguém (vizinho), estão em chama, molhe as suas com água (Aprende-se com a história dos outros).

Com isso, a escolha do tema, “O impacto social e económico da expansão do islamismo na cidade do Lubango”, foi motivado pela constatação do que se passa pelo mundo fora, sobretudo os problemas causados pela expansão do islamismo na Nigéria e Moçambique a nível político, económico, social e cultural;

Ao movimento semelhante dos árabes em Angola: a integração no contexto económico, cultural e social (casamento, imposição de regras aos funcionários nos seus estabelecimentos comerciais);

À quietude da sociedade que, por ignorância ou por cobardia, não demonstra tomar nenhuma atitude de precaução (com excepção da não legalização da religião em Angola). Parece que ninguém ou poucos se importam com o facto e pouco se fala das suas implicações. Daí o interesse do tema como projecto de dissertação, que tem por Objecto de estudo “O impacto da expansão do islamismo na cidade do Lubango” nas vertentes apresentadas.

iv. Objectivos

Este trabalho investigativo preconizou os seguintes objectivos:

a) Geral

Descrever o impacto social e económico do islamismo na cidade do Lubango.

b) Específicos

- Analisar as estratégias da expansão do islamismo no contexto de alguns países africanos;
- Apresentar os diferentes tipos de manifestações do islamismo;
- Prognosticar as consequências sociais e económicas da expansão do islamismo na cidade do Lubango.
- Propor possibilidades de coexistência entre o islamismo e outras religiões.

v. Problema

Por natureza e pelo percurso históricos, o islamismo é uma religião universal, como já ficou apontado anteriormente. Tende a ser totalizante, ou seja, quando ela se implanta numa região ou país procura se impor com o tempo e ser a religião do Estado. Neste processo de implantação num nível mais elevado, pode chegar a impedir a manifestação de outras religiões, sejam elas anteriores a ela ou não. Ora, do crescimento do mesmo se pode inferir, com certa facilidade, que se o curso do crescimento se manter por mais algumas décadas, os muçulmanos poderão atingir um número considerável de habitantes, facto que se há-de demonstrar mais adiante. Daí se levanta o problema central de investigação:

Pode o islamismo constituir-se numa ameaça importante para o contexto social e económico da cidade do Lubango?

A partir desta pergunta central, pode-se derivar outras elementares que poderão ser igualmente respondidas ao longo deste trabalho:

- O crescimento acelerado do islamismo na cidade do Lubango é meramente um fenómeno social, natural nas relações intersociais, ou há, por detrás deste fenómeno, um propósito de islamização da cidade, ou no geral de Angola?
- Que estratégias estão sendo usadas para a expansão do islamismo?

vi. Hipóteses da Investigação

Sendo a hipótese a possibilidade da solução a dar ao problema, cientificamente pode ser definida como “a suposição verossímil, depois comprovável ou denegável pelos factos, os quais não de decidir, em última estância, sobre a verdade ou falsidade dos factos que se pretende explicar” (Cervo, Bervian e Silva, 2007, p 77), a hipótese adquire deste modo, uma característica de solução provisória. De acordo

com o problema levantado da investigação, são apresentadas as seguintes hipóteses:

- O islamismo pode constituir-se numa ameaça para o contexto social e económico da cidade do Lubango.
- Há por detrás do crescimento acelerado do islamismo na cidade do Lubango um propósito de islamização.
- As estratégias que estão sendo usadas para o crescimento, com vista a islamização, são essencialmente a dependência económica, o casamento com as mulheres angolanas, a imigração de expatriados oriundos de países de maioria muçulmana.

vii. Importância da Investigação

A importância deste trabalho investigativo consiste em contribuir no despertar dos mais diversos seguimentos da sociedade em estudo, acerca da expansão do islamismo, seu impacto e modificações que podem ocorrer nas suas vivências diárias e ajudar no processo de uma coexistência, com tolerância, frente a diversidade religiosa mas, ao mesmo tempo, a preservar da identidade de valores e liberdades fundamentais enquanto uma sociedade democrática e de direito.

viii. Estado da arte

A pergunta mais comum que reina no meio de muitos estudiosos do fenómeno do islamismo é, se ele é uma ameaça nos países em que se expande. Neste âmbito, algumas mentes procuraram analisar esta questão no contexto angolano para proporcionar uma visão acerca do assunto, das quais importa destacar Faleiro (2014), que ao fazer uma incursão ao islamismo em Angola, considera que existem bons cidadãos muçulmanos, obedientes a lei angolana nos tempos actuais e pelo número que são. Mas, em número elevado e em obediência a lei islâmica, nada garante que os bons de hoje não se tornem os menos bons no futuro, por isso, considera o islão uma religião violenta na fase final da sua expansão; o mesmo autor apresenta, por isso, factores que facilitam a expansão. Por outro lado, apresenta os factores que podem, pelo menos, desacelerar a expansão do mesmo e, atribui às várias facetas da sociedade, responsabilidades para o mesmo escopo. Seguindo o mesmo diapasão, Custódio (2015, p. 135) afirma que o islamismo, enquanto religião, é pacífica, com uma doutrina monoteísta semelhante ao

cristianismo. Todavia, longe de ser uma religião monolítica, encerra em si uma variedade de correntes, das quais algumas são fundamentalistas e têm propensão para a violência. Entretanto, afirma que “é difícil separar a linha tênue que separa o fundamentalismo da violência do islão”. Ademais, o islamismo tem a característica de, ao emergir numa região, não submeter-se aos costumes, cultura, constituição da mesma e, tende, em contrapartida, a exigir que sejam respeitadas a sua doutrina, seus hábitos e seus costumes (dia e horas de rezas, criação de escolas com doutrina islâmica, o direito de usar a *hijab*, formação de partidos políticos, etc.), além de imporem os mesmos com o tempo, criando um mal-estar social, que podem evoluir para convulsões sociais, e até mesmo guerras, tal como se pode constatar com algumas experiências na Europa, Ásia e recentemente em África.

Já estudiosos de dentro geralmente vêm no islamismo uma religião moderada. Na visão de Al-sheikh, (2010), o “islão é uma religião moderada, o meio termo entre o judaísmo e o cristianismo” e mais “prega a moderação entre a tolerância e a rectidão. Quando for necessário, é preferível ser rigoroso, mas também é necessária a tolerância para ambos, tanto para os muçulmanos quanto aos não muçulmanos. A posição correcta é aquela que está entre ambas”. Portanto, parece existir visões totalmente contrárias de cada lado, pois cada autor julga a religião do outro, tendo como ponto de partida a sua própria religião, daí a necessidade de apresentar outros pensadores imparciais sobre o assunto.

Farah (2001) e Houdini (2001), onde o primeiro alerta para a compreensão do Islã a fim de evitar generalizações indevidas e preconceitos, fornece dados estatísticos sobre o Islamismo no mundo; enquanto o segundo apresenta a história abrangente e sintética do mundo islâmico, do século VII até a actualidade. Neste diapasão, a práxis, como critério da verdade, pode ser um elemento preponderante na construção epistemológica sobre o assunto, pois muitas vezes, o islamismo, ora era utilizado como força e resistência contra exploradores europeus, ora era utilizado como ópio do povo por eles conquistados (Bohen, 2010).

Neste percurso, é importante ter em conta a base que sustenta primordialmente a práxis do islamismo e da sua expansão: o Alcorão, como se há-de constatar abaixo. Este livro sagrado, juntamente com outros (a *sunna* e a *hedith*), determinam a conduta de qualquer muçulmano (que significa submisso) em qualquer lugar onde estiver. Desta forma, o muçulmano é antes de tudo fiel a religião e, só depois, às

leis dos países ou instituições onde estiver, o que leva a ilação de que, a maior nação é o islamismo porque está dentro de outras nações, basta que esteja presente um muçulmano.

Do que foi expresso acima, podemos dizer que no seu começo o islamismo pode ser uma ameaça para Angola, mas, num estádio mais evoluído, Angola pode ser ameaça para o islamismo e aí, como afirmam Faleiro (2014) e Custódio (2015, p. 51), pode ser violento.

CAPÍTULO I: O ISLAMISMO E A PRODUÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I: O ISLAMISMO E A PRODUÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo apresenta, de forma sucinta, os aspectos em torno do Islamismo, desde o ponto de vista conceptual, origem e desenvolvimento, até a essência da doutrina. Outrossim, apresenta-se um estudo em torno da influência da doutrina Islâmica no comportamento dos indivíduos.

1.1. Compreendendo o islamismo

É fácil estar de acordo com Rodrigues (1980, p. 3), quando afirma que já desde o início do islamismo, foi criada uma nação universal. Isto torna uma tarefa realmente complexa abordar o mundo árabe e islâmico, pois, trata-se de um conjunto longo e diversificado de países que se encaixam sob aquela designação, apresentando uma aparente similitude peculiar, se vistas de forma panorâmica. Mas, numa análise profunda, pode-se verificar uma variedade mais abrangente que torna difícil, actualmente, estabelecer um quadro único que se possa aplicar a todos eles. Por isso, importa conhecer a fundo a alma desses povos, a sua própria identidade, a sua civilização e a sua cultura, os seus costumes e as suas tradições, a sua história e as suas aspirações actuais, para que sejam tiradas ilações mais justas.

Entrementes, recuar no tempo, em história, não é um retrocesso. É, na verdade, prever o futuro, um percurso sobre alguns conceitos. Pode ser, ainda, um meio para descomplexar o fenómeno do islamismo de modo a distinguir e analisar com clareza os actos dos diferentes indivíduos, instituições ou organizações que a compõem.

1.1.1 Definição de alguns termos

Alá ou Allah é Deus, o criador do universo, segundo a religião islâmica. “É o Deus único dos muçulmanos, sendo o mesmo dos judeus e dos cristãos que, de acordo com a crença muçulmana, revelou-se para Muhammad por volta do ano 610. Alá está acima da imaginação e da concepção humana, sendo proibida a sua representação” (Costa, 2016, p. 6).

Árabe é um indivíduo nascido na Arábia Saudita. É importante referir que nem todo árabe é muçulmano, como erradamente vem se conotando. Eles apenas abrangem uma pequena parcela do islamismo (Hellern, 2001, p 105). A Indonésia lidera o país com maior número de praticantes desta religião (Mubarak, 2014, p. 7).

Islão - É uma religião monoteísta baseada no Alcorão, livro sagrado, enviado por Deus (Alá), através do profeta Maomé. Os seguidores do islão, muçulmanos (árabes), acreditam que Maomé foi o último de uma série de profetas enviados por Deus, onde se incluem Abraão, Noé, Moisés e Jesus (Coggiola, 2007, p. 5).

A palavra islamismo, do árabe *íslam*, significa "submissão", e é um significado forte (Hellern, 2001, p. 127). Percebe-se, na raiz do nome, algo essencial nessa religião. Al-Khazraji definiu de forma correlacional: "submissão é a fé, a fé é a certeza, a certeza é cumprir a obrigação e cumprir a obrigação é a prática, a obediência, a submissão e a determinação". Em outro sentido, "é a determinação da ordem e a advertência do imperativo, sem objeção" (2006, pp. 8 e 13). O homem deve entregar-se a Deus e submeter-se à sua vontade em todas as dimensões da sua vida. Logo não há um aspecto da vida dos fiéis fora do controlo da religião.

A submissão no islamismo tem um lugar bastante elevado na determinação da conduta humana, como fundamenta ainda o mesmo autor: "No princípio e no fim a crença islâmica é submissão ao Todo-poderoso em qualquer que seja a forma ou a situação que isso possa assumir no contexto da verdade e da paz" (2008, p. 153). Ou ainda, mais abrangente e profundamente:

Nenhum mortal, incluindo os profetas possuem quaisquer dos atributos de Deus, nem mesmo a mínima parte disso. O trabalho dos profetas foi comunicar a mensagem confiada a eles por Deus, e convocar o povo para submeter-se a Ele. Se houvesse qualquer instrução divina para obedecer aos profetas, era baseada, como a compreendemos, na total submissão a Deus, o que é a fibra moral e a força impulsora por trás de suas missões (Al-Khazraji, 2006, p. 157).

Na perspectiva do islamismo, a fé é indispensável mas, a submissão a Deus e aos preceitos corânicos são determinantes na conduta, de tal modo que todos os profetas são caracterizados, não tanto pela fé, mas sim pela submissão, desde Abraão, José, Moisés, Jesus e Maomé.

Vários autores apresentam uma diferença entre islão e islamismo, como defende Costa: "O Islã é uma religião e o islamismo é uma corrente política ideológica que usa como base a religião muçulmana" (2016, p. 26). Neste trabalho, estes termos serão tomados como sinónimos com base na tese apresentada por Ankerberg, Weldon e Burroughs (2012, p. 7): "O Islão ou, mais comumente, Islamismo é o nome correto da religião que o profeta muçulmano Maomé afirmou ter sido revelada a ele por Deus (Alá), através do anjo Gabriel". Visto que um justifica o outro, ou seja, o islamismo baseia-se no islão em virtude de não haver a separação entre a

religião e o estado (Coggiola, 2007, p. 50), pois, pensa-se que a linha que os separa é muito tênue e sem garantia de constância. Porém, que isto não signifique que todo o islamismo é extremista, como se constatará adiante na classificação do mesmo.

Muçulmanos, para Mubarak (2014, p. 6), “são aqueles que professam a fé da religião conhecida como Islamismo ou islão. A ideia é de que o muçulmano autêntico se submete aos desejos de *Allah* (palavra árabe usada para Deus) – algo correspondente ao termo *Elohim* em hebraico”. Já **maometano** é um termo que designa uma pessoa que segue os ensinamentos de Maomé. A maioria dos muçulmanos não aceita este título, pois dizem que a sua religião não é de homens, ou seja, de Maomé, mas daquele que deve ser adorado: Allah (Deus). Essa ideia é reforçada com a visão de Al-Khazraji: muçulmano “é todo aquele que pronunciou os dois testemunhos, ou seja: Não há Deus senão Alá, e Maomé é seu Profeta”. (2006, p.13).

1.2. Surgimento do islamismo

As três grandes religiões mundiais tiveram início no Oriente Médio e são monoteístas e abraâmicas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Tem sua fé no Deus Único, que se teria revelado ao primeiro dos patriarcas bíblicos: Abraão (c. 1800 a. C). (Hellern, 2001, p. 105).

Deste facto, importa realçar que o que hoje se chama árabe ou Arábia, segundo Coggiola (2007, p. 5), formou-se no sec. VII, no Médio Oriente, cujos habitantes eram compostos por povos semitas, distribuídos em diferentes tribos, tais como os beduínos e koreichitas. Era uma região desértica que, apesar de terem em comum a língua árabe, nela coexistiam vários reinos e povos autónomos, formados em tribos, cuja sobrevivência era feita através do comércio, seja a curta ou longa distância. Eram povos que do ponto de vista religioso podem ser divididos em monoteístas (judeus e cristãos), e politeístas. Segundo Hellern, é importante saber o contexto da península arábica para melhor entender o surgimento do islamismo:

Meca era não apenas um importante centro comercial, mas também um dos centros religiosos da Arábia. As tribos nômadas que viviam próximas à cidade já consideravam sagrada a pedra negra de Meca, que recebia peregrinações bem antes da época de Maomé. Porém, tanto em Meca como entre os beduínos, cultuavam-se e se adoravam muitos deuses e seres sobrenaturais. Com frequência, tratava-se de deuses tribais, já que a tribo e a família eram centrais para o modo de vida dos nômadas. Não existia nenhum sistema legal fora da

tribo. Se um indivíduo transgredisse as leis e os costumes desta, era expulso como fora-da-lei. A tribo era unida pelos laços de sangue. Se um de seus membros fosse assassinado, a linhagem da tribo sofria. Essa perda tinha de ser compensada por uma vingança, prática bastante difundida, que resultou em diversas rixas sangrentas entre as tribos beduínas. Na época de Maomé, em muitos lugares a transição da sociedade beduína nômade para uma sociedade urbana mais fixa ia causando a extinção da religião tradicional. Em decorrência disso, aumentou a influência das duas grandes religiões, o judaísmo e o cristianismo. Maomé foi particularmente influenciado pelo monoteísmo e pela noção de fim do mundo acompanhado do Juízo Final (2001, pp. 128-129).

É um momento em que o monoteísmo coabitava com o politeísmo, autonomia da família contra a dependência tribal; a vida nômade de um lado e a vida sedentária por outro. Criou-se uma lacuna que precisava ser preenchida e, foi bem aproveitada por Maomé. Ele ofereceu aos árabes uma espiritualidade nova, ajustada às suas tradições, onde já se observavam algumas mudanças ideológicas.

Segundo Coggiola (2007, p. 6), os valores velhos da tribo foram suplantados por um pré-capitalismo, o florescimento do comércio em Meca. O profeta do islamismo foi o instrumento do resgate árabe, transcendeu e superou as divisões entre as tribos, o suscitador das energias adormecidas do seu povo: “aquele que soube extrair das tribos pobres e dispersas do Ara-Bar uma força insuspeitada, capaz de derrubar qualquer obstáculo que encontrasse”.

Portanto, Maomé depara-se com um ambiente que favoreceu o surgimento do Islamismo nos desertos da Arábia entre os anos 610 e 632, tendo como seu berço a cidade de Meca (Rodrigues, 1980, p. 7). Cria uma sociedade completamente diferente, apesar da herança monoteísta que já coabitava com o politeísmo. Porém a estrutura social permitiu consumir a ideia de unir todas as tribos num único objectivo: a nova religião, que aliás, passou os limites da península arábica e hoje é uma religião considerada mundial.

1.3. Maomé, o profeta

Como não há islamismo sem Maomé, importa apresentar, de forma breve, o fundador desta religião. Mohammed nasceu no dia 8 de Junho de 570 d.C., na cidade de Meca, Arábia Saudita. Seu pai chamava-se *Abdullah* (servo de Allah), e era um homem muito justo. Sua mãe chamava-se Amina e ambos eram membros da tribo dos coraixitas. (Mubarak, 2014, p. 9).

Ao completar quarenta anos, Maomé teve uma revelação na caverna: «O anjo Gabriel, de repente, lhe apareceu com um pergaminho e ordenou-lhe que o lesse. Maomé respondeu que não sabia ler, e o anjo disse: recita em nome do teu Senhor que criou o homem a partir de coágulos de sangue. Recita, teu senhor

é o Mais Generoso, que pela pena ensinou ao homem o que ele não sabia»
(Hellern 2001, p. 130).

Desde esse momento dá-se a gênese de uma nova religião - Islão, que percorreu momentos bons e menos bons até atingir níveis mundiais. A história e os autores são unânimes em afirmar a origem do islamismo em Meca, na península arábica, tendo como seu fundador e profeta Maomé, descendente de árabes e de Abraão (Faleiro, 2014, pp. 60, 61).

Mubarak (2014, p. 10), é um dos estudiosos que corrobora com os demais estudiosos, que circunscrevem o surgimento do islão na experiência transcendental de Maomé com o Anjo Gabriel em Meca, tendo a revelação do mesmo (durante 23 anos), resultado no Alcorão, que é a principal fonte da doutrina do islão. Depois de converter os mais próximos de si, como sua espoja Khadija e seus escravos, Maomé teve que emigrar (Hegira) para Medina, a 16 de Julho de 622 d.C., devido a perseguição de seus opositores judeus e cristãos, por se proclamar profeta ou mensageiro de Deus, o que foi visto pelas famílias poderosas de Meca como uma tentativa de usurpar a autoridade política da cidade. Grupos importantes também se opuseram às suas afirmações de que Alá era o único e verdadeiro Deus (Hellern, 2001, p. 130).

Em 622 saiu de Meca, em segredo, e alguns dias depois chegou a Medina, onde seus seguidores já o esperavam. “A emigração de Maomé é conhecida em árabe como a *Hijra* (Hegira), que significa rompimento ou partida. Maomé rompeu com a própria comunidade, os parentes e sua cidade natal” (Hellern 2001, p. 131).

Se na hegira Maomé foge a perseguição por causa da nova religião, na década seguinte, Maomé retorna como libertador de Meca da religião politeísta, por meios militares, subjugando grande parte da Arábia. “Antes de morrer, em 632, ele tinha conseguido unir o país e transformá-lo num só domínio, onde a religião se tornara mais importante que os antigos laços familiares e tribais” (Hellern 2001, p. 131).

Pode-se constatar que a religião (islão) confunde-se facilmente com a doutrina ideológica (islamismo), pois o retorno de Maomé a Meca e a conquista pela força militar, marca, essencialmente, uma prática que é utilizada até hoje de forma semelhante (até mesmo económica), com o intuito de forçar os infiéis a aceitar a doutrina e expandir a religião.

Ora, se do ponto de vista histórico ou literário não há dúvidas sobre a origem do islamismo, por outro lado discute-se a legalidade da religião islâmica, na disputa monoteísta totalitária. Este aspecto determina o lugar do islamismo e os aspectos da sua expansão, tendo como ponto de partida a primogenitura e promessa das escrituras sagradas. Em suma, o Islamismo surgiu em consequência de visões recebidas por Maomé. Tudo que o Islamismo realizou, em termos históricos, tudo o que ele é hoje, resulta, principalmente, dessas visões recebidas por Maomé há 1.400 anos.

1.4. O lugar do islamismo entre as religiões monoteístas

O facto é que existem três religiões de um mesmo Deus, todas começam com o mesmo patriarca (Abraão), e cada uma defende ser a legítima e a verdadeira, causando uma disputa incessante, marcada ao longo da história por momentos conflituosos, violentos, sangrentos e as vezes momentos pacíficos. Cada uma apresenta argumentos de exclusão em relação à outras, originando assim, a remota divergência tradicional entre as duas etnias com o cristianismo entre elas (Aguiar 2001, p. 2):

O judaísmo sendo a primeira religião, considera-se o povo eleito de Deus através da promessa feita a Abraão e a Sara pelo nascimento do filho legítimo, Isaac.

O cristianismo aceita parte do livro sagrado do judaísmo (Antigo Testamento) e acrescenta o Novo Testamento, crendo que o Messias que os judeus estavam a espera já chegou e estes o negaram, por isso, reclama para si a verdadeira religião.

Por sua vez, o islamismo reclama para si a religião que supera as debilidades doutrinárias tanto do judaísmo como do cristianismo, viciadas pelas leis e interpretações humanas e pelo facto da descendência do primeiro filho de Abraão, Ismael, por isso acredita que é a verdadeira igreja.

Por estas e outras razões a disputa entre a hegemonia entre estas religiões marca a história humana, criando uma identidade própria entre os povos e regiões onde se implementam, ao mesmo tempo que a intenção universalista impele as mesmas à expansão para todos os confins da terra.

Também amplamente discutida é a origem dos árabes. Todavia, o esclarecimento mais assertivo tem como fonte o Antigo Testamento da Bíblia Sagrada. Aguiar,

após um estudo aturado sobre este assunto, concluiu que, “Por mais que procuremos indicações sobre o assunto em pesquisas realizadas por organismos categorizados, vamos terminar fatalmente rendidos à narrativa bíblica, surpreendentemente coerente com a História Antiga dos povos do Oriente Médio” (2001, p. 1).

Segundo a Bíblia Sagrada, Abraão gerou um filho com Agar, escrava egípcia, chamado Ismael, e com Sara, sua esposa legítima, um outro filho chamado Isaac, o qual foi pai de Jacob (mais tarde chamado Israel), que, por sua vez, gerou 13 filhos, 12 homens, que deram origem às 12 tribos de Israel, e uma mulher (Aguiar, 2001, p. 1). O mesmo autor lembra ainda que:

Abraão, a pedido de Sara, expulsou Agar e Ismael, sendo este último a origem da etnia Árabe, distribuída ao Sul da então Terra de Canaã (daí o nome de cananeus), que mais tarde seria chamada Palestina, e que principalmente habitou a Península hoje chamada Arábica desde o século XVII a. C (Aguiar, 2001, p. 1).

Desta forma, a defesa da legalidade da religião islâmica, está na origem de seu povo, a descendência em Abraão e a bênção igualmente atribuída tanto ao primogênito quanto ao filho da promessa. Estas promessas são referenciadas na Bíblia Sagrada com bastante clareza de tal modo que Deus não abandonou os descendentes de Ismael, os habitantes da Arábia Saudita, como ficou exposto. As referências são encontradas essencialmente em Gêneses, nos capítulos 16, 17, 21 e 25. O primeiro facto verifica-se no desentendimento entre o desprezo da serva Agar e sua senhora Sarai, em que, após a fuga daquela da ira desta, depara-se com o anjo que a comunica para que regresse à sua Senhora e se humilhe diante dela. Contudo, o anjo abençoa-a: “Multiplicarei sobremodo a tua descendência, de maneira que não será contada, numerosa que será.” (Gêneses. 16:10).

A bênção de Abraão recaiu sobre os seus dois filhos; os dois seriam igualmente cuidados e protegidos por Deus, isso verifica-se no diálogo entre Abraão e Deus: “quanto a Ismael, eu te ouvi: abençoá-lo-ei, fá-lo-ei fecundo e o multiplicarei extraordinariamente; gerará 12 príncipes e dele farei uma grande nação. (Gêneses 17:20). A única diferença segundo as escrituras sagradas é que, apesar de que os dois seriam abençoados e extraordinariamente multiplicados, Deus escolheu a Isaac para estabelecer a sua aliança (Gêneses 17:21) e, sobretudo, porque a

promessa foi feita também a Sara, esposa de Abraão (Gêneses 17:16-17; 18:10, 14 e Romanos 9:9).

Após estas promessas, o curso dos dois herdeiros seguiu-se sob protecção de Deus: Ismael foi salvo por Deus quando Sara os expulsou. Posto no deserto, no limiar da vida, Deus apareceu e os salvou da sede. Ismael tornou-se pai dos flecheiros Ismaelitas, que mais tarde transformou-se na origem remota dos povos árabes. Seus descendentes é que compraram José aos seus irmãos e o venderam no Egito (Gêneses 37:28), fizeram parte do exército de Israel (II Samuel 17:25), fizeram parte dos que cuidavam as propriedades do rei David (I Crônicas 27:25). Por sua vez, Isaac foi salvo do sacrifício e tornou-se pai de Israel. E outro aspecto interessante, de similitude entre Ismael e Isaac, é que a multiplicação da descendência de cada um teve como ponto de partida 12 príncipes. (Gêneses 25:13-16 e 35:23-26).

Nesta temática, Faleiro assevera de forma esclarecedora a ligação da origem dos árabes à Abraão:

O islamismo tem como fundador Maomé, um árabe que nasceu em 570 d.C. na Arábia Saudita. Os árabes são descendentes de Ismael, o filho de Abraão, com sua concubina egípcia, Agar. A realidade de ser árabe foi um fundamento para Maomé e para o islamismo que se fundamenta em serem os descendentes de Abraão. Para os muçulmanos Ismael foi o primogénito de Abraão, portanto, tem direito a benção e a ser o cabeça da religião de Abraão, o primeiro monoteísta histórico (2014, pp. 60-61).

Fica claro que há uma aproximação entre judeus, cristãos e muçulmanos quanto as suas origens, percurso histórico e doutrina. Daí o reconhecimento e aceitação parcial da Bíblia Sagrada pelos muçulmanos e dos seus profetas. Porém, enquanto que para os judeus o último profeta ainda não chegou, para os cristãos é Jesus Cristo, e para os muçulmanos é Maomé. (Coggiola, 2007, p. 6; Ankerberg, Weldon & Burroughs, 2012, p. 28).

Agora, quanto a Ismael ser filho da escrava Agar do ponto de vista da cultura do Oriente Médio na época, não coloca em causa a legitimidade do mesmo, pois a descendência era paternalista e este pressuposto tem sido a razão pela qual o islamismo reclama para si a legitimidade de primogenitura com todos os direitos de herdade, associando o facto de que há similitude de benção tanto para Ismael, como para Isaac, como ficou exposto acima. Neste ambito, dos doze príncipes de Israel (filhos de Jacó), quatro deles são filhos de escravas (Gêneses 35:25 e 26), e

por isso cai por terra a tese “pejorativa” de conotar Ismael como filho bastardo e sem direitos. Todavia a eleição de Isaac em detrimento de Ismael, consubstancia-se, primeiro do ponto de vista temporal, visto que a aliança entre Deus e Israel é anterior e em segundo lugar à promessa feita a Abraão e Sara dá a primazia do judaísmo em relação ao islamismo.

Pode parecer um pressuposto histórico simplista, mas tem grande importância para os muçulmanos, pois os liga a fé abraamânica e acreditam que têm os direitos de primogenitura e devem, por isso, ocupar o seu lugar e papel no mosaico religioso: primordial e universal. Daí o esforço do islamismo na sua expansão universalista e o “ódio” pelos infiéis, mormente judeus e cristãos, tidos como corrompidos (Ankerberg, 2012, p. 64).

Ora, se por um lado a legalidade e autoridade do islamismo é comprovada pela Bíblia Sagrada, por outro, é reforçada pelos livros desta mesma religião, ao mesmo tempo que regulamentam toda a conduta de todos os fiéis em todos os domínios (religioso, social, político, económico e cultural).

1.5. Livros importantes do islamismo

Há uma passagem bastante pedagógica na contracapa de Smith (2007), que afirma: “Nunca compreenderemos o mundo onde vivemos se não compreendermos a religião em que fomos educados e as religiões em que foram educados os nossos vizinhos”. Ora, as grandes religiões têm como substratos existenciais os dogmas ou doutrinas transmitidas por gerações e contidas em livros chamados sagrados. Compreender tais textos sagrados permitem explicar muitos dos fenómenos que são observados a nível mundial, claro sem transformar este trabalho num tratado teológico-apologético, apesar de que o risco é grande. Tal como o judaísmo e o cristianismo, o islamismo também tem o seu livro sagrado, o alcorão, para além de outros secundários, como se seguem.

1.5.1. Alcorão ou Corão

“Em árabe, a palavra recitar tem a mesma raiz que *Curan*, que significa ler, ou ler alto. É o livro sagrado do islamismo e reúne as revelações de Maomé” (Hellern, 2001, p. 130). A maioria considera o registro histórico das acções e ensinamentos do profeta, relatadas na *Sunna* e no *Hadith*, como meios indispensáveis para

interpretar o Alcorão (Coggiola, 2007, p 5). “Depois da Bíblia, o Alcorão é o mais estimado e poderoso livro do mundo” (Ankerberg, 2012, p. 7)

O Alcorão só foi escrito depois da morte de Maomé. “Seus 114 capítulos (suras) foram arranjados de maneira tal que os mais longos vêm primeiro, mesmo os que Maomé recebeu numa data posterior aos mais curtos. A exceção é a sura 1, no início do Alcorão” (Hellern, 2001, p. 130). O Alcorão é o resultado da recensão oficial de Othmân, tornando-se assim uma Vulgata corânica (Rodrigues, 1980, p. 9). Mantran apresenta a função do Alcorão como fonte em tríplice dimensão: “como fonte de magistério legislativo, magistério judiciário e ao poder executivo. Foi estabelecido, em definitivo, por volta do ano 633 durante o califado de Otman” (apud Silva, 2018, p. 54).

Seu principal objectivo está ligado com a crença ao sobrenatural, pois que se Maomé é único entre os profetas, o Alcorão não tem precedentes entre os textos religiosos. “Ensina-se aos muçulmanos hoje que o Alcorão é uma revelação completa e definitiva que não pode ser alterada: é, literalmente, a última palavra de Deus” (Ali, 2015, p. 67).

O Alcorão para o muçulmano desempenha um papel purificador e finalizador das profecias e doutrinas do judaísmo e do cristianismo. Na percepção do islamismo, acredita-se que o judaísmo e o cristianismo desviaram-se das verdades divinas, por isso, Deus envia a sua última mensagem através de Maomé que foram compiladas no Alcorão.

A mensagem contida no Alcorão não concordava com as doutrinas judaica e a cristã. Surgiu assim a ideia de que o Islão viera restaurar o judaísmo e o cristianismo deturpando-os do que continham de falso e apresentando a verdade autêntica onde havia hesitações e contradições (Rodrigues, 1980, p. 9).

Pode-se questionar a necessidade de apresentar o Alcorão, num trabalho científico, visto ser um livro religioso. A resposta torna-se clara se entendermos, como já ficou expresso acima, que o Alcorão é a principal fonte do acatamento islâmico, da vida após a morte e do chamado à jihad, ou seja, orienta o pensar, o ser, o estar e o agir de um muçulmano. Explica o conceito de ordenar o certo e proibir o errado e os ditames específicos da charia. Segundo Ali “esses conceitos, por sua vez, não teriam um poder tão duradouro se não fossem entrelaçados à crença nas palavras atemporais, todo-poderosas e imutáveis de Alá e aos actos de Maomé” (2015, p. 67).

Dentre essas palavras orientadoras importa ressaltar que algumas vezes parecem contradizer-se entre a tolerância e a violência. Melhor que uma cogitação apenas, vale ler nas linhas escritas de uma mente que trilhou e viveu a realidade *in loco*:

Nenhum leitor atento permanece ignorante dos muitos versículos contraditórios no Alcorão, sobretudo no modo como versículos pacíficos e tolerantes aparecem quase lado a lado com versículos violentos e intolerantes. Os ulemás inicialmente ficaram confusos, sem saber que versículos codificar na visão de mundo da sharia — os que afirmam não haver coerção na religião (2:256) ou os que ordenam aos muçulmanos que combatam todos os não muçulmanos até que se convertam, ou pelo menos se submetam, ao islã (8:39, 9:5, 9:29) (Ali 2015, p. 72).

Afirmações como estas, autorizam qualquer mente sôfrega a questionar a pacificidade ou violência no alcorão. Ou seja, é possível encontrar no alcorão bases que justifiquem a violência que geralmente é atribuída ao Islamismo? Vejamos outras referências do Alcorão e analisar se são suficientes para atribuir aos muçulmanos essa característica de violentos:

David Cook, um professor de estudos religiosos da Universidade Rice que estudou em detalhe a jihad, observa que no Alcorão «a raiz (os derivativos verbais) da palavra ‘jihad’ aparece frequentemente ligada a combate (por exemplo, 2:218, 3:143, 8:72, 74-75, 9:16, 20, 41, 86, 61:11) ou a combatentes (mujahidin, 4:95, 47:31)». A maioria dos versos do Alcorão, salienta Cook, «é inequívoca quanto à natureza da jihad prescrita: a grande maioria refere-se aos que creem, emigram e combatem no caminho de Alá’». Na evolução histórica do islã, a luta armada — conquista agressiva — veio primeiro, e então significados tradicionais foram agregados ao termo jihad (idem, p. 76).

A interpretação literal do Alcorão é fundamental na motivação das sangrentas batalhas da jihad que acontecem. O que faz o diferencial com as interpretações sobre as orientações violentas contidas na Bíblia Sagrada é a contextualização das mesmas (fruto do percurso histórico do povo de Israel). No Alcorão as directivas e revelações específicas sobre guerra e paz seguem um nítido arco no decorrer do livro: começam nas secções mais antigas, as de “Meca”, como recomendações de passividade diante de agressão; em seguida, concedem permissão para revidar contra agressores; depois exortam os muçulmanos a combater os agressores e, por fim, os muçulmanos recebem a ordem de combater todos os não muçulmanos, agressores ou não (é normativo).

O que explica esse padrão de agressividade gradual? O mais provável é o poder e a força crescentes da comunidade islâmica incipiente ou o Alcorão em si contém o gérmen da mesma? Convém apresentar de forma objectiva alguns versículos ou suras que podem de forma clara incentivar a violência no islamismo? No entanto,

estudiosos muçulmanos ortodoxos garantem que essas mudanças não têm nenhuma relação com circunstâncias contingentes.

Ora, partindo do pressuposto de que a letra em si é morta, e só ganha vida quando vivida pelo homem, é a este que se deve atribuir a violência. Prova disso é que pela força da interpretação do Alcorão, surgem os diversos subgrupos dentro do islamismo, alguns dos quais adoptam a via mais violenta da expansão do mesmo. Este tema voltará à ribalta. Por enquanto é imperioso voltar sobre os outros livros que sustentam o agir do muçulmano. Todavia, a contar que é o Alcorão que mais tem peso neste âmbito, o mesmo também se mostra pacífico em relação a outras crenças, sobretudo às monoteístas (judaica e cristã), tal como as suras a seguir o provam:

E não disputeis com os adeptos do Livro, senão da melhor forma, exceto com os iníquos, dentre eles. Dizei-lhes: Cremos no que nos foi revelado, assim como no que vos foi revelado antes; nosso Deus e o vosso são Um e a Ele nos submetemos (Alcorão 29:46).

O Islã não compele as pessoas de outras crenças a se converterem. Foi-lhes dada liberdade completa para manterem suas próprias crenças e não serem forçadas a abraçar o Islã. Essa liberdade está documentada tanto no Alcorão quanto nos ensinamentos proféticos conhecidos como Suna (sunnah). Deus Se dirige ao profeta Muhammad no Alcorão: “Porém, se teu Senhor tivesse querido, aqueles que estão na terra teriam acreditado unanimemente. Poderias (ó Muhammad) compelir os humanos a que fossem crentes?” (Alcorão 10:99).

Finalmente, sobre o mais importante livro do islamismo, é importante realçar que do ponto de vista teórico os muçulmanos aceitam parcialmente os escritos da Bíblia Sagrada, mas do ponto de vista da prática, consideram os seguidores tanto do judaísmo, do cristianismo e de outras religiões como infiéis. O Alcorão, e somente ele, é a palavra válida para orientar a conduta do homem. A propósito, esclarece Ankerberg:

Na prática, os muçulmanos aceitam somente o Corão como a Palavra de Deus. Por exemplo, eles acreditam que as revelações anteriores de Alá na Bíblia foram deturpadas ou interpretadas de forma errada por Jesus e os cristãos, de modo que a autoridade do Corão é necessária para o entendimento correcto (2012, p. 15).

1.5.2. Suna (*Sunnah*)

Segundo Costa (2016, p. 48), a Suna contém aquilo que o profeta e os primeiros califas disseram e fizeram. Nisto, os muçulmanos estudam suas vidas que são tomadas como paradigma, para orientá-los em casos concretos do dia-a-dia nos aspectos em que o alcorão não é muito claro ou é limitado. Como fica patente no dizer de Hellern: “Quando o Corão não dá instruções definitivas, os muçulmanos se voltam para a sunnah” (2001, p. 141).

1.5.3. Hadite (*Hadith*)

São os livros das tradições orais sobre a vida de Maomé, passadas pelos primeiros seguidores do profeta às gerações posteriores, e são a base para a charia (Faleiro, 2014, p. 60).

1.5.4. Charia (*Sharia*)

Tradicionalmente, no islã não há distinção entre a religião e a política, tampouco entre a fé e a moral. Todas as obrigações religiosas, morais e sociais do homem estão estabelecidas na sagrada lei muçulmana, a charia. Charia significa "caminho para o oásis", ou seja, o caminho correcto para a conduta humana, que foi mostrado por Deus ao homem. Trata-se de um livro de leis que contém instruções fixas e rígidas sobre o governo da sociedade, a economia, o casamento, a moral, o *status* da mulher, etc. (Mubarak, 2014, p. 141).

Além destes livros, também são utilizados outros secundários, contudo não menos importantes como a Sira (biografia de Maomé), o Tafsir (explicações do Alcorão), o Tahriq (história islâmica oficial), e o Tabakhat (histórias dos homens que viveram com Maomé) (Faleiro, 2014, p. 60).

É importante aferir que, segundo Mubarak, tanto o Alcorão como as narrativas (*hadith*) e pode-se com facilidade incluir a charia, referem-se a um tipo de sociedade que, hoje em dia, praticamente não existe mais. Portanto, interpretar e adaptar as regras da escritura e da tradição é uma tarefa considerável. Ela pode ser realizada segundo dois princípios diferentes: o da similaridade e o do consenso. (2014, p. 141).

A importância dos livros sagrados, sobretudo o Alcorão, é tão estimada e elevada a ponto de determinar o comportamento do muçulmano. Seja onde ele estiver,

como foi dito antes, para o fiel do islão, o facto de viver num país que não seja predominantemente muçulmano, não deixa de obedecer aos princípios corânicos e, por isso, é um lugar fértil para expandi-lo, ou seja, as leis do país não podem contrariar os princípios corânicos, pois a nação islâmica é tão grande que não se dilui num país. Ora, sabendo que o Alcorão e a charia determinam o comportamento a todos os níveis do muçulmano: espiritual, social, jurídico, económico, cultural, relacional, intelectual, fica claro que, facilmente os choques serão constantes e a possibilidade de convulsões sociais é iminente forte, sobretudo quando o número de fiéis for considerado.

Do ponto de vista prático, e de forma resumida, um muçulmano não cumprirá a lei de um país onde estiver a residir em detrimento da violação de preceitos corânicos, ou seja, o muçulmano não pára de orar nas sextas-feiras, ou atender clientes na sua loja às 13 horas, tratar a mulher fora dos parâmetros, negar uma chamada a jihad, entre outros aspectos. Todavia, há alas mais moderadas em relação ao tratamento geral relacionado com os aspectos invocados e não só, mas que podem atrair a insatisfação de grupos mais radicais e violentos, o que de certa forma redundaria igualmente em convulsões sociais a longo prazo. (Custódio, 2015, p. 45).

Tal como este tema abriu, compreender os textos sagrados permitem explicar muitos dos fenómenos que são observados no islamismo. Enquanto não haver uma contextualização do Alcorão e da charia, dificilmente um muçulmano mostrará outra atitude e comportamento a não ser que se converta para outra religião. Os livros sagrados do islão criam e determinam o comportamento dos seus fiéis. Como esperar um comportamento diferente de um jovem ou adulto que nasceu e cresceu a ouvir as récitas corânicas desde muito cedo? Há quem compare tal facto como colocar um peixe da água salgada no Lago Victória e esperar que ele se adapte e sobreviva sem dificuldades.

Admite-se que apresentar vários trechos do Alcorão e da charia facilitaria a compreensão dos aspectos acima expostos. Porém, como se disse antes, o risco de transformar este trabalho em uma discussão teológica seria grande. No entanto, importa apresentar de forma objectiva os elementos que constituem os pilares da fé islâmica que, de certa maneira, se apresentam de forma muito pacífica, sem aquela característica violenta.

1.6. Pilares da doutrina islâmica

O islamismo exige de seus fiéis, antes de mais nada, que observem cinco obrigações religiosas. Todas elas para lembrar os devotos, por palavras e actos, que devem primordialmente submeter-se à fé e suas regras. (Ali, 2015, p. 69).

1.6.1. O credo da fé (*Shaahada*)

O credo do islamismo está resumido nesta curta declaração de fé: "Não há Deus senão Alá, e Maomé é seu Profeta". Esses dois pontos constituem o núcleo da doutrina islâmica: o monoteísmo e a revelação por intermédio de Maomé (Hellern, 2001, p. 130). É o mais importante dos pilares, não só por resumir a crença monoteísta, mas também por ser a récita que introduz um infiel nesta religião (Ali, 2015, p. 42).

1.6.2. A oração (*Al- Salaat*)

Salaat é o nome das orações obrigatórias que são praticadas cinco vezes ao dia, e constituem um elo directo entre o adorador e Deus. Não existe autoridade hierárquica e nem clero no Islam. As orações são praticadas na alvorada, ao meio-dia, no meio da tarde, ao crepúsculo e à noite. Dessa forma determinam o ritmo diário da vida do muçulmano, pois podem ser feitas em qualquer lugar, tal como no campo, escritório, na fábrica e universidade, voltados para Meca. (Philips, 2012, p. 28).

1.6.3. Esmolas (*Zakat*)

Este termo significa tanto "purificação" como "crescimento". O pagamento de esmolas é obrigatório para todos os muçulmanos. É como um pagamento anual, algo como uma quantidade purificadora e o dinheiro deve ser usado entre os sectores mais pobres da comunidade (Mubarak, 2014, p. 31). As posses são purificadas com a separação de uma parte delas para os necessitados e, a exemplo da poda das plantas, onde o corte equilibra e estimula novos crescimentos. (Philips, 2012, p. 31).

1.6.4. Jejum (*sawm*)

O mês mais sagrado para os muçulmanos é conhecido como Ramadã, o mês da revelação do livro sagrado: o Alcorão. O mês do Ramadã é como o Natal cristão (Mubarak, 2014, p. 30).

Nesse mês, todos os muçulmanos devem jejuar, desde a primeira luz, até ao pôr-do-sol. Deve abster-se da comida, bebida e das relações sexuais com seu cônjuge. Contudo há uma exceção para os doentes, idosos, os que estão em viagem, as mulheres grávidas ou que estejam a amamentar. Porém, no decorrer do ano devem repor o mesmo número de dias. A ideia por detrás deste acto é a de que, além da aproximação com Deus, privando-se dos confortos mundanos, mesmo por um curto período de tempo, uma pessoa experimenta uma maior compaixão por aqueles que padecem de fome diariamente, o que leva ao crescimento espiritual e ao incentivo da generosidade. (Philips, 2012, p. 35).

1.6.5. A peregrinação a Meca (Al Hajj)

Todo muçulmano adulto que dispõe de meios para realizar uma peregrinação a Meca, deve fazê-lo pelo menos uma vez na vida. Ali se encontra o santuário sagrado mais antigo do islã, a Caaba. Trata-se de um edifício quadrado coberto por um pano negro. Num canto da Caaba fica uma pedra negra incrustada na parede; essa pedra tem um enorme significado simbólico. Para os muçulmanos, Meca e a Caaba são o centro do mundo (Hellern, 2001, p. 139).

Segundo ainda Hellern (2001, p. 140), os factos ou ritos que mais marcam a peregrinação são: o uso de vestes brancas, caminhar em torno da Caaba sete vezes, e muitos tentam beijar a pedra negra. Os peregrinos se prostam no monte Arafat desde o meio-dia até ao pôr-do-sol e, finalmente, os sacrifícios: matam animais (um carneiro, bode, camelo, boi, etc.), que é o clímax do evento. Os rituais enfatizam essencialmente a ligação dos peregrinos com Abraão ou Maomé, e reconfirmação do seu pacto com Deus e sua crença de que não há outro Deus.

1.7. Classificação do islamismo

Ora, partindo do pressuposto de que o fundamento do islamismo é o Alcorão por um lado, e, por outro, o percurso histórico de sua existência, estes elementos são suficientes para criar um ambiente de múltipla manifestação do mesmo. Assim há estudiosos que defendem a classificação do islamismo diferentemente do muçulmano. Ou seja, o islamismo é uno, mas as formas de suas vivências criam vários tipos de seguidores. Neste ínterim, Ali (2015, pp. 15-16) classifica os muçulmanos de acordo com as diferentes fases evolutivas que seu fundador viveu: muçulmanos de Meca, muçulmanos de Medina e os hereges. Importa ressaltar que,

analisando esta classificação do ponto de vista do islamismo, é possível fazer o enquadramento do islamismo moderado, extremista e liberal, o que remeteria novamente na dicotomia religião-política analisada anteriormente, ou a dicotomia islâmico-islamita. Para este autor, os muçulmanos de Medina que apoiam e usam a guerra santa para defender a nação islâmica, para converter os infiéis e vingar os infiéis maus, acreditam que assassinar um infiel é obrigatório se ele não se converter voluntariamente ao islamismo. Pregam a jihad e glorificam a morte pelo martírio. Os homens e mulheres que aderem a grupos como Al-Qaeda, Estado Islâmico, Boko Haram, Al-Shabaab e jihadistas, enquadram-se no islamismo extremista.

O segundo grupo é dos muçulmanos de Meca. Compõe-se daqueles que são leais ao credo fundamental e fazem suas devoções com fervor, mas não se sentem inclinados a praticar violência. Mas os muçulmanos de Meca têm um problema: é a tensão entre suas crenças religiosas e a modernidade, sobretudo ocidental, que influencia e ameaça as suas bases culturais, económicas e políticas. Pois, os valores racionais, seculares e individualistas da modernidade são fundamentalmente corrosivos para as sociedades tradicionais, sobretudo para as hierarquias baseadas em género, idade e status herdado, se enquadram no islamismo moderado (Ali, 2015, p. 15).

Já o terceiro grupo é composto pelos dissidentes ou hereges. É um número crescente de pessoas nascidas no islã que procura pensar com uma postura crítica a respeito da fé em que foram criados, do qual apenas uns poucos deixaram de vez o islão. São forçados pela experiência a concluir que não podiam continuar a ser devotos. Entretanto, permanecem profundamente envolvidos no debate sobre o futuro do islã. A maioria dos dissidentes são crentes reformistas. Entre eles há clérigos que acabaram percebendo que sua religião tem de mudar para que seus seguidores não fiquem condenados a um ciclo interminável de violência política. Enquadram-se no islamismo liberal (Ali, 2015, p. 17).

Há uma separação entre os fundamentalistas e moderados, ou esta pode evoluir para aquela? Qual dos dois está de acordo com o Alcorão, já que este é a base de orientação em todos os sectores de seus seguidores (moral, político, religioso, etc.), ou seja, pode-se encontrar, no alcorão, orientação para uma atitude fundamentalista?

Há também a classificação interessante de Rodrigues que se baseia na aplicação da doutrina do islamismo:

Conservadora ou puritana é característica da Arábia e em países em que se alia a certas formas de nacionalismo. Moderada ou laicizante turco, uma parte do indiano e por uma série de populações muçulmanas de outros países, principalmente do Próximo Oriente que propende para uma maneira de adaptação à civilização ocidental. Reformadora procura adaptar-se ao mundo moderno, mas mantendo uma fidelidade estrita às origens (1980, p. 35).

Outra referência importante a fazer são as correntes em torno da interpretação dos livros mais importantes desta religião, o Alcorão, as Hadith e a Suna. A partir dessas interpretações, tem-se o surgimento do sunismo, chiismo, sufismo, wahhabismo, deobandes, entre outras, bem como interpretações religiosas amarradas a práticas políticas, como o islamismo (Costa, 2016, p. 17).

O posicionamento dos autores demonstra claramente que o mundo islâmico é bastante complexo, bem mais divergente do que à primeira vista parece. Mesmo a classificação ainda é bastante confusa devido aos vários critérios utilizados, que tanto podem se basear na doutrina, nas interpretações da doutrina ou nas práticas dos seguidores, e ainda o contexto histórico.

Apesar da multiplicidade do islamismo há uma relação consequencialista entre si. A partir do critério doutrinário, que classifica o islamismo em sunitas, chiitas, wahaabitas, originam as formas de vida e de expansão do mesmo em radicais, moderados e liberais, ou seja, os sunitas e wahhabitas tendem a ser mais radicais, os chiitas mais moderados e os hereges mais liberais. Por sua vez, os radicais ou fundamentalistas tendem a ser mais violentos, com a intenção de erradicar todo comportamento dentro e fora do islamismo que ameace a pureza do mesmo.

É neste aspecto onde deve recair a atenção de qualquer estudioso: radicais e/ou fundamentalistas. Até que ponto influenciam, qual é o seu impacto na vida dos muçulmanos moderados, qual dos tipos é o verdadeiro, qual é o critério para estabelecer ou determinar o islamismo verdadeiro, o que significa radical?

1.8. Bases corânicas da violência islâmica

A abordagem por dentro do mundo islâmico feita até aqui não pode terminar sem passar pelo impacto do Alcorão na vida diária do muçulmano. Entende-se, com base na literatura, que enquanto o Alcorão não for contextualizado não se pode esperar uma mudança significativa na vida, no comportamento do muçulmano.

Faleiro vai mais longe ao afirmar que “O islamismo radical só vai acabar quando o islamismo se policiar” (2014, p. 121). Mas também admite que: “sem mudanças na religião não haverá mudança no mundo muçulmano. E se houver mudança na religião nascerá uma nova religião que não seja o islamismo” (*Idem*, p. 210).

Para confirmar que a observância às leis expressas no Alcorão determina a cosmovisão e as acções dos fieis do islamismo. Os radicais, que interpretam literalmente o Alcorão, são contra todas as iniciativas moderadas e liberais, contra todo tipo de adaptação do Alcorão em qualquer contexto. Pelo contrário são os diferentes contextos que devem adaptar-se ao Alcorão. Por isso, não importa quem quer que seja que tenha essas ideias, torna-se inimigo (Henriques, 2011, p. 128). Daí a perseguição de muçulmanos moderados e liberais pelos radicais.

Todavia, é importante realçar que o Alcorão manifesta certa ambiguidade em relação ao tratamento dos cristãos. Há suras que os tratam com alguma tolerância:

E não disputeis com os adeptos do Livro, senão da melhor forma, exceto com os iníquos, dentre eles. Dizei-lhes: Cremos no que nos foi revelado, assim como no que vos foi revelado antes; nosso Deus e o vosso são Um e a Ele nos submetemos (Alcorão 29:46).

Outra sura exige alguma condição; há momentos que se mantem na defensiva ou na ofensiva,

Deus nada vos proíbe, quanto àqueles que não nos combateram pela causa da religião e não vos expulsaram dos vossos lares, nem que lideis com eles com gentileza e equidade, porque Deus aprecia os equitativos. Deus vos proíbe tão-somente entrar em privacidade com aqueles que vos combateram na religião, vos expulsaram de vossos lares ou que cooperaram na vossa expulsão. Em verdade, aqueles que entrarem em privacidade com eles serão iníquos (Alcorão 60:8-9).

E em alguns casos não há tolerância para com outras religiões, levando assim de forma cerrada o objectivo de islamizar a universalidade humana, como o atesta um estudioso no assunto sobre o Alcorão baseando-se numa sura:

Sede justos, sede valentes; morrei antes de render-vos; sede piedosos; não ateis nem velhos, nem mulheres, nem crianças; não destruais árvores frutíferas, cereais ou gado. Mantende vossa palavra, mesmo aos vossos inimigos; não molesteis as pessoas religiosas que vivem retiradas do mundo, mas compeli o resto do mundo a se tornar muçulmano ou nos pagar tributo. Se eles recusarem estes termos, matai-os (Duranti, apud Lima, 2016, p 50).

Esta ideologia defende uma prática religiosa voltada às tradições e princípios originais de sua fundação. Condena aspectos da modernidade por considerar que corrompem a religião. Esta ideia está ligada às três religiões e se desenvolveu no

Islão em oposição à influência ocidental a partir do Imperialismo. Em sua origem não era violento, mas adquiriu essa característica ao ser usado como política de Estado. Os que a seguem são chamados de fundamentalistas, existindo fundamentalistas judeus, fundamentalistas cristãos e fundamentalistas muçulmanos. (Costa, 2016, p. 20).

Com este propósito de preservação, criaram-se vários grupos radicais, vanguardistas das tradições corânicas originais a todo custo. Surgindo, deste modo, a utilização da força, da violência com meios bélicos, tudo para proteger a pureza de uma religião que se crê ser a última solução para salvação da humanidade, depois do fracasso das duas primeiras (judaísmo e cristianismo). A respeito do assunto, interessa apresentar a posição esclarecedora de Costa, quanto ao uso da violência por parte de grupos islâmicos:

À semelhança dos restantes islamistas radicais, os jihadistas tendem a considerar-se a vanguarda da ummah, detentores do monopólio da verdade e da moral e os únicos Muçulmanos com qualificações para impor o Islão autêntico aos restantes. Aqueles interpretam os cânones religiosos de modo altamente selectivo e reaccionário e tentam impor a sua interpretação desses textos ao Estado e à sociedade (Costa, 2010, p. 15).

Para cumprir este desiderato, os preceitos corânicos, são claros:

Combatei pela causa de Deus, aqueles que vos combaterem; porém não pratiqueis a agressão, porque Deus não estima os agressores. Matai-os onde quer que os encontréis e expulsai-os de onde vos expulsarem, porque a perseguição é mais grave que o homicídio. Não os combatais nas cercanias da Mesquita Sagrada, a menos que vos ataquem. Mas se ali vos combaterem, matai-os... e combatei-os até terminar a perseguição e prevalecer a religião de Deus (Alcorão 2: 243-245).

Ora, essa atitude de defender a pureza da religião a todo o custo e a expandi-la com a utilização de meios violentos abriu de certa forma a legalização da criação de grupos extremistas. Assim, para Costa (2010, p. 15), aquele que defende ou pratica o recurso às armas, por oposição ao muçulmano que é meramente um crente na fé islâmica, é um islamita, logo nem todo muçulmano é islamita ou extremista.

Aliás, até podemos dizer que a primeira característica do islamismo é o seu ódio às diferentes culturas islâmicas. Convém sempre lembrar que o bombista suicida – o arquétipo da violência muçulmana – ameaça, em igual medida, os ocidentais e a maioria dos muçulmanos (Gonçalves, 2003, p. 26). Ou seja, para os extremistas, os muçulmanos liberais ou até mesmo os moderados, devem ser combatidos,

erradicados, tal como os infiéis, porque deturpam a religião ao aproximarem-se ou adoptarem hábitos e costumes ocidentais. Em última análise, essa dualidade pode originar o terrorismo.

Ainda com base na discussão sobre a violência no Alcorão, sobretudo contra o cristianismo, importa ressaltar que este comportamento não pode ser visto de forma leviana e transitória, pelo contrário, fluem da natureza tanto do islamismo como do cristianismo, visto que, a diferença entre si as afasta e as semelhanças lhe torna competitivamente concorrentes:

O conflito é um produto de sua diferença, particularmente entre a ideia muçulmana do islão como modo de vida transcendente, unificado a religião e a política, em oposição ao conceito cristão de separação dos reinos de Deus e de Cesar. Todavia, o conflito também resulta das suas semelhanças. ambas são religiões monoteístas, que, de modo diferente das politeístas, não podem assimilar facilmente divindades adicionais (...), vem o mundo em termos dualista: de um lado, nós; do outro, eles. Ambas são universalistas, proclamando serem a verdadeira fé a que todos os homens devem aderir. Ambas são religiões missionárias (...), possuem conceitos similares de «cruzadas» e »Jihad» (...) (Huntington, 2006, p. 246).

Assim, tem-se nesse ponto uma situação dialética de que em cada religião há pressupostos para um conflito constante entre si. Porém, é sabido que a letra é morta em si, o homem é quem dá vida, sentido e significado à mesma, igualmente cabe ao homem orientar e reorientar o percurso da sua história. Logo, pode se dar novo sentido no relacionamento entre as religiões conflituosas que atentam contra a dignidade humana, evitando o sofrimento e o terrorismo, muitas vezes causados por más interpretações e descontextualização de textos sagrados.

1.9. A expansão do islamismo e a expansão do terrorismo

Há um aspecto que se deve clarificar: “O islamismo não é um excesso de islão. É um movimento que, como outro movimento social e político análogo, tem uma determinada doutrina, aplica-a ideologicamente e recorre a formas de acção específicas para a fazer vincar” (Duarte, 2015, p. 4). E a doutrina ideológica é o “universalismo”, como ficou dito anteriormente, e as formas ou estratégias para alcançar este desiderato expansionalista é cauteloso, sem medir esforço nem tempo.

A noção generalizada que se tem de que o “Islão quando se encontra em minoria mantém uma atitude rígida, não se assimila facilmente e não hesita em empregar os meios que julga mais convenientes para se impor” (Rodrigues, 1980, p. 34). A

aplicação da charia quando se encontra num estado dominante (Faleiro, 2014, p. 154) é, entre outros, o facto que faz o islamismo e o fundamentalismo violento, que pelo mundo todo tem criado problemas sérios que atentam a vida e dignidade humana, violam direitos inerentes a vida humana, causando o terror universal, tornando-se na causalidade do medo em relação ao islamismo. Neste âmbito, o islamita (muçulmano violento) é tanto inimigo do islâmico (moderado), do judeu, do cristão, do europeu, do ocidente, de suas culturas, suas vivências, como já ficou acima esclarecido (Ali, 2015, p. 131)

No entanto, a acção do fundamentalista violento beneficia todo tipo de islamismo, moderado ou radical, porquanto cumpre o propósito de islamizar todo o mundo. Daí que os outros tipos de muçulmanos, não fazem muita coisa para parar o fundamentalismo violento, pelo facto de que todos eles têm a mesma base, o Alcorão, que tanto é pacífica, tolerante, quanto violenta. Permite a violência contra os infiéis, de tal maneiras que a interpretação moderada dos textos corânicos, que afirma que o Alcorão não admite a morte de inocentes fica sem efeitos, pois há suras, e outros textos de livros sagrados (como ficou demonstrado acima), que permitem a prática da violência (Faleiro 2014, p. 158). Desta forma o terrorismo encontra, de forma implícita e explícita, a sua raiz no Alcorão, como já defendeu Ali, uma muçulmana considerada herege por escapulir-se do islão mais tradicional e aliar-se ao mais moderado: “Temos de reconhecer que eles são movidos por uma ideologia política, uma ideologia com raízes no próprio islã, no livro santo do Alcorão e na vida e ensinamentos do profeta Maomé descritos no *hadith*” (2015, p. 7). A mesma autora vai mais longe ao afirmar que “o imperativo da jihad está arraigado no próprio islã. É uma obrigação religiosa” (*idem*, p. 126).

Dito isto, como distinguir um tipo do outro, para saber que tipo de islamismo está sendo implantado em Angola? Não há um limite muito claro. Como foi dito, os limites são muito tênues e o crescimento do islamismo moderado, um implica portas abertas para o fundamentalismo islâmico violento, ou seja, onde estiver um cristão, está um infiel, onde estiver um cristão e um muçulmano moderado estão dois “infiéis”. Por outro lado, o crescimento do islão num determinado lugar abala as estruturas administrativas, políticas, culturais e sociais, pois que o fim último da expansão do islão é a implementação da teocracia, aplicação da charia, e a islamização: é a formação de califados. Daí o medo que vem do islão:

O fim da fé religiosa islâmica é a implantação da Charia, a lei do islamismo. A charia é a lei do Alcorão, ou lei civil religiosa implantada numa sociedade, em forma de leis ou mesmo constituição. Os países muçulmanos têm a charia como sua lei jurídica. Este é o objectivo final quando o islamismo inicia seu processo de pregação de fé islâmica dentro de um país (Faleiro, 2014, p. 158).

No caso concreto de Angola, sabe-se que no processo expansivo do islamismo o maior obstáculo para a legalização do mesmo é o número de assinaturas a recolher por província. Mas observando o movimento expansivo, brevemente este obstáculo será ultrapassado e o governo será, mais tempo menos tempo, obrigado a reconhecê-lo, devido o crescimento rápido de fieis em todo território angolano. Não fossem as cristações entre os diferentes grupos, motivados pela sede de liderança (Custódio, 2015, p. 36.), já teriam conseguido o número de membros exigidos por lei, sobretudo se os grupos islamicos se unissem.

Conclusão do capítulo I

O islamismo é uma religião monoteísta, tal como o judaísmo e o cristianismo, com origem no mesmo patriarca, Abraão. Ao longo do percurso histórico, passou por situações duras de perseguição e resistiu. Como qualquer outra religião, possui um conjunto de livros considerados sagrados cujos princípios e normas orientam o procedimento de seus fiéis. Hoje o islamismo é uma das religiões que mais cresce no mundo (Partridge, 2006, p 124), e nos países onde se torna a maioria da população, procura impor a charia, transformando-o, assim, em um estado teocrático, no qual não há uma separação clara entre a religião e o estado.

Esta religião está constituída por vários grupos, alguns mais radicais e outros mais moderados. Têm uma visão universalista de expandir o islamismo para todas as partes do mundo. A sua doutrina, baseada primariamente no Alcorão onde tem seus pilares, é prescritiva e, no geral, é pacífica. Todavia, a permissão da utilização da violência contra outros povos, infiéis ou dissidentes, torna-a, indubitavelmente, na religião mais violenta e, muitas vezes, ligada ao terrorismo dos tempos contemporâneos.

Portanto, é uma religião que desperta a atenção de muitos pesquisadores, sobretudo historiadores, sociólogos e teólogos, devido, não só ao carácter universalista que preocupa até os Estados, mas por causa das possíveis transformações que ocorrem por imposição da charia, que pode se consubstanciar numa forma de neocolonialismo.

**CAPITULO II: O IMPACTO DO ISLAMISMO NO CONTEXTO SOCIAL E
ECONÓMICO NA CIDADE DO LUBANGO**

CAPITULO II: O IMPACTO DO ISLAMISMO NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÓMICO NA CIDADE DO LUBANGO

O contexto social e económico de Angola, em particular da cidade do Lubango, tem sido, em grande medida, influenciado pelas confissões religiosas. Nesse particular, o Islamismo tem ganhado espaço na vida dos habitantes desta cidade e, por conseguinte, influenciado o modo de vida destes. Apresenta-se, a seguir, o impacto do Islamismo no contexto Social e Económico na cidade do Lubango, seguindo uma perspectiva dedutiva, abordando o islamismo no contexto africano, angolano e, finalmente, o seu impacto na cidade do Lubango.

2.1. O islamismo em África

A religião islâmica começou a penetrar em África a partir do sec. VII pelo Norte, alcançando paulatinamente todas as regiões, como atesta Lima (2016, p. 39) e Meihy (2020, p. 4) corroborando com Keita (2009, p. 240), apesar de que este atrasa um século. No entanto, se no Norte foi através da guerra santa (Egito e Magrebe 633-642), nas demais regiões foi, essencialmente, por intermédio do comércio e do estabelecimento de confrarias, de tal modo que até no sec. XII, o islamismo já fazia parte do tecido social espiritual de *Bilal es-Sudan* (Keita, 2009, p. 244).

Já no sentido expansionista, Gates apresenta a progressão da penetração do islamismo em África de forma regionalizada:

Assim, estabelecemos a seguinte sequência aproximada para o início do processo de islamização, nas várias regiões do continente, até a chegada das primeiras expedições europeias – evento histórico que, por sua vez, é outro marco do término da Antiguidade para cada região onde ocorreu: a) século VII – Norte nordeste da África; b) século X – Somália e litoral do Índico; c) século XI – Nigéria setentrional, Mauritânia, Senegâmbia; d) século XIV – Nigéria central; e) século XVI – Chade; f) século XVIII – Magreb, Somália e Núbia (apud Lopes, 2006, p. 147).

Ainda se pode consolidar esta posição com Lima (2016, p. 43), afirmando que o lastro para a fixação dos preceitos corânicos em África foi instituído pela migração pendular de cunho comercial. O câmbio de peles, ouro e especiarias na parte setentrional propiciou, não só a facilitação para o contacto cultural com um menor choque, atritos ou a fricção Interétnica, como propiciou a expansão islâmica.

Esta penetração pacífica do islamismo desempenhou, por um lado, um papel preponderante da influência na criação da organização social e política, por outro,

facilitou a islamização, pois que, segundo Keita “os primeiros grandes conjuntos sociopolíticos da Idade Média na África a sul do Sara, tais como o Gana, Mali, o Songhay, o Houça, o Kanem-Bornu e, até certo ponto, o Monomotapa, conheceram fortes e benéficas influências do islamismo”. E “as populações destes estados abraçaram livremente a nova fé porque ela não punha fundamentalmente em causa os valores e normas básicas da organização social e política dessas comunidades” (2009, p 244 e 245). Por sua vez Meihy apresenta resumidamente as duas formas de expansão do islamismo em África e os momentos em que foram usados:

A presença islâmica no continente africano deve ser analisada a partir do papel que as rotas comerciais tiveram na conexão do Mediterrâneo com as regiões do Sahel e da África subsaariana, mediadas inicialmente pelos berberes, que avançavam pelo deserto com o intuito de estabelecer relações mercantis com cidades africanas como Kumbi Saleh (no Império de Ghana), Takrur (no Vale do Rio Senegal), Kukya (no Mali) ou ao longo da bacia do Lago Chade. A ampliação da presença islâmica nesse momento é caracterizada por uma difusão religiosa vagarosa, mas constante, sem o uso sistemático e exclusivo da força militar, a partir do século VIII (2020, p. 6).

Com o exposto, pode-se depreender que o islamismo entrou em África de duas formas: pela guerra santa e pela expansão comercial. Mas fica claro, pela constatação, que tanto uma como a outra forma, o escopo é o comércio e a islamização, pois que nas regiões onde ela se estabeleceu pelo comércio, como afirma Faleiro (2014, p. 118), ela é pacífica no princípio da expansão, mas no fim é violenta, tal foi o caso da Nigéria, Somália, Sudão, e ultimamente em Moçambique.

Por sua vez Custódio (2015, p. 28), sem avançar datas, assevera que a expansão seguiu três direcções fundamentais: a primeira que partiu do Norte de África, descendo o deserto do Sahara, dirigindo-se para o Sul e a parte Ocidental do continente; a segunda começou no Egipto e seguiu a direcção descendente e finalmente a terceira aconteceu por toda a costa oriental do continente africano.

Apesar do contexto actual em que o islamismo é visto mais no sentido negativo que positivo pelo ocidente e, principalmente, pelos cristãos, ele cresce imparável, pois são vários os factores que facilitam este processo.

2.2. Percurso analógico histórico do islamismo em Angola, Nigéria e Moçambique.

Aqui vale o dito popular africano “*Nda kolonjele viu kuene kupia kuove yava yavako ovava*), significando que, aprende-se com a história ou erros dos outros, ou seja, não é necessário repetir o percurso de alguém se já se sabe o seu fim desastroso.

Palmilhando a história destes dois países (Nigéria e Moçambique), pode-se, de certa forma, aprender muito sobre a penetração/expansão e a finalidade do Islamismo, aliás exemplos não faltam, basta observar ou virar as páginas da história recente de vários países consideravelmente islâmicos (Somália, Sudão), que a expansão teve, essencialmente, duas formas, pela guerra santa ou pelo comércio, como sendo boa ou desastrosa, daí que entre vários outros países, de forma intencional, foram seleccionados estes dois devido os casos mais recentes da sua história.

2.2.1. A Nigéria

Ora, a origem do islão na Nigéria aconteceu por razões comerciais e consolidou-se com a luta contra o tráfico de escravo. O islão na Nigéria é muito mais antigo que em Angola. Como comerciantes, os muçulmanos estavam envolvidos no comércio de escravos, mas mais tarde lutaram contra o mesmo e contra a opressão colonial ocidental, o que permitiu uma aceitação e expansão do mesmo e, desde cedo, lado a lado com o cristianismo, contribuíram grandemente para o crescimento e desenvolvimento do país, mas também estão na base da violência e no que ela se tornou hoje, quase um estado falhado (Cierco & Belo, 2016, p. 8) e (Meihy, 2020, p. 7).

Antes do estado actual, o islamismo teve um papel crucial na construção da Nigéria, Segundo M´Bokolo (2009, p. 56) “a acção revolucionária e de libertação dos povos oprimidos pela aristocracia por Fodio, permitiu a aceitação destes povos permitindo a criação de uma *Umma*, permitindo mais tarde a criação de um califado”. O califado criado por Fodio (Sokoto), facilitou a criação de importantes rotas de comércio, a alfabetização dos povos locais em árabe e a circulação de obras filosóficas e não só, ao mesmo que permitiu a islamização dos povos hausas e fulanis (1754-1817), na actual região da Nigéria. E são essas rotas hoje reclamadas e usadas pelo grupo armado Boko Haram, que tem causado terror nas regiões nórdicas da Nigéria (Meihy (2020, pp. 9 e 19).

Segundo o Relatório sobre a Liberdade Religiosa no mundo da ONU (2016, p. 1), a Nigéria é o país mais populoso de África, com mais de 180 milhões de pessoas. A Nigéria é uma república federal baseada no modelo dos Estados Unidos da América. A influência da religião e a sua variedade é tão grande que se reflecte no

lema oficial “Unidade e Fé, Paz e Progresso”. Desta feita, pode-se antever a conjuntura social e cultural do mesmo, sendo a religião uma fonte de conflito na Nigéria desde há bastante tempo.

Segundo ainda o mesmo Relatório, citando os dados do Departamento de Estado Norte-Americano, acrescenta o seguinte em torno do mosaico religioso nigeriano:

O grupo muçulmano dominante é o Islamismo sunita, que se subdivide em vários caminhos sufis, incluindo a tijaniyyah e a qadiriyyah. Há um número crescente de salafitas (como os dos grupos xiitas e izala), bem como um número reduzido de muçulmanos ahmadi. O Cristianismo na Nigéria é constituído pela Igreja Católica de Roma, pelas Igrejas Protestante e Pentecostal, pelos Anglicanos, Baptistas, Metodistas, Presbiterianos e pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Há também Testemunhas de Jeová, Judeus e membros da fé Bahá'í (ONU, 2016, p. 2).

O percurso histórico religioso da Nigéria delineou que o norte fosse maioritariamente islâmico e o Sul maioritariamente cristão. Todavia a característica universalista islâmica, causou o choque de civilizações, ao tentar impor a charia em 12 Estados do Norte onde habitam também alguns cristãos, acrescentando a isto as questões políticas de governação rotativa (fruto de um acordo informal), entre muçulmanos e cristãos, polarizando desta forma o país e causando um clima instável, aumentando as disputas interreligiosas instigadas pelos interesses governamentais (Luciani, 2011, p. 4). Por outro lado, apesar de que é considerado um país rico, um dos maiores produtores de petróleo em África, não é menos verdade que a pobreza é elevada, o Norte mais que o Sul, a corrupção ainda maior, causando um ambiente de revolta (Rosa, Caio & Cardoso, 2012, p. 3).

Em última análise a radicalização dos movimentos religiosos, sobretudo islâmicos, eclodiu os confrontos que até hoje se conhecem da Nigéria, desde a década noventa com a criação do grupo jihadista Boko Haram que “representa uma seita sunita islamita radical que encontra apoio entre as comunidades islâmicas sufistas da Nigéria, tem ligação com extremistas sunitas ou grupos de terroristas como a Al-Qaeda e, mais recentemente, com o Estado Islâmico” (Cierco & Belo, 2016, p 12), mergulhando o país quase num Estado falhado, pois a intenção é aplicar a charia, eliminar o secularismo do Estado, o grupo considera-se como “os guardiães do Islão”, e não apoiam a unificação da Nigéria (Luciani, 2011, p. 5). Por isso, expandir a religião, purificá-la das influências da educação ocidental secular e da prática de um islão mais liberal ou democrático é uma meta a ser alcançada a todo o custo. Conforme Rosa, et, all (2012, p. 2), importa ressaltar que a Nigéria é um Estado

laico, à semelhança de Angola, mas ainda assim o crescimento expansionista do mesmo, tem a pretensão de islamizar o país, agudizando os conflitos, provocando a deslocação de cristãos do Norte para o Sul e os muçulmanos do Sul para o norte em meios às crispações, ataques, deslocados, sobretudo por causa da aplicação da charia nos estados do Norte, como já ficou exposto. Daí que a violência é imparável, pois que muitos dos valores democráticos, como a liberdade de pensamento, expressão, igualdade entre género, e de oportunidade contrariam a charia.

2.2.2. Moçambique

A presença do islamismo em Moçambique é anterior ao colonialismo português. Ele difundiu-se através do comércio realizado por muçulmanos árabes e asiáticos, que além das trocas comerciais ensinavam o Alcorão aos autóctones por volta do século VIII. Devido a similitude de alguns aspectos culturais e a nova doutrina, não encontrou muitas barreiras para sua expansão rápida, a ponto de fazer parte da matriz cultural e social, sobretudo no Norte de Moçambique. Estas relações comerciais permitiram um contributo grande no crescimento e desenvolvimento de Moçambique, como a construção de infraestruturas escolares, associações maometanas e mais tarde islâmicas (Gonçalves, 2003, p. 125 e Pinto, 2012, p. 3).

Todavia, a chegada do colonizador português ocasionou o primeiro choque civilizacional nas terras de Samora, no qual, a estrutura social, educativa, económica e, sobretudo, a religiosa choca com os ideais trazidos pelo colonizador, mormente a educação e religião baseada no cristianismo. Assim, o islamismo suportou e sobreviveu ao embate colonial, vendo a sua marginalização diminuída com as lutas dos autóctones contra o colonizador. Mais tarde, com o massacre de 1960 em Mueda na cidade de Cabo delgado, ligado a maioria Muçulmana com uma característica virada a acção política, agudizaram-se ainda mais as relações entre estes e o governo português, o que contribuiu na criação de mais grupos anticoloniais (Silva, 2017, p. 38). A criação destes grupos, que mais tarde evoluíram para movimentos de libertação nacional, culminou na proclamação da independência em 1975.

Semelhantemente com Angola, Moçambique alcançou sua independência em 1975 e, coincidentemente, adoptou como forma de organização política, social e

económica do seu governo o socialismo, dissociando assim a política da religião (Pinto, 2012, p. 6). Este facto, a par de outras religiões (catolicismo romano), condicionou a relação entre o estado e os muçulmanos. O islamismo, que começara em tempos anteriores à colonização, deu um contributo grande no crescimento e desenvolvimento de Moçambique (Pinto, 2012, p. 3), essencialmente com a implantação de empreendimentos comerciais (Faleiro, 2014, p. 102), viu sua liberdade de expressão religiosa cortada, tendo originado uma guerra civil na década de 80.

Esta confusão social levou a que a FRELIMO, partido no poder, reflectisse e tomasse a decisão mais favorável no contexto em que se vivia, mas que hoje, de certa forma, se pode afirmar que criou condições para os problemas que o país enfrenta hoje: terrorismo no norte de Moçambique. Importa apresentar os termos em que essa decisão ocorreu:

Em 1989, no V congresso, o Partido FRELIMO despe-se da sua natureza marxista e dá liberdade total às confissões religiosas. Este gesto é apreciado internacionalmente. Moçambique torna-se observador da Organização da Conferência Islâmica (OIC) e, em 1994, torna-se membro efectivo e adere, em 1995, ao Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID); estabelece também relações diplomáticas com vários países muçulmanos. A nova política da FRELIMO recoloca o Islão no caminho da expansão e da afirmação política. Por um lado, os partidos políticos conhecem a expressão numérica dos muçulmanos, por outro lado estes, conhecendo a sua força, lutam pela entrada no poder político. Há hoje no Parlamento muçulmanos, que se tornaram deputados porque são muçulmanos. No Governo, há um muçulmano de Angoche, que é ministro da Justiça, responsável também dos Assuntos Religiosos (Gonçalves, 2003, p. 128).

Se essa realidade foi de há cerca de vinte anos, hoje sabe-se que as consequências advindas da decisão tomada na altura: o norte de Moçambique, sobretudo o Cabo Delgado, está económica, política e socialmente desestruturado, os ataques de muçulmanos radicalizados estão a causar mortes e refugiados aos milhares a ponto de algumas organizações mundiais e vários países africanos ajudarem Moçambique na luta contra o terrorismo.

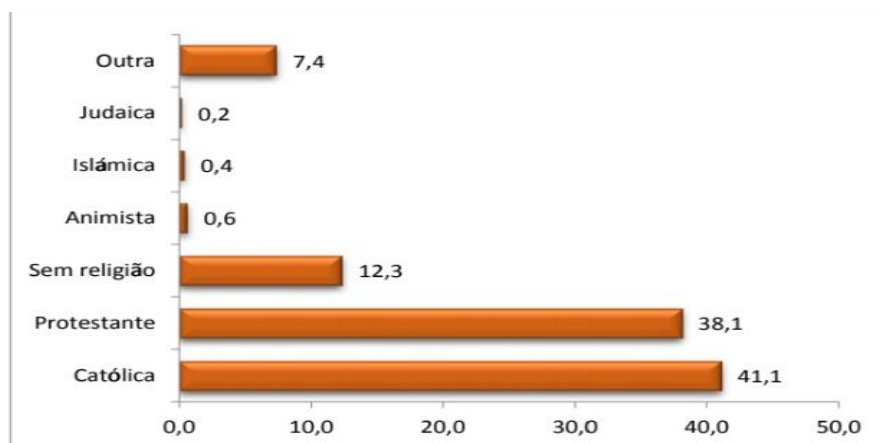
Pode-se, de certa forma, acolher a ideia de que o percurso histórico da expansão do islamismo na Nigéria e em Moçambique em relação à Angola no início não seja tão similar, visto que naqueles, o islamismo é anterior à colonização e participou no crescimento e até na luta contra o colonialismo. Mas a estratégia principal é a mesma: o comércio para expandir o islamismo, seguido de outras estratégias que merecerão igualmente uma abordagem, posteriormente.

2.2.3. O islamismo em Angola

Nascido no Médio Oriente, mas com um objectivo universalista, o islamismo depois de se estabelecer e estabilizar embarcou numa expansão até atingir Angola, com muçulmanos vindos de várias zonas e países islamizados, tais como: “Mauritânia, Marrocos, Tunísia, Líbia, Egipto, Sudão, Síria, Líbano, Índia, Paquistão, Bangladeche, Malásia, Filipinas China, Brasil, Paraguai, Nigéria, Congo Democrático, Serra Leoa, Costa de Marfim, Senegal, Gâmbia, Mali, Guine Conacri e Bissau” (Custódio, 2015, p 28).

Destes expatriados, acrescenta-se a população muçulmana angolana: os angolanos que se converteram, internamente, e aqueles que em formação nos países islamizados voltam igualmente convertidos. Assim, de acordo com a proveniência, naturalmente acredita-se que há em Angola muçulmanos Sunitas (maioritariamente), seguidos por chiitas e em pequena escala os ahmadiyya e wahabismo, perfazendo um total de 0,4% da população angolana, segundo o censo populacional realizado em 2014, publicado definitivamente em 2016, como se vê no gráfico abaixo

Gráfico 1: Distribuição da religião em Angola



Fonte: INE, 2016, p. 52.

No que diz respeito ao surgimento do islamismo em território angolano, visto que a mesquita indica a presença do islamismo, a primeira, segundo Faleiro (2014, p. 93), foi construída em 1983. Em 2013 já existiam 16 em Angola, e o mesmo autor (*idem*, p. 90), divide a emergência em cinco períodos (pré-islâmico, natalício islâmico, da

crise islâmica, do crescimento islâmico e da rejeição islâmica), e estimava a existência de cerca de 800 a 900 mil muçulmanos em Angola.

Por sua vez, Custódio (2015, p. 22-24) em sua abordagem, apresenta dois momentos distintos da aparição do islamismo em Angola. No entanto, os dois autores são unânimes em afirmar que não há uma data exacta que marca, oficialmente, o início do islamismo em Angola, apesar de existirem dados registados, sobretudo por jornais, testemunhos e outros meios, que na década de sessenta do século passado havia já uma presença tímida de alguns cidadãos vindos de países onde essa religião é professada, sem, contudo, serem agentes expansores da referida religião. Após a independência, observou-se a tendência de crescimento, mas sem grande visibilidade, devido ao socialismo adoptado na altura como regime de governação, que aspirava uma certa aversão à religião.

Segundo Custódio (2015, p. 25), na década de 90 do século passado, com o surgimento do pluripartidarismo e a laicidade do estado, permitiu um fluxo maior de expatriados e mais tarde de angolanos regressados da formação em países que são maioritariamente muçulmanos. O crescimento do islão não mais abrandou até aos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 e, posteriormente, com os actos de terrorismo em várias partes do mundo perpetrados por apoiantes do islamismo e, finalmente, um último abrandamento constatou-se aquando do encerramento e destruição de algumas mesquitas em Angola, em 2013. Mas apesar disto tudo, o abrandamento não estagnou o crescimento do islamismo até agora, pois outros factores em maior ou menor escala tem impellido para o crescimento.

2.3. O islamismo nas entranhas da cidade do Lubango: Estratégia e Processo de Integração

Descrevendo de forma sintética a localização geográfica do município do Lubango, capital da província da Huíla, importa ressaltar que o mesmo possui uma extensão de 3.140 km², faz fronteira a Norte com os municípios de Quilengues e Cacula, a Sul com o Município da Chibia, a Leste com o Município de Quipungo e a Oeste limita-se com o Município da Humpata. Possui cinco comunas, nomeadamente Arimba, Hoque, Huíla, Quilemba e a Sede comunal com 41,95 km², está composta por 19 bairros, designadamente: Sófrío, Comercial, Hélder Neto, Comandante Cowboy, Mapunda, Dr. A.A. Neto, Comandante Nzaji, A Luta Continua, Lucrecia,

Ferrovia, Valódia, Joaquim Kapango, Patrício Lumumba, Dack-Doy, 14 de Abril, Tchioco, Mitcha, Bula Matady e Nambambi. (Chivela, 2020, p. 25).

O Município conta com uma população estimada em 776 249 habitantes de diferentes estratos sociais com características urbano/rural, e a projecção populacional para 2022 foi de 990.165, de acordo com o censo de 2014. (INE, 2016). A população “*lubanguense*” é maioritariamente formada pela etnia dos “*Nhanekas Muilas*”, todavia, por ser a capital da província e como consequência da guerra afluíram na cidade populações vindas de outros municípios e províncias, formando um tecido social e cultural diversificado, com destaque para a presença de *Ovimbundu*, e os *Nganguela*, entre outros.

A matriz religiosa, como herança colonial, é maioritariamente cristã católica, protestante, neopentecostais e outras em ascensão como é o caso do islamismo.

Custódio (2015, pp. 73-75), sem avançar números, afirmou que a comunidade muçulmana no Lubango era pequena, foi iniciada por angolanos regressados da Zâmbia no início da década 90, que edificaram uma mesquita com material rudimentar, nas mediações da ponte que dá acesso ao bairro da Mitcha por detrás do prédio Makonji. Em 2007 edificaram outra com material definitivo, albergando, maioritariamente, para além de angolanos, congolezes, nigerianos, senegaleses, paquistaneses, eritreus, libaneses, chineses, filipinos, indianos e oeste africanos, ligados essencialmente ao comércio, oriundos dos países com predominância do islamismo sunita.

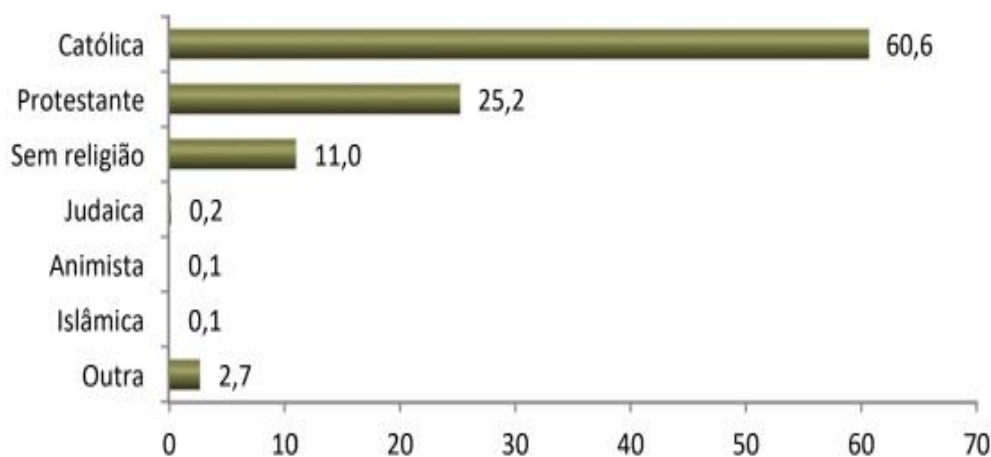
Sobre a expansão do islamismo na cidade do Lubango, pelas fontes escritas consultadas na Direcção Provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desporto da Huíla, constatou-se que, segundo uma declaração passada pela Direcção Provincial para os Assuntos Religiosos (anexo 1), no processo de legalização dá conta que em 1999 haviam mais de 70 fiéis muçulmanos na referida mesquita. Já em 2011, num relatório sobre o registo de fiéis enviado por esta mesquita ao Departamento dos Assuntos Religioso da Cultura (anexo 2), dá-se conta que havia na altura um total de 154 muçulmanos, dos quais 142 eram angolanos, quatro mauritanos, três malianos, três congolezes, um fiel de Yemen e um do Sudão.

Desde esta data não existem outros registos sobre o número de fiéis muçulmanos na referida Direcção Provincial. Mas um contacto obtido pelo 3º *Iman* (líder

religioso), da mesquita cognominada *Alfatha*, hoje controlam cerca de 500 membros, oriundos de vários países de África, Ásia, Europa e América.

Todavia, os dados estatísticos fruto do censo populacional realizado em 2014 em Angola, apontam para um número mais elevado de muçulmanos no município do Lubango, como se pode constatar no gráfico 2.

Gráfico 2: Religiões praticadas na província da Huíla.



Fonte: INE, 2016, p. 43

De acordo com o gráfico das religiões praticadas na província da Huíla, tendo em conta a população do município do Lubango estimada no mesmo período em 776 249, um cálculo simples nos leva a concluir que 0,01% de muçulmanos corresponde a 776 muçulmanos. Mas, passados cerca de 10 anos necessita-se de actualização, pois que neste período houve afluência de um número maior de expatriados oriundos de países maioritariamente muçulmanos. Esta tendência pode ser comprovada pela observação feita na mesquita *Alfatha* no dia de cultos colectivos às sextas-feiras, e nas ruas desta cidade, pelo que se requer um trabalho mais apurado das entidades estatais de direito para a obtenção de dados mais actualizados.

2.4. Factores que influenciaram a expansão do islamismo do islão na cidade do Lubango

Do ponto de vista organizacional, a mesquita *Alfatha* (abertura), faz parte da Comunidade Islâmica de Angola (CISLANG) que é nacional e, a nível provincial,

adoptou a sigla CISLANGHUI. Apesar de existir desde 1990 no Lubango, teve a sua autorização para exercer suas actividades religiosas sem quaisquer impedimentos em 1995, através da declaração passada pela Direcção Provincial para os Assuntos Religiosos (anexo 3), em conformidade com o Decreto Executivo Conjunto nº 46/91 do Ministério da Justiça (anexo 4), que autoriza a nível nacional a realização de actividades afins, pela entrada do processo de legalização da CISLANG, criada em 1978 e solicitou seu registo na cultura em 1991 com o objectivo de se expandir nas 18 províncias de Angola e na altura com cerca de 11.000 membros.

A nível provincial tem havido uma relação institucional com órgãos de Estado afins regulares, com a apresentação de informações, relatórios, pedido de apoio institucional, solicitações de credenciais, autorizações para realização de eventos e saídas para outros municípios e para outras províncias e até para envio de bolseiros para o exterior como Arábia Saudita, Malásia, Egipto (anexo 5), entre outros.

A expansão e integração do islamismo em Angola e, especificamente, na cidade do Lubango, não tem sido ruidosa, anunciada em meios de comunicação social, nem tão pouco em publicidades com eventos e tudo mais. Tem sido silenciosa, mais sorrateira e eficaz a olhar pelos efeitos. Tudo indica que a preferência recai para os empreendimentos económicos, de forma similar à Moçambique.

(...) as empresas foram uma das estratégias de implantação do islamismo em Moçambique (...), foi a força económica que fortaleceu a presença actual do islamismo (...), é uma situação verificável como os armazéns de distribuição de alimentos tem sido dominado pelos empresários muçulmanos. A saída destas empresas poderia promover um caos na distribuição de alimentos e produtos de limpeza (Faleiro, 2014, p 102).

No caso da cidade do Lubango acrescentam-se as lojas de material de construção, as de mobiliário e as padarias. O mesmo testemunho, fazendo uma analogia com Angola acrescenta: “A presença económica islâmica actual em Angola é uma realidade de poderio de influência a reacção com certeza terá que considerar o impacto na sociedade. Isto fortalece a presença islâmica e lhe dá fundamentação para continuar” (*idem*, 2014, p 102).

2.4.1. Factores externos

A noção da *umma* remete a uma comunidade universal sem fronteiras, ligada pela religião, ou seja, existe em cada nação cidadãos que fazem parte de uma “*Ultra Nação*” conectados por meio de preceitos religiosos, comércio, solidariedade e interajuda mútua e um sentimento de pertença a ela muito sólida baseada no Alcorão. E este sentimento de comunidade não encontra limites geográficos, daí que, o apoio financeiro para a expansão do islamismo, em qualquer lugar, não é obstáculo; o outro factor, e não menos importante, são os princípios universais de liberdade.

2.4.1.1. Apoio financeiro

A maneira e a rapidez como o islamismo se expande fica claro que existe uma coordenação organizada que apoia, financeiramente, projectos ou programas expansionistas, com o objectivo de acelerar a universalização do fenómeno. Pelo padrão de crescimento, a maneira como as portas se abrem para cidadãos islâmicos clarifica-se que as cantinas dos ditos *Mamadus* (proprietários de uma cantina nos bairros, onde são vendidos bens de primeira necessidade e bens industriais a retalho), são a parte mais ínfima da equação, pois acredita-se que o processo de expansão e islamização mundial, pela importância e posição de Angola na África subsaariana, não é excepção à regra, passa por questões políticas, macroeconómicas e organizações ou instituições específicas nos países com maioria muçulmana para alcançar este desiderato. Por exemplo Coggiola em 2007 já afirmava:

O ministério da Coexistência Religiosa da Arábia Saudita concedeu 10 bilhões de dólares anualmente para instituições de propagação do Islã no mundo. Uma delas, a zakat, dedica parte desses fundos à ajuda social e trabalhos humanitários; mas outra porção passou a engrossar as arcas de várias organizações, inclusive as chamadas terroristas (2007, p. 29).

O mesmo autor ainda assevera que esta organização que opera a partir da Arábia Saudita, tem apoiado candidatos muçulmanos às eleições em vários países, como no Sudão e Argélia. E a Arábia Saudita é a responsável da mesquita Alfatha da cidade do Lubango, conforme consta em vários documentos oficiais (anexo 6). Sem querer fazer uma inferência directa, mas é sempre um ponto de análise para despertar um pouco mais sobre este fenómeno em Angola e, em particular nesta

cidade, não no sentido de uma ameaça terrorista, por enquanto, mas vale sempre lembrar que o islamismo é uma religião universalista por natureza e este objectivo geral cumpre-se com pequenas conquistas em países estratégicos, como é o caso de Angola.

Se por um lado há a influência direccionada para a expansão islâmica mais política, há outra mais virada para a expansão da religião, que é o caso de abastados muçulmanos que patrocinam a construção de mesquitas nos países onde ele, está em crescimento (Custódio, 2015, p. 63), que é a via usada em países em crescimento como em Angola, quando a *umma* (comunidade islâmica), for considerada. Então entram em acção as organizações financeiramente poderosas para financiar, não mais mesquitas, mas partidos políticos para concorrer ao poder político.

Prova desse patrocínio externo é que no organograma administrativo, consta um departamento de relações internacionais que tem como missão entre outras de dar a conhecer os projectos e pedir apoio financeiros aos países africanos, europeus e asiáticos para angariação de fundos e recolha de donativos entre outros para beneficiar a CISLANGHUI. (Anexo 7), apesar de que nos seus estatutos afirmar categoricamente ser uma instituição apolítica e independente e no exercício das suas actividades não depende de nenhuma instituição nacional ou estrangeira (anexo 8, extratos dos estatutos da CISLANG) o que de certa forma pode, pelo menos, a primeira vista parecer um paradoxo.

Importa aqui ressaltar o papel desempenhado pelo representante do secretário geral da ONU, Maitre Alloune Blondin Beye maliano, muçulmano professo, como mediador de paz em Angola no protocolo de Lusaka em 1994. Sua vinda propiciou uma visão pacificadora do islamismo, permitindo a atracção de muitos angolanos para esta religião. Outrossim, proporcionou o financiamento para construção de mesquitas em Angola, pois a mesquita simboliza a presença desta religião. (Faleiro, 2014). Reza a história que tanto Alloune Mblondin Beye e a sua sucessora Issa Diallo frequentaram a mesquita dos Martires de Kifangondo em Maianga para as suas preces (Custódio, 2015, p. 59).

Tudo isso indica que existe uma ligação entre a mesquita do Lubango com outras organizações a nível nacional e internacional tendo como conector a religião e como objectivo impulsionar a expansão do islamismo, logicamente não só no Lubango, mas a nível nacional.

2.4.1.2. Direitos ou princípios universais de liberdade religiosa

O mundo moderno é caracterizado por valores e princípios universais que, acima de tudo, promovem a dignidade e vida humana, o bem-estar socio-económico, a liberdade de pensamento, de expressão e religiosa. Estes princípios encontram sua sustentabilidade na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que por sua vez é a bandeira da ONU, na qual Angola é membro integrante, logo, a observância destes princípios, permite a laicidade do estado angolano, onde a liberdade e manifestação religiosa é um princípio respeitado, o que permite a expansão sem grandes entraves de qualquer religião, incluindo o islamismo:

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião, ou de convicção, assim como e a liberdade de manifestar a religião ou convicção sozinho ou em comum, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos (DUDH, art. 18º).

O princípio é claro, sem o carácter coercivo ao entrar, nem impedimentos, caso alguém manifeste a vontade de sair, o que é um pouco difícil com o islamismo, pois a desistência no islamismo pode desencadear perseguições e o rótulo de herege, ou dissidente, que em muitos casos termina em morte (Ali, 2015 p. 52).

2.4.2. Factores internos

São vários os factores internos que possibilitam a expansão do islamismo em Angola e os mesmo se aplicam à cidade do Lubango. Faleiro (2014, p. 111) aponta essencialmente quatro deles, apesar de que o terceiro poderia fazer parte do quarto: investimento financeiro (empresas, controlo de sectores), casamentos (natalidade, formação dos filhos em países muçulmanos), influência académica (bolsas), e acção social (construção de escolas, hospitais habitação). Essa ideia é corroborada por Custódio (2015, p. 131), alertando com o que tem acontecido em outros lugares, a parceria com o estado na construção destas e outras infraestruturas como orfanatos, creches, centros culturais, entre outros, servem para iniciar os utentes à doutrina islâmica.

Neste âmbito, foi possível constatar nos Arquivos do Departamento Provincial da Cultura, dois documentos da CISLANGHU que atestam a veracidade estratégica de expansão e islamização: o primeiro é uma informação que atesta a pretensão de enviar 150 bolseiros para o Egipto, Arábia Saudita, Malásia e Sudão já em 1992 em parceria com a extinta *Africa Muslim Agency* e o segundo é um Projecto de Viabilidade do trieno 2007/2010 no qual entre outros, constava a construção de salas de aulas para o primeiro nível, na qual se incluiria uma disciplina curricular de educação religiosa islâmica, ministrada por professores muçulmanos e a criação de uma biblioteca islâmica. Certamente, a estratégia de bolsas e das salas de aulas estavam voltadas para a islamização dos beneficiários, tendo em conta que a mesquita do Lubango tem como financiador a Arábia Saudita, como ficou demonstrado anteriormente.

2.4.2.1. Natureza das religiões proeminentes em Angola

Segundo Custódio (2015, p. 13-15.), para além do islamismo, que tem uma aspiração ao poder político nos países onde se expande, no mosaico das religiões em Angola sempre existiu a religião tradicional, mas é essencialmente cristã (Católicos, protestantes, metodistas, anglicanos, pentecostais e sincretistas), são baseadas na tolerância, com características de pacificadoras, amor ao próximo, parceiras e não opositoras do Estado, cumprem o seu papel na moralização dos cidadãos aqui na terra como um dos pressupostos para alcançar a pátria celestial. São religiões ou denominações religiosas tidas como parceiras do Estado e que não têm a pretensão de ascensão ao poder político.

Outro aspecto importante a ter em conta é que as igrejas em Angola tendem para o ecumenismo, apesar da aceitação a todos os níveis por algumas denominações e outras com algumas reticências e limitações. O facto é que há a aceitação de coabitação e respeito entre as denominações religiosas e, conseqüentemente, a coexistência pacífica entre si, apesar de alguns choques doutrinários, porém não ameaçam a estabilidade social. Pelo contrário, cada uma a seu jeito procura contribuir positivamente para o bem-estar de seus membros e para a sociedade em geral. Apesar de que existem algumas com certas práticas que de certa forma violam a dignidade humana e muitas vezes lesam a propriedade privada com alguns líderes a extorquirem seus membros.

Outro factor que caracteriza a igreja angolana e que, de certa forma, facilita a expansão do islamismo é que, sendo maioritariamente cristãs e até aquelas nacionais (tocoísmo, quimbanguismo), tem como livro sagrado a Bíblia Sagrada. Como regra de conduta, ela não é obrigatória, ou seja, a crença ou adesão nestas igrejas não é obrigatória, cada pessoa usa o livre arbítrio, para escolher a que denominação ou igreja pertencer. Facto comum é que numa casa podem coabitar pessoas de diferentes denominações, há até casos em que marido, mulher e filhos pertencem a denominações diferentes.

Esta liberdade verifica-se até no cumprimento dos preceitos Bíblicos, com certo relativismo, sobretudo aqueles que não atentam contra a vida humana. Cabe a cada membro aceitar ou não o convite Bíblico, como “Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados e eu vos aliviarei” (S. Mateus, 11:28), ou: “Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele e ele comigo” (Apocalipse 3:20), ou ainda aqueles que têm que ver com a proibição da prática do adultério, fornicação, idolatria, entre outras. Portanto, o cumprimento não tem um carácter coercivo. Em caso de violação, a sanção é mais moral, familiar e de excomunhão eclesiástica, não atingindo a esfera jurídica, a não ser se for aquelas que violem as leis do Estado. Esta é a característica oposta ao islamismo, sobretudo num país onde se instituiu a charia.

Esta liberdade de escolha permite, a qualquer membro de uma família e denominação, escolher a sua religião, permitindo assim que alguns possam escolher o islamismo como religião e não sofrer por parte da igreja uma perseguição ou obrigação de evitar tal escolha, que é outra característica pouco comum ao islamismo.

2.4.2.2. A poligamia como factor de adesão ao islamismo

Keita (2009, p. 244), corrobora com Rodrigues (1980), quando este asseverava sobre os factores da penetração e expansão acelerada do islamismo em África; admitiu que, o mesmo não seria igual em todas as regiões em virtude da influência do animismo e as similitudes socio-culturais próximas agudizaram ainda mais o processo:

Há um conjunto de circunstâncias que favorecem imenso a introdução da religião islâmica. O Islão possui possibilidades de adaptação que outras religiões não

têm. O seu credo é simples; os deveres que impõe são fáceis de cumprir. As práticas animistas não constituem obstáculo à moral islâmica. O exemplo da poligamia é flagrante. A hierarquia familiar está de acordo com os costumes africanos. regime tribal também se adapta facilmente. O ritmo da vida quotidiana, o modo de implantar a religião, o sentido de comunidade, os trajos (Rodrigues 1980, p 34).

Keita (2018, p. 245), acrescenta que “os soberanos africanos não tinham, regra geral, políticas de coerção religiosa, o que quer dizer que cada indivíduo tinha a liberdade de expressar a religião que quisesse”.

Uma das características da cultura africana e angolana em particular e a tendência à poligamia, mas que devido a maior religião que a proíbe, tal como as leis do Estado, vários homens encontram no islamismo a possibilidade de realizar de forma “legal” dentro da religião. Já que fora dela constitui a violação da norma moral e jurídica. A permissibilidade da poligamia no islamismo constitui assim um dos factores que atrai homens, sobretudo aqueles que têm uma inclinação para tal.

2.4.2.3. Secularismo, Sincretismo e relativismo de princípios e valores

Segundo o último censo populacional realizado em Angola, os dados apontam que cerca de 11% da população huilana não professa uma religião (INE, 2016. P 43), maior parte desta, reside na cidade do Lubango constituindo, desta maneira, um alvo para qualquer religião com sentido de crescimento, significa que a religião (igreja), que conseguir chamar a atenção desta franja da sociedade pode experimentar um crescimento exponencial. Esta franja é, essencialmente, produto de decepções na experiência fracassada com o sobrenatural através de uma igreja; prefere os valores apregoados pela sociedade moderna sobre a autossuficiência humana em detrimento de um deus que se acha distante e indiferente às catástrofes sociais e naturais, relativizando, desta forma, os valores morais e religiosos que outrora eram tidos como absolutos.

Nisto, o muçulmano entende que o secularismo é um produto da religiosidade e da cultura liberais do ocidental, que promovem a imoralidade, o materialismo, a corrupção e a sedução (Huntington, 2006, p. 250) para impedir o crescimento dos mesmos, é necessário resistir e islamizar o mundo ocidental e as regiões de sua influência, para que os valores da *umma* não sejam desvirtuados.

2.4.2.4. Condições económicas

Angola, assim como grande parte dos países africanos, é tido como um país rico em recursos naturais variados. Possui uma população vulnerável no que tange as condições de vida, tal como apresentado no relatório conjunto da ONU e União Europeia sobre a fome em Angola, revelou que até fevereiro de 2020, mais de meio milhão de angolanos viviam em situação de crise alimentar e 290 mil em emergência alimentar, já as crianças, 1,9 milhões delas menores de cinco anos tinham deficiência de crescimento e mais de metade destas sofriam de anemia (Jornal Expansão Angola, *on-line*, 6 de maio de 2021). Estas condições certamente podem deixar vulneráveis as pessoas e aceitarem quaisquer propostas para sair desta situação. Pior que isso é o alto nível de desemprego verificado no seio da camada jovem, permitindo a aceitação de possíveis soluções para este fenómeno. Os expatriados têm conhecimento deste factor e procuram oferecer aos mesmos empregos nos seus estabelecimentos, mas que podem servir de isca para a conversão ao islamismo.

Ora, nestas condições em que o desemprego é elevado, a procura da satisfação das necessidades básicas proporciona a fácil conversão de muitos ao islamismo, pois muitas vezes começam como funcionários nos empreendimentos comerciais ou industriais de muçulmanos e aos poucos vão tomando contacto com a doutrina islâmica, por outro lado, propostas aliciantes como estas não faltam: “se te convertes ao islão o teu salário sobe” (Custódio, 2015, p. 129).

Assim, as condições económicas da franja mais desfavorecida da população tem sido um factor que tem contribuído para um proselitismo ao islão, tanto para manter o emprego, aumentar o salário ou mesmo contraindo matrimónio, para as meninas, como meio para escapar à pobreza, pese embora alguns testemunhos revelam casos de meninas movidas pela atracção física ou sentimental. Se por um lado, é fácil constatar meninas casadas com muçulmanos o contrário não é observável. Outro factor é a facilidade de adesão ao islamismo, pronunciando apenas com intenção a *Shahada*: “Não há outro deus a não ser Alá e Maomé é o seu profeta” (Smith, 2007, p. 297), três vezes e com testemunhas e automaticamente a conversão é feita sem imposição de uma catequese ou baptismo, o resto o percurso se encarregará da entronização de forma prática.

2.4.2.5. Laicidade do estado e liberdade religiosa

Fazendo uma análise sobre o percurso histórico atinente a expansão islâmica fica claro que ela se deu com maior rapidez em países cuja constituição consagra a laicidade do Estado, pois a possibilidade de implementar a charia é mais fácil. Angola é também um Estado laico, mas que reconhece e protege as confissões religiosas, apesar de haver separação, conforme está consagrado na Constituição da República:

1. A República de Angola é um Estado laico, havendo separação entre o Estado e as igrejas, nos termos da lei.

2. O Estado reconhece e respeita as diferentes confissões religiosas, as quais são livres na sua organização e no exercício das suas actividades, desde que as mesmas se conformem à Constituição e às leis da República de Angola.

3. O Estado protege as igrejas e as confissões religiosas, bem como os seus lugares e objectos de culto, desde que não atentem contra a Constituição e a ordem pública e se conformem com a Constituição e a lei (CRA. Art. 10).

Apesar de que a laicidade do Estado constitui um factor que favorece a expansão do islamismo, com a garantia da liberdade de consciência, de crença religiosa e de culto, como direito do cidadão (conforme o artigo 41º da CRA, 2010), ao mesmo tempo pode ser um empecilho de ascensão de qualquer religião ao poder político, como é o caso do islamismo. Entretanto, é importante preencher as lacunas que as leis podem ter para este desiderato, como por exemplo, reforçar à Constituição no artigo 10º sobre a laicidade do Estado com a proibição de formação de um partido político com base numa religião.

2.4.3. O papel das organizações islâmicas em Angola

A acção e o crescimento do islamismo parece para a maioria das pessoas um tanto quanto invisível, com excepção dos empreendimentos económicos. Mas por detrás deste movimento aparentemente estático e disperso, há um conjunto de organizações que orientam, controlam planificam todos os passos dos muçulmanos e com um propósito expansionista, não só do comércio, mas também do islamismo. Estas organizações sedeadas na capital de Angola, realizam e coordenam acções por todo o país e têm ligações com outras de carácter internacionais que as financiam.

A propósito, Faleiro (2014, p. 92) apontava a existência de nove organizações islâmicas em 2014 criadas, a maioria, no beneplácito da laicidade do Estado angolano e a tolerância religiosa. Já Custódio (2015, p. 31) apontou 13 organizações “eclesiásticas” e “para eclesiásticas” ou ONGs islâmicas, dirigidas, algumas por angolanos outras por estrangeiros e a maioria da ala sunita. Destas, a primeira é a CISLANG, fundada em 1978 em Luanda e esteve na base da construção da primeira mesquita da cidade do Lubango e sendo a única ou a mais visível na cidade do Lubango. Eis as organizações, segundo Custódio, ao nível de Angola:

- CISLANG/CISA - Comunidade Islâmica de Angola, posteriormente fundiu-se com a CACM – Comunidade Angolana dos crentes Muçulmanos e originou a COIA – Comunidade Islâmica de Angola;
- CRIA – Comunidade da Religião Islâmica de Angola;
- JIA – Juventude Islâmica de Angola;
- CID – Centro Islâmico de Documentação;
- LIA – Liga Islâmica de Angola;
- AAS – Associação Ansar Sunna;
- CDRIA/DAWAH-ANGOLA - Comunidade de Divulgação da Religião Islâmica em Angola;
- ABA - Associação de Beneficência em Angola;
- ALMUA – Aliança Muçulmana de Angola;
- AIDA – Associação Islâmica para o Desenvolvimento de Angola;
- AMA - *Africa Muslim Agency* (extinta);
- AMMA – Associação das Mulheres Muçulmanas em Angola.

Apesar de serem poucos visíveis as acções destas organizações na cidade do Lubango, segundo Custódio (2015, p. 132), elas têm cooperado com o Estado angolano na construção de infraestrutura sociais, têm ajudado crianças desfavorecidas, têm sensibilizado os seus crentes nas campanhas de limpeza e de vacinação. Embora ainda a religião que as suporta não esteja legalizada, tem desempenhado um papel crucial em vários sectores da vida social e económica do país. Ora, estas acções, como foi dito, podem certamente funcionar como “Cavalo de Troia” para expandir mais o islamismo e facilitar assim o processo de legalização. E, segundo Faleiro (2014, p. 135), a maioria destas associações ou

comunidades são usadas para servirem os interesses maioritariamente dos muçulmanos (apoio financeiros mútuos), ou àqueles povos que estejam a ser alcançados por eles. Assim é possível atrair a simpatia de potenciais membros, ao mesmo tempo servem de centros de iniciação ao islamismo.

2.5. Impacto da expansão do islamismo na cidade do Lubango

Como se diz no mundo de economistas, “Não existem almoços grátis”. A factura das acções filantrópicas observadas actualmente pode vir mais tarde e mais cara se medidas eficazes de coexistência pacífica interreligiosas não forem tomadas. Numa visão nacional, comparando o que se passou na Nigéria, no Sudão, em Moçambique, na República Centro Africana, a expansão do islamismo num nível mais avançado, se assumir o poder político, tem em vista a implantação da charia, perseguição de outras religiões, proporcionando exilados, refugiados, ou a divisão do país em muçulmano e outra parte cristã.

Por outra, é sabido e atestado por vários estudiosos, que países de maioria muçulmana permite a “coexistência” de outras religiões, mas sob a condição de pagamento da *Jizya*, que segundo Faleiro (2014, p. 160), é um imposto *per capita* cobrado a uma parte de cidadãos não muçulmanos num Estado islâmico, e o mesmo é entendido como prova material da aceitação da sujeição ao Estado e às suas leis. Logo, não há um tratamento de reciprocidade com os países de maioria cristã onde o islamismo é implantado, ou seja, nos países maioritariamente muçulmanos, não raras vezes, acontecem contra os cristãos intolerância, limitação nas manifestações religiosas, perseguições, ataques e mortes, abusos físicos, mentais, multas, enquanto que nos países de maioria cristã, os muçulmanos gozam de uma liberdade considerável.

No entanto, falar mal do islamismo num país cristão é islamofobia e pode ocasionar manifestações no mundo muçulmano e até indignação nos países ocidentais, sobretudo na maioria dos países europeus, onde o eurabismo é um fenómeno avançado, no qual o respeito pela liberdade religiosa e pelas minorias facilita a islamização da própria Europa, associando à isto, as pendências e acordos político-económicos. (Carneiro, 2013, p.15). Mas se casos similares ocorrerem em países muçulmanos, a sentença pode ser até a morte, pelo que não há princípio de reciprocidade no tratamento dos mesmos.

Essa intolerância acontece em todos os países muçulmanos, com maior ou menor gravidade. Mas dos 10 países mais intolerantes com o cristianismo, nove são muçulmanos, destes, a Arábia Saudita é a segunda da lista, depois do Irão (Faleiro. 2014, p. 137), formada maioritariamente por sunitas, ela é a financiadora da mesquita do Lubango.

2.5.1. Impacto social

Como ficou dito anteriormente, o islamismo é uma religião universalista e onde se expande procura implementar o seu *modus vivendi*, pese embora se reconheça certa adequação ao meio, o islamismo praticado na Arábia Saudita, não é igual ao praticado em África, por causa das influências culturais locais, a começar mesmo pela língua, lugar, gestos, mas a essência doutrinária é a mesma, apesar de que se possa verificar algumas especificidades de abrandamento nas regras de acordo com as suas divisões internas e estado ou nível de expansão, sendo a aplicação da charia o mais alto.

Para qualquer muçulmano, o dia de oração colectiva é sexta-feira, onde, constatação feita, já é possível observar um número cada vez maior de meninas angolanas com a burca participando das mesmas, assim como nas ruas e mercados, algumas conduzindo viaturas e nem sempre acompanhadas por um homem como devia ser segundo países mais radicais.

Como ficou demonstrado acima, o islamismo no começo de sua expansão num território é pacífico, com o tempo e o crescimento torna-se cada vez mais exigente, sobretudo quando sua presença é de grande importância no sistema económico-financeiro local depois torna-se conflitante, no qual com os direitos adquiridos procura passar da esfera meramente social e económica para a esfera política com o fim de conquistar o poder e implementar a charia. No contexto nacional as fases não são as mesmas devido o nível de expansão diferente, mas há sempre uma concatenação. Já no caso do espaço geográfico em estudo pode-se afirmar que está na primeira fase, porém com indícios de transição para a segunda fase.

A primeira fase caracterizada essencialmente pela pacificidade, por ser o tempo de implementação, expansão quase que silenciosa, sem grandes tumultos, os fiéis apresentam-se humildes, devotos, compreensivos, com comportamentos piedosos e por isso atraem para si admiração, um modo de ser e estar completamente

diferente daquele que a mídia apresenta, cheio de terror e limitações de vária índole. Esta fase leva o seu tempo, mas por cá foi retardada pelo conflito armado e pela avareza de alguns imanes que conflituaram pela da mesquita com o intuito de se enriquecer à custa dos fiéis, como consta em algumas actas a que se teve acesso.

Nesta fase há certa timidez e receio, mas com o passar do tempo começa-se a exigir o reconhecimento pelo estado e pela legalização, nesta transição verifica-se o aumento de muçulmanos envolvidos nas actividades económicas e aumento de casamentos com as mulheres angolanas, no caso da cidade do Lubango, facto verificável com facilidade nas ruas e nos mercados formais e informais, no sistema económico financeiro que está a evoluir em alguns sectores para monopólio, como por exemplo na indústria panificadora.

O crescimento verifica-se também no acesso às diversas instituições públicas e privadas, em todos os subsistemas de ensino e, quando o número aumentar consideravelmente e acontecer, se acontecer, um choque doutrinário com as escolas existentes como a prática da *silat*, o uso de burca, *hijab*, *nicab shayla*, *genuflexões* na rua, *autocarro*, *nos mercados*, então exigências de construção de escolas próprias, cemitérios serão apresentadas. Se não acontecer choques, certamente outras justificações serão apresentadas e se não então a sociedade deverá coexistir pacificamente com estas e outras manifestações inerentes a esta religião, como a poliginia.

2.5.2. Impacto económico

Fruto da integração económica, apercebe-se com muita facilidade que, hoje por hoje, o mosaico económico da cidade do Lubango está sendo dominado, maioritariamente, por expatriados com origem nos países de maioria muçulmana. Tal como os gregos, os muçulmanos têm uma percepção profunda sobre as necessidades físicas, têm a consciência de que enquanto não forem satisfeitas, o desenvolvimento não pode acontecer. Essa consciência sobre as necessidades corpóreas básicas, criou um conhecimento sobremodo prático e eficaz sobre a importância da economia: “Tal como a saúde de um organismo exige que os alimentos cheguem em todas as suas partes, também a saúde de uma sociedade

exige que os bens materiais se encontrem larga e adequadamente distribuídos” (Smith, 2007, p. 303).

Esta analogia estabelece o princípio motivador básico da economia islâmica e, como no organismo humano, o sistema circulatório é o que abrange a totalidade do corpo levando, por meio dos capilares, todo o alimento que o corpo necessita através do sangue. A estima do comerciante e do comércio é outro factor impulsionado pelo próprio Alcorão, tido como o “livro do empresário”, incentiva o lucro, trabalho e esforço pessoal, porém com honestidade e caridade para que o sangue chegue em todos os lugares (Custódio, 2015, p. 131). Como no sistema circulatório, o sangue deve fluir vigorosamente, a lentidão pode trazer coágulos e doenças e provocar morte (Smith, 2007, p. 304). Ora, esta visão incentivadora sobre o processo económico, o comércio, fica claro que não há limites geográficos ou de outra natureza intransponível a ponto de impedir a expansão do mesmo e consequentemente a formação da *umma*. (Bohen, 2010, p. 595).

Esta visão expansionista tem um impacto muito grande nos lugares onde os muçulmanos empreendem, pois é o meio pelo qual a religião também se expande de forma inseparáveis. Pois onde haver um muçulmano, alí existe o germen do islamismo e, consequentemente, um projecto de uma comunidade. Na cidade do Lubango, o crescimento económico é visível e a expansão comercial por muçulmanos tem um impacto relevante de tal modo que, sem os empreendimentos de expatriados muçulmanos algumas áreas do comércio e indústria entrariam em crise, pois o grau de dependência é elevado. Apesar de não especificar concretamente os números, fica claro que existe o crescimento e os expatriados têm tido seu contributo.

Nº	Ano	Localização	Grande Superfície			Média Superfície			Pequena Superfície		Total
			Grossista	Retalho e Supermerca	Prest. Ser. Mercantis	Grossista	Retalho e Supermeca	Prest. Serv. Mercantis	Retalhista	P. Serv. Mercantis	
1	Até Agosto/2020	Lubango	17	9	2	734	107	64	1,244	916	3,093
2	Até Agosto de 2021	Lubango	18	10	2	807	119	64	1,533	1113	3,666
3	Até Agosto de 2022	Lubango	18	10	2	931	120	67	1,865	1483	4,496

Fonte: Adaptado do Gabinete Provincial para o desenvolvimento Económico (2022)

Segundo os dados obtidos do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento económico da Huíla, a cidade do Lubango tem 41 padarias em funcionamento, das quais sete são legalmente propriedades empresariais de expatriados com origem em países de maioria muçulmana, três são de sociedade por quotas mistas entre expatriados e angolanos e as restantes 31 são legalmente propriedades de angolanos. Todavia, ao longo deste trabalho foi possível observar que mais de metade destas padarias, apesar de estarem legalmente em nome de angolanos, são geridas por expatriados, prova disso é que desde o ex-controlo policial no bairro Nambambi até a rotunda do João de Almeida existem, neste percurso, nove padarias, sete delas anexadas a um mini-mercado, geridas por expatriados muçulmanos, religiosidade comprovada pelo encerramento destas lojas nos dias e na hora dos cultos colectivos, às sextas-feiras (12h30 – 13h00). Se neste número forem acrescentados os gestores de outras tantas padarias espalhadas na cidade, então o número é mais elevado em relação aos dados estatísticos oficiais.

O mesmo facto observa-se no mercado do Mutundo, em relação aos armazéns grossistas de venda de bens alimentares e bens de primeira necessidade, cujo número cresce vertiginosamente: há quatro anos existiam 53, mas até Agosto do presente ano o número subiu para 93 dos quais 69 são geridos por expatriados, maioritariamente oriundos da Eritreia e Mauritânia. E os restantes 24 armazéns são igual e maioritariamente geridos por expatriados. Sem números concretos, o mesmo fenómeno é observável na Zona Industrial no bairro Comandante Valódia (administrador do mercado do Mutundo).

Estes factos provam que os dados estatísticos oficiais não condizem com a realidade, pelo facto de se basearem apenas no registo oficial de alvarás comerciais emitidos, pois outros expatriados desempenham as suas actividades económicas, alugando os alvarás aos, e mais, há estabelecimentos comerciais com o mesmo nome e outros sem nome próprio, apenas estão identificados pelo objecto social que desempenham.

Quanto ao comércio a retalho o fenómeno não é muito diferente. Os expatriados estão a monopolizar com preços mais atractivos, sobretudo:

- No mercado de bens alimentares, e bens de primeira necessidade com o predomínio de eritreus, libaneses e mauritanos, espalhados na maioria de todos os

bairros os bairros da cidade do Lubango (geralmente em estabelecimento do tipo minimercado e maioritariamente associado à uma padaria, imagens em anexo) . Nesta área, importa ressaltar que, o impacto reflecte-se até mesmo nos dias e horário de trabalho, que é feito durante os sete dias da semana e das seis horas até aproximadamente às vinte e duas horas, este facto também é verificado no funcionamento das padarias geridas pelos expatriados, que normalmente es. De lembrar que, as lojas cujos proprietários são angolanos, funcionam até agora de segunda à sexta-feira das oito às dezoito horas e aos sábados até apenas doze horas.

- No mercado de material de construção civil, baterias e pneus, dominado essencialmente por indianos e mauritanos, espalhados um pouco pelo centro da cidade, bairro Comercial, João de Almeida, Comandante Valódia e Nambambi.

- No mercado de peças e acessórios de viaturas, as famosas “casas de peças”, é explorado maioritariamente por nigerianos, concentrados essencialmente no bairro da Mitcha, Lalula, João de Almeida e Nambambi

A estratégia usada na expansão e progressão económica é semelhante à usada em Moçambique. Inicialmente começam com estabelecimentos simples e quase invisíveis, como pontos de venda, as chamadas janelas abertas, venda a retalho, depois a grosso, criando um sistema de abastecimento conectados entre retalhistas e grossistas, com facilitação de aquisição de produtos por parte destes últimos.

Fazendo uma previsão, e porque já estão a ser dados passos nesta direcção, segundo algumas informações recolhidas de alguns funcionários ligados aos muçulmanos, as próximas áreas a alcançar para a progressão na importância no mercado económico e financeiro são os bancos (créditos e troca de moedas), para facilitar a transação monetária com seus pares e ampliar a confiança no seio empresarial e população em geral, facilitando ainda mais o proselitismo. Por exemplo, já existem muitos expatriados a creditarem mobílias, eletrodomésticos e bens de primeira necessidade à funcionários públicos e privados e até mesmo ao domicílio, numa espécie de “crédito ambulante” e o pagamento é por prestações.

O desempenho comercial dos muçulmanos é tão antigo, dinâmico e resiliente que se criou a célebre máxima: “Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai até

Maomé” (Custodio, 2015, p. 130), significando que eles vão até onde o cliente estiver, a exemplo dos *zungueiros*.

Colocado na balança económica da cidade do Lubango, nas áreas específicas em que expatriados com origem nos países com maioria muçulmana estão a fornecer produtos, o impacto é tão grande, quase que monopolizado e com o princípio do “*sistema circulatório*”, a expansão será cada vez maior e mais rápida para o interior das províncias. E como o comércio serve também de “cavalo de Troia” para o islamismo, juntos têm o mesmo peso de crescimento e expansão, nomeadamente, nos materiais de construção (com alguma limitação, por enquanto, no cimento e aço), panificação, bens alimentares e industriais, pois os armazéns de grande superfície, tanto na zona industrial, como no mercado do Mutundo segundo os dados do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento económico e da administração do Mutundo, são de expatriados e a maioria deles professam o islamismo como religião.

Segundo o Administrador do mercado do Mutundo, pode-se inferir que esta realidade denota o grande impacto económico na cidade do Lubango e com grande influência nos municípios arredores que usam estes armazéns de grande superfície como fornecedores, tais como, Humpata, Chibia, Quipungo, Matala, Cacula, Caluquembe, Quilengues e Bibala, este último pertencente à província do Namibe. Com tudo isto, a dependência será cada vez mais alastrada para as outras áreas. Como foi dito, a legalização do islamismo em Angola está apenas bloqueada pelo número exigido de fiéis, este entrave poderá ser ultrapassado a médio prazo.

Actualmente para a população de forma geral, as acções económicas têm sido bastante benéficas e indispensáveis na aquisição dos bens de primeira necessidade e não só, pois não sabem a ligação directa entre as actividades económicas e a expansão do islamismo. E mesmo que soubessem da ligação, pouco se sabe como são na realidade os efeitos ou as mudanças sociais por conta da implantação da charia, como escopo final da expansão, pois que, a crescente dependência poderá evoluir para outras dimensões, e possibilitar o direito à ascensão ao poder político e governativo, caso o crescimento e adesão ao islamismo continue e medidas não sejam acauteladas.

Pode-se afirmar com alguma certeza que a islamização de Angola, pela forma como está acelerado é um processo irreversível e imparável, pois ao nível em que se encontra, tomar uma atitude que vise pará-la, será visto como islamofobia, será mal vista pelos países ocidentais e as organizações políticas, económicas e sociais mundiais e regionais, em sinal de protestos, fariam manifestações nos países muçulmanos tal como aconteceu em 2013 quando Angola havia anunciado a banimento do islamismo e destruição de algumas mesquitas. Como se soube, teve de certa forma que retratar-se.

A implementação do islamismo pode parecer, à primeira vista, como um grupo de comerciantes apenas, interessados no lucro. Todavia, como aconteceu em vários países, há por detrás uma organização ou organizações muito fortes que financiam o comércio como forma de expansão da religião e não poucas vezes, apoiam os partidos políticos para ascenderem ao governo, como já foi dito anteriormente (Coggiola, 2007, p 29). Observações feitas, a partir da mídia internacional, os países e organizações islâmicas não condenam nem sancionam actos violentos ou suicidas de alas mais radicais com firmeza, funcionando como que uma forma de equilíbrio entre o islamismo e as diversas religiões e culturas, porque de uma ou de outra forma, o islamismo enquanto doutrina que se baseia no Alcorão, verá sempre os povos de outras culturas e religiões como infiéis a alcançar a curto, médio ou longo prazo, de forma pacífica ou coerciva (Huntington, 2006, p. 254; Keita, 2009, pp. 238 e 239).

O que resta é a criação de estratégias e meios, talvez mesmo políticas de coexistências pacífica entre o islamismo e as outras religiões em Angola, como acontece no Brasil, EUA, grande parte da Europa, aprender com estes países e outros como tem sido possível a coexistência pacífica e como evitar conflitos religiosos ou como refrear quando os mesmos acontecem.

2.6. Factores inibidores da expansão do islamismo

Com base no prognóstico social que pode ser feito no contexto desta investigação, tendo como base o percurso histórico da expansão do islamismo, o *modus operandi*, a analogia de outros países com o contexto angolano e, em particular, o da cidade do Lubango, os factores como a pobreza que afecta grande parte da população, a debilidade no sistema de ensino e a instável convicção religiosa de

muitos fiéis que fazem o mosaico religioso da cidade do Lubango, verificado no comportamento das famílias, instituições públicas e privadas, das ruas, mercados, do que é noticiado na mídia, entre outros factores, pode-se afirmar, com uma certeza suficiente, que há condições para o islamismo crescer e se expandir de forma normal.

Os factores como a não legalização do islamismo, o empoderamento da mulher, os ataques religiosos noutras partes do mundo, podem abrandar, mas não impedir a expansão do islamismo. Só as leis podiam ter o poder de banir o islamismo, mas fica claro que tal legislação não poderá acontecer, nem a laicidade do Estado, nem a adopção do cristianismo como religião do Estado, “*crístocracia*”, podem evitar a expansão do islamismo, pois existem variáveis acima da noção de Estado, como os valores defendidos globalmente como a democracia, liberdade de pensamento, de expressão e de manifestação religiosa, interesses económicos estatais, e de empresas multinacionais e a integração em organizações regionais e mundiais.

Prova disso é o facto actual de que em Angola, pese embora, esta religião não esteja legalizada, realizam livremente acções e se expandem sem grandes sobressaltos e mais, em muitos países sejam cristãos declarados sejam laicos, ela está ali e, está a crescer em ritmos diferentes, mas está a crescer.

Portanto, pelas características da sociedade contemporânea ligada a ideia da aldeia global e pelos valores e princípios defendidos e pelo percurso histórico de vários lugares pelo mundo afora, o islamismo continuará a expandir-se, sem que um governo, uma igreja ou outra religião o impeça. Apenas resta tomar medidas para que não seja uma expansão violenta, que não se torne radical, que se impeça a aplicação da charia.

Nenhuma lei pode impedir a expansão do islamismo, mas pode impedir que se crie quaisquer organizações política com base numa religião. Lembrar que uma das conclusões saídas da conferência teológica nacional realizada em 2013 pela AEA, através do ISTEEL, na qual participaram líderes da CEAST, do CICA, da OCIFU, com palestrantes de Angola, Brasil, EUA, e Nigéria e representantes do Gabinete para os Assuntos Sociais e Religiosos do Presidente da República, era de que entre outras, o governo angolano devia optar pela reciprocidade diplomática de não aceitação da manifestação do islamismo, tal como o cristianismo é proibido ou

limitado nos países de maioria muçulmana; prestar atenção a agenda política, económica e culturais dos países eminentemente muçulmanos que podem esconder uma expansão da sua religião e, por fim, prestar atenção a competitividade económica, facilitando empresários locais em detrimento dos expatriados (AEA, 2013, p. 1). Mas até aqui o islamismo continua a expandir-se imparável, prova de que as leis não podem fazer muito para parar este fenómeno.

Ademais, as sociedades estão condenadas a viver e conviver na diferença religiosa de forma pacífica, mas não no sincretismo religioso, daí que é responsabilidade de cada religião ou denominação religiosa educar numa fé inabalável face à vários desafios que seus fiéis podem enfrentar, e despertar para a demanda evangelística a todos os níveis e lugares, não por competição ou por defesa, mas por missão, porque afinal, não existe uma religião que queira ser limitada no espaço, cada uma traz consigo um germen expansionista e universalista (Faleiro, 2014, p. 354).

Conclusão do Capítulo II

Feita a análise, tudo indica que o islamismo é uma religião em franca expansão a nível da África e do mundial. Angola não é excepção e o objectivo é a conquista, a conversão total do planeta terra ao islamismo a longo prazo.

Para alcançar este escopo, tem entre várias estratégias, usado na fase inicial a implantação através do comércio e proselitismo, muitas vezes aliciando as camadas mais pobres e através de casamentos com as mulheres. Em fases finais de expansão, quando for um número elevado e constituir um elemento importante e quase indispensável na balança económica e financeira de um estado, tende a ser mais violenta e procura impor a charia.

Portanto, na cidade do Lubango, já é visível o impacto da presença e expansão do islamismo, tanto a nível social como, e sobretudo, a nível económico, ocupando um mercado diversificado, com tendência a monopolizar algumas áreas da actividade económica.

**CAPITULO III: POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA ENTRE O ISLAMISMO E
OUTRAS RELIGIÕES**

CAPITULO III: POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA ENTRE O ISLAMISMO E OUTRAS RELIGIÕES

Analisando tanto o percurso histórico entre o islamismo e as outras religiões, assim como os livros sagrados das mesmas, pode-se constatar que houve momentos de conflitos e de coexistência pacífica, assim como há nos respectivos livros sagrados passagens que apelam à violência e outras para harmonia social. Com base nestes pressupostos, neste capítulo aborda-se a possibilidade de coexistência pacífica entre o islamismo e o cristianismo, com base nos exemplos legados pela história e nas doutrinas, sem no entanto deixar de lado os desafios da coexistência pacífica e o posicionamento actual das confissões religiosas cristãs face ao islamismo.

3.1. Possibilidade de coexistência entre o islamismo e o cristianismo

A humanidade é fruto da acumulação milenar da experiência e conhecimento do ser humano na interacção com a natureza e seus fenómenos, na relação consigo mesmo, com o seu semelhante e com o sobrenatural, criando um mundo multicultural com diferentes cosmovisões e que muitas vezes, na demanda da realização pessoal ou grupal, atentou contra a dignidade humana. A par deste lado atentatório à vida humana, também idealizou sociedades pacíficas com criações de sistemas de segurança, instituições e organizações para limitar as acções do homem desenfreado pelo poder ou do fanatismo religioso para garantir uma coexistência pacífica em meio à variadas culturas, grupos etnolinguísticos, nacionalidades e credos religiosos.

Segundo Islam a “coexistência é um estado em que dois ou mais grupos vivem juntos no mesmo território durante o mesmo período, respeitando as suas diferenças e resolvendo os seus conflitos de forma não violenta” (apud Correia 2020, p. 26). Pretende-se deste modo afirmar que na contemporaneidade por causa da globalização sustentada pela ciência e tecnologia de comunicação e informação, já não existem grupos etnolinguísticos e culturas puras, muito menos religiões isoladas como que em ilhas. Pelo contrário, tal como existe a ideia de aldeia global também existe a aldeia multireligiosa, ou seja, temos um único mundo no qual coabitam várias religiões e crenças, pelo que a coexistência pacífica é requerida como condição *sine qua non* para o bem-estar comum da humanidade. Para tal é indispensável aprender a viver com a aceitação e deferência na diferença,

interacção com tolerância mútua e expansão religiosa sem destruição daqueles que têm objectivos semelhantes para que não se repita períodos negros protagonizados pelas religiões como a história registou.

Pois a história da humanidade reza que as religiões conhecidas por abraâmicas ou monoteístas, cada uma com justificações “divinas” perpetraram episódios desumanos: o judaísmo com o objectivo de conquistar a terra prometida aniquilou milhares de pessoas (povos que habitavam no percurso geográfico entre o Egipto e Canaã), em nome de Deus, já o cristianismo com as cruzadas pela disputa da Terra Santa dizimou milhares de muçulmanos e judeus, criaram a tortura da roda e do cepo e a inquisição, e por último os muçulmanos, para se impor no começo foi preciso usar a força militar e actualmente com os radicais em nome de Alá têm aniquilado igualmente milhares de “infiéis”, na sua perspectiva, até o presente momento, pois que relatos e notícias não param de passar na mídia, ao vivo e à cores, causando pânico, morte, destruição e medo generalizado em vários países. É talvez na actualidade, a religião que tem causado mais mortes em nome de Deus.

A história também registou intolerância religiosa entre as mesmas e de facto até a hodiernidade, basta observar a matança entre Israel e Palestina ou a perseguição de cristãos na Nigéria, Moçambique, Somália, entre outros. Tudo indica que há alguma rivalidade nestas religiões que não foram, nem estão a ser bem geridas. Neste âmbito um dos grandes estudiosos sobre os choques entre as civilizações, compara os conflitos entre o islamismo e cristianismo como sendo maiores que os conflitos entre o liberalismo democrático e o marxismo:

As relações entre o islão e o cristianismo têm sido frequentemente agitadas (...). O conflito do século XX entre a democracia liberal e o marxismo-leninismo não é senão um fenómeno fugaz e superficial quando comparado com o conflito contínuo e profundo entre o islão e o cristianismo. Por vezes, tem prevalecido a coexistência pacífica; mas frequentemente o relacionamento tem sido de rivalidade intensa e de guerra com intensidades variadas (Huntington, 2006, p. 245).

Apesar desta mancha negra, como o mesmo autor admite, tem havido no tempo e no espaço no relacionamento entre estas religiões momentos menos agitados, de coexistência pacífica, que podem ser exemplos de tolerância entre estas religiões e quiçá servir de exemplo para a actualidade. O primeiro caso desta convivência nesta dimensão, apesar de secular, verificou-se nos primórdios do islamismo, relatado por Fadlullah, descrevendo que:

O Profeta Mohammad emigrou para Medina para estabelecer as bases para a nova sociedade Islâmica. Neste local, ele ficou face a face com os judeus, há de se destacar o fato de que não havia cristãos em Medina. Ele não queria conflito com os judeus, já que não desejava abrir uma nova frente de contenda. Ao invés disso, ele deixou a sabedoria prevalecer, assinando um pacto com eles, por meio do qual os seguidores de cada uma das religiões poderiam viver lado a lado em paz e harmonia. O pacto era indicativo de uma nova realidade: a tolerância religiosa construída sobre uma base sólida em que ambos os grupos religiosos reconheciam o que os unificava. Assim, ambos optaram por um meio termo, onde o diálogo era o caminho para uma mútua compreensão, longe do fanatismo e do preconceito (2007, p. 145).

Neste relato fica clara a ideia de que a coexistência pacífica entre o islão e o judaísmo remonta ao profeta Maomé que tendo encontrado a comunidade judaica nessa cidade, procurou cooperar com base na tolerância, no diálogo e na doutrina monoteísta ao mesmo Deus, criando assim uma sociedade multireligiosa com o intuito de desenvolver esta sociedade e defendê-la da opressão interna e agressão externa, tornando-se assim cidade-estado com direitos e deveres de todos os grupos religiosos (Correia, 2020, p. 31).

Outro relato apresentado pelo mesmo autor, retrata os muçulmanos que migraram para a Abissínia (actual Etiópia) e receberam garantias de proteção do Rei (cristão), onde encontraram, abrigo, paz e segurança, o que permitiu que praticassem seu culto com liberdade); as três religiões conviveram pacificamente “na época do califado Omíada, o povo da aliança, cristãos, zoroastrianos, judeus e sabeus, todas desfrutavam de um nível de tolerância que não encontramos hoje mesmo em países cristãos” (*idem*, p. 3).

Entre os vários exemplos de territórios governados por muçulmanos como a Índia, no Próximo Oriente, judeus e hindus viveram com calma e pacificidade; mesmo a Espanha (711-1492) é o melhor exemplo de coexistência pacífica entre várias culturas e religiões, garantindo aos cristãos e judeus a prática da sua fé sem restrições, (Smith, 2007, p. 311).

Na contemporaneidade pode verificar-se que há muçulmanos a viverem em vários países de maioria cristã e podem manifestar livremente os seus ritos sacros, e apesar de algumas limitações ínfimas, também é possível observar em países de maioria muçulmanas a presença de cristãos, apesar de que estejam sob fortes limitações de manifestação pública, como a limitação na evangelização, pronunciamento do nome de Jesus como filho de Deus, ou seja desde que um gesto não fira ou viole preceitos corânicos podem ser público, caso contrário, no

mínimo tem que ser privado (Faleiro, 2014, p.140). Desta feita a coexistência entre as religiões deve ser buscada na essência de cada uma e que cada uma saiba ceder e contextualizar-se.

3.2. Pressupostos ou estratégias para coexistência e convivência pacífica entre as religiões

Pode-se buscar exemplos históricos ou estratégias para evitar ou apaziguar conflitos inter-religiosos, servindo como referência, podendo facilitar a compreensão de certos factos. Pode-se, igualmente, ter como base as constituições das nações, organizações regionais e internacionais princípios e leis que podem contribuir gradativa e grandemente na aceitação e convivência com outrem na diferença religiosa. Mas, na verdade, o principal meio para evitar ou apaziguar os conflitos inter-religiosos pode residir na natureza de cada religião, através da interpretação e análise das doutrinas que determinam a acção de cada membro. Pois acredita-se que, se as doutrinas religiosas não contêm em si uma abertura e flexibilidade a outrem, dificilmente a coexistência pacífica é possível.

Desta forma, torna imperativo contextualizar a doutrina na vivência contemporânea, visto que as mesmas são atemporais, mas foram anunciadas em contexto próprio, pelo que, uma adequação é sempre o ponto chave. Assim, pode-se abstrair tanto do Alcorão como da Bíblia, sendo estes os principais Livros Sagados das religiões em causa, bases que sustentam a coexistência pacífica, ou seja, é possível mostrar que, em vez do "choque das civilizações", existem pontos interculturais e transculturais que permitem o diálogo, o respeito pela diferença e a fraternidade entre os povos de diferentes religiões, mormente, o islamismo e o cristianismo, sendo esta, praticada pela maioria do povo angolano e, não podia ser o contrário na cidade do Lubango. E neste ponto, é imperioso adentrar um pouco mais a fundo nos livros sagados do islamismo e do cristianismo, pois não se pode conhecer o muçulmano sem o Alcorão nem o cristão sem a Bíblia Sagrada, especialmente o que de melhor estes livros oferecem para se entender a possibilidade de coabitação pacífica em sim mesmos.

3.2.1. Coexistência pacífica segundo o Alcorão ou islamismo

São várias as referências no Alcorão que expressam a ideia de convivência pacífica com outras religiões, sobretudo com judeus e cristãos, ou concordância doutrinária que aceitam parte da Bíblia Sagrada. Aliás, Maomé não aparece para negar o judaísmo ou o cristianismo, mas é enviado para o completar e o purificar das corrupções que havia sofrido com a influência de outras religiões e culturas, por isso, Maomé é cognominado como o Selo dos Profetas (Smith, 2007, p. 274). Eis como o Alcorão afirma sobre a crença nas religiões monoteístas:

“Cremos em Deus, no que nos tem sido revelado, no que foi revelado a Abraão, a Ismael, a Isaac, a Jacó e às tribos; no que foi concedido a Moisés e a Jesus e no que foi dado aos profetas por seu Senhor; não fazemos distinção alguma entre eles, e nos submetemos a Ele” (Alcorão 2:136).

O Islamismo é uma religião de misericórdia para todas as pessoas, muçulmanas e não-muçulmanas. O profeta foi descrito como sendo uma misericórdia no Alcorão devido à mensagem que trouxe para a humanidade: “Nós te enviamos como uma misericórdia para todos os mundos.” (Alcorão 21:107).

Ainda mais, o próprio Alcorão Afirma “Não existe compulsão na religião(...)” (Alcorão 2:256). Ou seja, cada um pode manifestar a sua religião até em países com maioria muçulmana, simplesmente exige a *jizya*.

Por sua vez, o islamismo assenta sobre a possibilidade de diálogo, tal como o pacto em Medina com os judeus, com base no Alcorão:

“E não disputeis com os adeptos do Livro, senão da melhor forma, excepto com os iníquos, dentre eles. Dizei-lhes: Cremos no que nos foi revelado, assim como no que vos foi revelado antes; nosso Deus e o vosso são Um e a Ele nos submetemos”. (Alcorão 29 :46).

Então, de onde provem a violência do islamismo? Pode-se afirmar que tal como a Bíblia Sagrada, há no Alcorão suras que defendem a violência ou a prática de guerra, todavia é necessário enquadrar o contexto em que devem ser usados. Pode-se constatar que, tanto no Alcorão como na Bíblia, a violência contra outros povos foi usada, todavia cabe ao homem moderno guiar-se por princípios que

dignifiquem a vida humana, consagradas nos textos sagrados; cabe somente ao homem escolher.

3.2.2. Coexistência pacífica segundo a Bíblia Sagrada

A Bíblia é o livro sagrado do cristianismo, e parte dela do judaísmo. É com o cristianismo, sobretudo católico, que o islamismo teve e, de certa maneira ainda tem, incluindo actualmente as igrejas protestantes, conflitos. Por outro lado é o mesmo que tem feito e demonstrado ao longo da história fortes tentativas da realização de uma sociedade pacífica, no geral e de aproximação ao islamismo, através do empenho de seus Concílios, Papas, essencialmente João Paulo II e o Papa Francisco, promovendo a justiça social, valores morais, paz e liberdade para todos os homens, exercitação do perdão pelas cruzadas, inquisição, diálogo inter-religioso, reconciliação social (Correia, 2020, p. 37).

Estes são os preceitos que o mundo cristão (Católicos e Protestantes) partilha com todas as religiões, baseadas na Bíblia Sagrada, cuja clareza nos livros abaixo ensinam que a prática de virtude é fruto do Espírito Santo: “Mas o fruto do Espírito Santo é o amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade” (Gálatas 5:22); ou como sendo eleitos de Deus: “Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos, amados, de ternos afectos de misericórdia, de bondade, de humildade, de mansidão, de longanimidade” (Colossenses 3:12); o cristão entre outras características tem que amar e orar até pelo inimigo: “Eu, porém digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mateus 5:44); ser pacificador: “Bem-aventurado os pacificadores porque serão chamados filhos de Deus” (Mateus 5:9); reconciliador e pelo diálogo: “Deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; e, então, voltando, faz a tua oferta. Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho (...)” (Mateus 5:24 e 25), entre outras passagens que incentivam uma vida de temor a Deus e de amor com o próximo, incluindo outras virtudes.

Estas e outras características do cristianismo, em contra partida, facilitam a expansão do islamismo, pois que eles sabem de antemão que o cristianismo não é uma religião violenta. Todavia, se tantos muçulmanos como cristãos seguissem a doutrina que é pela vida e unidade, o rumo dos acontecimentos actuais seria diferente.

Nesta aproximação, a todos os títulos louvável, não faltou o diálogo das diversas Igrejas, nomeadamente a de Roma que no Concílio Vaticano II dedicou à religião muçulmana uma atenção muito particular. Na declaração sobre a Igreja e as Religiões não cristãs “*Nostra Aetate*” lê-se a certa altura:

«A Igreja olha também com estima para os muçulmanos. Adoram eles o Deus único, vivo e subsistente, misericordioso e onnipotente, criador do céu e da terra, que falou aos homens e a cujos decretos, mesmo ocultos, procuram submeter-se de todo o coração, como a Deus se submeteu Abraão, que a fé islâmica de bom grado evoca. Embora sem o reconhecerem como Deus, veneram Jesus como profeta, e honram Maria, sua mãe virginal, a qual por vezes invocam devotadamente. Esperam pelo dia do juízo, no qual Deus remunerará todos os homens, uma vez ressuscitados. Têm, por isso, em apreço a vida moral e prestam culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum. E se é verdade que, no decurso dos séculos, surgiram entre cristãos e muçulmanos não poucas discórdias e ódios, este sagrado Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens» (Rodrigues, 2016, p. 5).

Esta tentativa conciliadora, mas não integradora é uma possibilidade de pacificidade, já que existem elementos doutrinários comuns mais do que suficiente para que haja a aceitação dos pontos divergentes sem a necessidade da tentativa de aniquilamento do outro. Importa ressaltar outro aspecto, de que os membros em si das distintas religiões *de per se* são pacíficos entre si. É isso mesmo que Francisco defende e com justeza de pensamento histórico: “as religiões nunca incitam a guerra, o ódio e extremismo, é referido que essas situações são fruto do desvio dos ensinamentos religiosos, do uso político das religiões e da interpretação de pessoas que abusaram da influência do sentimento religioso sobre os corações dos homens para os levar à realização daquilo que não tem nada a ver com a verdade da religião, para alcançar fins políticos e económicos”. Por isso, “neste sentido importa apelar que se deixe de objectivar a religião para incitar ódio e violência” (apud Correia, 2020, p. 38). Por isso a tolerância é indispensável ante um ente diferente, sobretudo no que tange a religião.

3.2.3. A tolerância, chave para coabitação pacífica inter-religiosa

Não é possível que haja concordância entre as diversas religiões no que tange as suas doutrinas, pode existir alguns pontos comuns, mas na essência são diferentes. Essa diferença cria grupos sociais com posicionamentos diferenciados em relação a vários aspectos da vida e influencia, deste modo, o comportamento de seus indivíduos, levando em alguns casos a atitudes de intolerância religiosa contra o

oposto, pelo facto de não aceitar nem respeitar a existência de uma religiosidade diferente. A atitude de intolerância a curto ou a longo prazo pode ocasionar violência. Por isso, a tolerância é requerida em todos os momentos de interacção com o novo, como meio de respeitar e aceitar, mesmo com alguma relutância ou desconfiança no começo, enquanto se avalia o novo. É neste sentido, que a Encyclopedia of the Early Modern World, apresenta a tolerância:

A tolerância (ou seu cognato, tolerância) indica a prontidão de um indivíduo ou de uma comunidade para permitir a presença ou expressão de ideias, crenças e práticas diferentes do que é aceito por esse indivíduo ou pela parte dominante da comunidade. Tolerância exige apenas paciência; não requer aprovação ou endosso das ideias, crenças e práticas toleradas. Uma pessoa tolerante respeita as diferenças de si próprio em relação a outras pessoas; uma comunidade tolerante respeita as diferenças entre os grupos e entre indivíduos dentro da totalidade social. A tolerância é, portanto, a antítese da perseguição ou repressão (sistemática ou individualizada) de ideias, crenças e práticas que diferem de um próprio. Na verdade, uma pessoa tolerante ou a sociedade vai proteger a capacidade de tais ideias, crenças e práticas que persistem mesmo embora reconhecendo desacordo com eles (apud Rodrigues 2016, pp. 30 e 31).

A tolerância é precedida pela paciência e conhecimento, dito de outra forma: é necessário antes de julgar ter a paciência de conhecer o objecto da nossa análise: o que é, como é motivação e pretensões, vantagens e desvantagens da sua existência no novo meio social, numa palavra aplicar a análise FOFA (pontos Fortes, Oportunidades, pontos Fracos e Ameaças), e o conhecimento produz sabedoria e um relacionamento harmonioso, justo e possibilita um posicionamento desapassionado ante os fenómenos. Assim, faz-se a apologia da tolerância diante das manifestações religiosas pelas idiossincrasias e pluralidades como o garante da vida em sociedade de forma pacífica e substrato da perpetuação da humanidade.

Com a tolerância aceita-se o indivíduo/organização portador de uma cosmovisão ou crença religiosa diferente e respeita-se o lugar que ocupa no espaço social, ao mesmo tempo que o indivíduo que se integra reage com os mesmos princípios de aceitar e não substituir os princípios vigentes, respeitar o lugar social já ocupado, no entanto, deve mostrar o novo sem imposição, e aqueles que se identificarem certamente aderem. Assim a tolerância é recíproca no processo tanto de integração como de coabitação entre as diferentes crenças, e entre o islamismo e as outras religiões não é diferente na cidade do Lubango, mas necessário, para a harmonia na diversidade mesmo diante do adverso.

3.3. Desafios da coexistência pacífica entre as religiões

A sabedoria umbundu nos dá uma luz com o provérbio: “*Cililila onjila, ondimbuli omanu*” (tradução literal: O que faz chorar o pássaro é interpretado pelo homem), significando que os fenómenos naturais e sociais, inspiram o conhecimento no homem, ao mesmo tempo que o alertam do perigo, por isso o homem deve prever o curso da sua história e antecipar soluções (Sebastião, 2014, p. 50). Do ponto de vista teórico, pode-se afirmar que tudo está bem, os preceitos das escrituras sagradas de cada religião são suficientes para a coexistência pacífica. Todavia a história, a prática em si demonstra o contrário. E é neste aspecto onde é necessário analisar, promovendo um verdadeiro diálogo, virado para a coexistência pacífica. Cada religião tem de se rever, se realmente quer alcançar este desiderato e abdicar ou mais adequadamente contextualizar alguns preceitos sagrados. É ali onde consiste o grande desafio: a necessidade do autopolicimento das escrituras sagradas das religiões que tendem a violar a dignidade humana, provocando em circunstâncias mais extremas a morte.

Assim o desafio a ter em conta na coexistência pacífica conta-se necessariamente, entre outros, com:

- O carácter universalista do islamismo
- A tendência quase que natural da aplicação da charia nos países onde se torna a religião maioritária;
- Existência de subgrupos radicais e violentos em algumas religiões;
- A possibilidade de atracção de alas mais radicais quando adoptar a moderação onde ele se estabelece;
- A conexão a *umma* mundial que pode reagir quando parte dela for ameaçada.
- Contextualizar a interpretação das doutrinas dos Livros Sagrados na actualidade, onde são valorizados valores universais como a liberdade de pensamento, expressão, de escolha e religiosa, sem, no entanto, perder a essência das mesmas, a exemplo da Turquia que substituiu a charia por uma lei civil que vale para todos, independentemente da religião, desde 1926 e a proibição da poligamia (Heller, 2001, pp.143 e 144; Partridge. 2006, pp.127 e 128).

3.4. Posicionamento actual face a expansão do islamismo

A percepção geral que se tem do islamismo, por causa do fundamentalismo, aplicação da charia e sobretudo o terrorismo é deveras negativa, e aqueles que se adiantaram na reflexão sobre o assunto, têm uma percepção similar, fruto de colectas de opiniões de algumas personalidades de relevo na sociedade angolana e algumas instituições que, de certa maneira, lidam com assuntos relacionados e manifestaram sempre uma preocupação em relação ao crescimento e consequências do islamismo em Angola, incluindo a cidade do Lubango (Custódio, 2015, p. 83).

O governo, através do INAR, sempre se mostrou preocupado em relação a proliferação do fenómeno religioso em Angola, incluindo a expansão do islamismo, de tal sorte que realizou vários encontros, conferências, entre outros, para reflectir sobre o assunto e precaver-se sobre as consequências do mesmo.

O Catolicismo, sendo o portador do maior número de cristãos em Angola, sob orientação apostólica dos Papas Bento XVI (*Africae Munus*) e Francisco (*Evangelii Gaudium*) aludiram nestas exortações o diálogo inter-religioso e o conhecimento para a preparação do diálogo com o islamismo, respectivamente. Esta tem sido a base da concepção sobre o islamismo pela CEAST, como sendo uma das organizações eclesiais da igreja Católica que, igualmente se tem debruçado sobre o assunto do fenómeno religioso e não só, e igualmente tem demonstrado preocupação sobre a expansão do islamismo, de modo a apelar a um conhecimento profundo e um diálogo para uma coexistência pacífica entre as religiões em Angola, atribuindo ao Estado um papel de controlo (Custódio, 2015, p. 86).

A IESA, nos seus fóruns teológicos tem apresentado a preocupação de reflectir o fenómeno islâmico e sua implicação na vida dos angolanos, como são o caso da II Conferência Nacional da Juventude em 2013, realizada na cidade do Lubango, num dos seus templos, na qual ficou clara esta manifestação, na prelecção do Professor, e na altura director do ISTEEL, Avelino Rafael e admitiu que “é totalmente natural e legal uma religião querer novos adeptos e também ter um plano de expansão, no entanto, cabe a cada pessoa saber posicionar-se e escolher com sabedoria” apelando ainda que “as igrejas cristãs devem preparar e instruir seus

membros para estas e outras influencias doutrinarias” (IESA, Acta da II Conferência da Juventude, 2013).

E no presente ano, de 19 a 20 de Abril, a IESA realizou o II Fórum Teológico, no qual, o tema da expansão do islamismo, não passou despercebido. Desta vez sendo abordada pela professora do ISTEEL Eunice Chiquete, que apresentou o tema com o propósito de despertar os fiéis no aprofundamento da compreensão do fenómeno e melhor posicionamento face ao mesmo; voltou a insistir na preparação dos fiéis das igrejas cristãs para terem firmeza diante do islamismo e outras igrejas neopentecostais. Com isso pode-se aferir que as igrejas não estão se preparando para hostilizar ou repulsar o islamismo, mas estão se precavendo para evitar ou minimizar a influência sobre seus fiéis e para uma convivência pacífica (IESA, acta do II Fórum Teológico, 2022).

A AEA como já foi expresso, realizou uma Conferência Nacional em 2013 com eminentes figuras especialistas na matéria sobre o islamismo e as três maiores organizações religiosas do cristianismo em Angola (AEA, CEAST e CICA) estiveram presentes, cujas recomendações foram dirigidas tanto para as igrejas, instituições de ensino teológico, como para o governo, das quais se destaca a petição ao Governo, especificamente ao Ministério de Educação Cultura e Tecnologia para a introdução do estudo da Bíblia, nas escolas comparticipadas, o que hoje é realidade (ISTEEL, Acta da Conferencia Nacional de Teologia, 2013).

Um facto a considerar é que, apesar da percepção negativa generalizada sobre o islamismo, seja a nível mundial, da Europa ou local, devido as suas consequências a longo prazo, não tem se verificado uma revolta da parte dos cristãos ou uma atitude vigorosa com a finalidade de expulsar os muçulmanos de Angola. Percebe-se que há uma pretensão ou no mínimo uma predisposição natural para a coexistência pacífica e ao mesmo tempo uma preocupação sobre o mesmo para que não se chega à implementação da charia. Esta tendência é verificada tanto nas conferências, como no dia-a-dia dos cidadãos, mantendo uma relação cordial entre fiéis muçulmanos e cristãos, o que favorece a sua expansão.

Assim, para uma coexistência pacífica é indispensável o ensino e a prática da tolerância e respeito pela diferença a todos os níveis, seja no âmbito religioso, cultural, político, e outros, contando que acima de tudo, nesta liberdade, seja

preservada a vida humana e sua dignidade, em conformidade com a concepção dos Estados e das organizações internacionais que velam pelas mesmas.

Conclusões do capítulo III

O islamismo é uma religião que procura encontrar o seu lugar no mundo e para tal a visão expansionista encontra uma atenção primordial nas *umma* já constituída. Neste âmbito verifica-se um crescimento notável do mesmo em toda Angola, assim como na cidade do Lubango e, neste particular de forma pacífica até ao momento, sem a observação de querelas entre fiéis desta religião e de outras.

Não obstante a isso a reação da parte das outras religiões, para além da admiração, há certa ignorância que possibilita a existência da passividade e conseqüentemente a coexistência pacífica. Outrossim, sem a pretensão de igualar o islamismo e o cristianismo, existe sobretudo no livro sagrado de cada uma destas religiões, doutrinas que podem garantir a coexistência pacífica entre si.

Portanto, o posicionamento dos líderes cristãos em relação à expansão do islamismo na cidade do Lubango é de preocupação, fruto das constatações observadas noutras paragens pelo mundo afora, e tem levado a realização de várias conferências e reflexões intra e inter denominacionais, em torno do assunto, ao mesmo tempo, de aceitação pacífica até ao momento, através das trocas comerciais, ou seja, até aqui não houve um acontecimento claro de oposição à implementação e expansão do mesmo, seja a nível religioso ou do Estado.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclusões

A ideia inicial e abordada ao longo do presente trabalho de investigação académica, consubstancia-se na expansão do islamismo e as suas implicações socio-económicas, na cidade do Lubango assim como a apresentação dos factores impulsionadores da referida expansão.

Desta feita, a exploração realizada nos meandros do mundo islâmico, tanto a nível da biografia comparativa e da constatação factual, permite concluir com suficiente razão que o islamismo, é uma religião que partilha com o judaísmo e o cristianismo o carácter monoteísta, universalista, a origem abraâmica e a similitude do percurso histórico, concomitantemente ,difere daquelas religiões no que tange a essência doutrinal, criando um hiato intermitente existencial e, marcando os fiéis de cada lado com um espírito misto de amor e ódio.

O vigor do carácter universalista, faz do islamismo a religião que mais cresce no mundo. Longe de ser uma religião monolítica, é formada por uma variedade de subgrupos que partilham na essência em grosso modo a visão universalista, mas com uma visão diferente sobre os meios a usar para de alcançar este objectivo, existindo desta maneira alas mais moderadas e as mais violentas, por isso, ela é conhecida no contexto actual como a religião que mais viola a dignidade humana e que mais tem causado morte em várias regiões do mundo, sobretudo em África, devido ao radicalismo doutrinário baseado no seu livro sagrado: o Alcorão, completado pela suna, hadite e a charia. Em contrapartida, esta característica violenta e opressiva do islamismo tem sido a causa do medo e receios no seio da sociedade angolana em geral, sobretudo, entre aqueles conhecedores da matéria (Estado, igrejas e académicos).

A expansão do islamismo também atingiu Angola e em particular a cidade do Lubango, na qual tem experimentado um crescimento acelerado, sobretudo alguns anos após a conquista da paz definitiva. Este crescimento tem sido facilitado pela certa ignorância por parte da população em geral do que realmente esta religião é e toda a máquina complexa que a move, por um lado, por outro, as condições financeiras precárias de muitas famílias (muitas vezes forçadas ao proselitismo), e por isso, a implementação de empreendimentos comerciais, os casamentos com as mulheres angolanas e a imigração de muçulmanos vindos de vários países.

Juntando à estas não é desprezível a grande capacidade de adaptação e integração de muçulmanos nos diversos contextos da sociedade. Estas formam as principais estratégias de expansão. Estas estratégias podem ser constatadas na cidade do Lubango. Como prova da expansão do islamismo, basta observar o número de mulheres pelas ruas e estabelecimentos comerciais e sociais usando trajes característicos desta religião.

O islamismo, cria vínculos tão profundos com os seus fiéis a ponto de servir como o principal instrumento da formação do tecido cultural e de determinar, de forma convicta, o pensamento, comportamento, as acções de cada pessoa na *umma* que é por imanência tendente a universalização.

No percurso de implementação, o islamismo em menor número é pacífico, mas na medida que a quantidade de fiéis aumenta, torna-se exigente e violento na última fase na qual normalmente se impõe a charia, símbolo do governo teocrático. Esta atitude naturalmente coloca as outras religiões em tensão defensiva e pode desencadear conflitos e convulsões sociais. Se após um crescimento considerável manter-se moderado, então as alas mais radicais podem atacar tanto aqueles como os infiéis (outras religiões), podendo

No entanto, apesar destes receios, há condições sociais e predisposição humana para a coexistência pacífica entre as diferentes religiões na cidade do Lubango, em particular com o islamismo. Mas se o islamismo cresce e tenta impor a charia, a pacificidade tanto de uma como de outras religiões desaparecem e é a violência que normalmente prevalece na tentativa de defender os ideais e direitos dos fiéis de cada lado, porque a coexistência pacífica origina a coexistência competitiva e, esta por sua vez torna tênue e instável a separação entre a coexistência pacífica e a coexistência conflituosa, assim para uma coexistência pacífica efectiva é necessário a aceitação com tolerância a coexistência multireligiosa e multipolar.

Por fim, para a coexistência pacífica entre muçulmanos, cristãos e outras religiões em Angola é possível sob três condições: sem a radicalização, sem a aplicação da charia e um Estado atento.

Recomendações

Uma das características dos Estados republicanos é a democracia, que garante as liberdades individuais, sendo uma delas a liberdade de manifestação religiosa, por isso, Ninguém (Estado, instituição eclesiástica ou para eclesiástica) deve impor a sua religião a outrem, nem tão pouco impedir que abandone a respectiva religião.

Por conseguinte, cada um é livre de seguir uma religião sem, no entanto, desrespeitar os princípios, leis e valores consagrados na Constituição da República de Angola. Por conta disso, deve haver a aceitação e tolerância diante da diferença de manifestação religiosa para uma harmonia social, no entanto, sem violar a dignidade humana e o direito natural à vida.

Ora, o Estado deve, através de mecanismos próprios e legais, com uma segurança atenta, eficaz e eficiente garantir a possibilidade de uma coexistência pacífica entre as diversas religiões, mesmo que no futuro a presença muçulmana atinja acima de 50% da população angolana, para prevenir potenciais conflitos civis. Outrossim, para solidificar a laicidade, o Estado deve por lei, proibir que qualquer instituição religiosa crie uma organização partidária com a finalidade de ascender ao poder político, ao mesmo que, deve ser o garante que nenhuma instituição religiosa viole a dignidade humana ou o direito à vida por crença a qualquer religião.

Devido a natureza e a complexidade do islamismo, que se façam estudos mais profundos sobre o mesmo e se instrua a sociedade sobre as suas implicações na sociedade angolana, por outro lado as instituições estatais e religiosas devem promover o ensino pelo respeito à vida, harmonia e coesão social acima de qualquer convicção baseada em crenças.

Visto que actualmente entre as religiões, é no islamismo onde se tem verificado mais violações graves da dignidade da vida humana, baseando-se no Alcorão, é imperioso que os imanes muçulmanos contextualizem a interpretação do mesmo no presente século, tal como o fazem os cristão e judeus e, conformarem-se que o Alcorão não é a única verdade revelada, por outra, há a necessidade de submeter a charia à Lei Magna dos Estados onde o islamismo se expande e descartarem a Jihad contra os muçulmanos moderados e praticantes de outras religiões como meio de subjugação e os muçulmanos moderados, não devem ser coniventes

passivos quando actos bárbaros são perpetrados por alas radicais, porque muitas vezes quem cala consente.

Como a expansão do islamismo na cidade do Lubango apresenta um estado de não-retorno, as demais religiões, mormente o cristianismo (nas suas variantes), por ser a maioria no Estado angolano, devem dotar seus fiéis de conhecimentos teológico-doutrinários sobre a coexistência pacífica e tolerante para com fiéis e outras religiões.

Finalmente, o empresariado, os empreendedores e aspirantes à estas actividades económicas, devem aprender dos comerciantes expatriados a humildade, paciência, persistência, a visão estratégica prática, a solidariedade e cooperação para o crescimento sustentável.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Primária

Alcorão Sagrado (digital)

Angola, (2010). Constituição da República. Luanda.

Bíblia Sagrada (2009), *Estudo de Genebra*. Brasil: SBB.

IESA. Acta da II Conferência da Juventude, (2013).

IESA. Fórum Teológico. (2022),

INE, Censo Populacional, Dados definitivos. Luanda. (2016).

ISTEL, Acta da Conferência Nacional (2013).

ONU, (2013). Declaração Universal dos direitos Humanos, 4ª edição, Praia.

ONU, (2016). Relatório sobre a Liberdade Religiosa no mundo. Disponível em:

<https://www.acn.org.br> acessado no dia 4 de janeiro de 2022.

Secundária

Ali, A. H. (2007). *Infidel*. São Paulo: Editora SCHWARCZ S.A.

Ali, A. H. (2015). *Herege*, São Paulo: Editora SCHWARCZ S.A.

Al-Khazraji, S. T. H. (2006). *O que é o Islam*. 2ª Edição. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil.

Al-Khazraji, S. T. H. (2007). *Islam, a Religião do Diálogo*. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil.

Al-Khazraji, S. T. H. (2008). *Ensinos Islâmicos*. 2ª Edição. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil.

Al-Muzaffar, A. S. M. (2009). *As Crenças Islâmicas de Acordo com a Escola Xiita*. São Paulo: Editora Marse.

Al-Sheikh, S. A. A. (2010). *A Moderação: E sua influência na vida dos muçulmanos*. Brasil: Islamhouse.

Ankerberg, J., Weldon, J. & Burroughs, D. (2012). *Os Factos Sobre o Islão*. Porto Alegre: Actual Edições.

- Bohen, A. A. (2010). *História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.Ed. Vol. VII. Brasília: UNESCO.
- Castro, E. V. De. (2002). *O Conceito de Sociedade em Antropologia*. S. Paulo: Cosac & Naify.
- Cervo, A. L, Bervian, P. A. & Silva, Roberto da. (2007). *Metodologia Científica*. 6ª edição. S. Paulo: Paerson.
- Coggiola, O. (2007). *Islão Histórico e islamismo político*. S. Paulo: ICA.
- Correia, R. M. L. (2020). *Coexistência Religiosa em Campos de Refugiados*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Costa, J. P. da (2016). *O Islão, os Muçulmanos e seus Conceitos: Vocabulário de conceitos para o estudo da História do Islã e dos muçulmanos*. Brasil: Caxias do Sul.
- Custódio, A. F. (2015). *Um Olhar à Presença dos Muçulmanos em Angola*. Lisboa: Paulus.
- Demant, P. (2004). *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto.
- Fadlullah, A. A. M. H. (2007) *Islam, a Religião do Diálogo*. São Paulo: Centro Islâmico do Brasil.
- Faleiro, M. A. C. (2014). *Islamismo em Angola: Uma Contribuição apologética crista de um estudo histórico e sociológico*. Luanda: Edições Setembro.
- Farah, P. D. (2001). *O Islã*. 21ª Ed. S. Paulo: Publifolha.
- Gonçalves, A. C. (2003). *O Islão na África Subsaariana: Colóquio Internacional*. Porto: Novo Horizonte.
- Hedges, David et, all (1993). *História de Moçambique*. Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961. Vol. 3. Maputo: Aluka.
- Hellern, V. (2001). *O Livro das Religiões*. 7ª Edição, São Paulo: Editora SCHWARCZ S.A.
- Hobsbawm, E. (2008). *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Lisboa: Editora Presença.

- Hourani, A. (2001). *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huntington, S. p. (2001). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. 2ª edição, Lisboa: Gradiva.
- Jomier, J. (2002). *Islamismo: história e doutrina*, 2ª edição São Paulo: Editora Vozes.
- Keita, B. N. (2009). *Cheikh Anta Diop: Contribuição Endógena para a escrita da História do Continente*. Luanda: Nzila.
- Keita, B. N. (2018). *História da África Negra*. Luanda: Texto Editores.
- KI-ZERBO, Joseph. (1980). *História Geral da África*. Vol. I, Metodologia e Pré-história da África. São Paulo: Ática/Unesco.
- Lawrence, T.E. (2015). *Os Sete Pilares da Sabedoria*. 7ª edição, Rio de Janeiro: Record.
- Lopes, N. (2006). *Bantos, Malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- M^oBokolo, E. (2009). *África negra história e civilizações*. Tomo I. Salvador: EDUFBA.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Mendes, E. da C. (2017). *Métodos e Técnicas de pesquisa*. Brasil: Fabra.
- Mubarak, C. (2014). *Introdução ao Islamismo*. Brasil: Junta de Missões Mundiais.
- Nkuamsambu, A. (2018). *Metodologia de investigação Científica*. Critérios para elaboração, Formatação e Apresentação de Trabalhos Científicos em Formato NP & APA. Luanda: Rubricart Editora.
- Ourani, A. (2007). *Uma História dos povos Árabes*, São Paulo: Companhia de letras.
- Partridge, C. (2006). *Enciclopédia das Novas Religiões: Novos Movimentos Religiosos, seitas e Espiritualidades alternativas*. Lisboa: Verbo.
- Philips, A. A. B. (2012). *Compreenda o Islam e os Muçulmanos*. Qatar: Fanar.

Prodanov, C. C. & Freitas E. C. de (2013). *Metodologia do trabalho Científico: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho académico. 2ª ed.* Brasil: Feevale.

Rodrigues, M. A. (1980), *Nação e Defesa: o Mundo Árabe e islâmico.* Coimbra: editora Cegraf.

Sellier, J. (2004). *Atlas dos povos da África.* Lisboa: Campo da Comunicação.

Silva, F. G. da. (2018). *O Islamismo nos Esquemas de Classificação Bibliográfica: Construindo a Representação da Identidade Muçulmana.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Smith H. (2007). *A Essência das Religiões: A Sabedoria das Grandes Tradições.* Lisboa: ASA, S.A

Revistas e artigos

Aguiar, H. H. de (2001). *Islamismo e Estado.* Brasília a. 38 n. 152 out./dez. disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/738> acessado aos 4 de janeiro de 2022.

António, L. M. *Assuntos islâmicos de Angola.* Disponível em: <http://lukissambala.no.comunidades.net> Acessado aos 13 de dezembro de 2021.

Cierco, T, & Belo, A. (2016). *Será a Nigéria um Estado falhado?* O grupo Boko Haram. Revista Brasileira de Ciência Política, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 123-148. DOI:

Costa, S. L. (2010). *O Pensamento Islâmico Radical e as Redes Terroristas na Europa: As correntes de pensamento no interior do Islamismo.* projecto POCI/CPO/56994/2004. Disponível em:

Duarte, F. P. (2015). *O Islamismo como Ideologia Política de Carácter Secular.* Relações Internacionais: 45 [pp. 097-110]. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri45/n45a06.pdf, acessado no dia 4 de janeiro de 2022.

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/7367>. acessado no dia 09 de janeiro de 2022.

<https://www.google.com/search?q=A+Radicaliza%C3%A7%C3%A3o+dos+Movimentos+Religiosos+no+Norte+da+Nig%C3%A9ria&oq=A+Radicaliza%C3%A7%C3%A3o+dos+Movimentos+Religiosos+no+Norte+da+Nig%C3%A9ria&aqs=chrome..69i57j69i59.3687j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. acessado em 4 de janeiro de 2022

<https://www.google.com/search?q=Ser%C3%A1+a+Nig%C3%A9ria+um+Estado+falhado%3F+O+grupo+Boko+Haram+em+pdf&oq=Ser%C3%A1+a+Nig%C3%A9ria+um+Estado+falhado%3F+O+grupo+Boko+Haram+em+pdf&aqs=chrome..69i57.5454j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8> . acessado aos 4 de janeiro de 2022.

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiNsd36y-36AhUDhM4BHXuvB3oQFnoECA8QAQ&url=http%3A%2F%2Fwww1.eeg.uminho.pt%2Ffriap%2Fcp%2Fceupinto%2FprojectoFCT%2FWP_UM_Texto%2520correntes%2520de%2520pensamento%25202.pdf&usq=AOvVaw0fi_DUwEykl6zvJau8FsIU , acessado aos 4 de janeiro de 2022.

Lima, J. C. de. *A questão das fronteiras islâmicas e seus impactos económicos no território africano*. Conjuntura internacional. Cl. V. 11, N. 2. 24-34, ago. (2014). Disponível em:

Luciani, J. (2011). *A Radicalização dos Movimentos Religiosos no Norte da Nigéria: um exemplo da Polarização da sociedade nigeriana? Videre*, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p. 15-41, jan./jun. 2011. Disponível em:

Manzini, E. J. (2012). *Uso da Entrevista em Dissertações e Teses Produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação*. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 4, n. 2 , p. 149- 171, ISSN: 2177- 3300.

Meihy, M. S. B. *Xangô vai à Meca: Islã, comércio e as religiões tradicionais iorubás*. [S.l.], v. 1, n. 1, p. 35-55, 2020. DOI: 10.324024/exilium.2020. v.11290. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/exilium/article/view/11290>, acesado no dia 17 de junho de 2022.

Pinto, M. J. *A Actuação das Comunidades Islâmicas na Educação e Formação das Populações do Norte de Moçambique: Actas do congresso internacional saber tropical em Moçambique: história, memória e ciência iict – jbt/jardim botânico tropical*. Lisboa, 24-26 outubro de 2012.

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjVwf6jtuX6AhX_SPEDHX4hBhIQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2F2012congressomz.files.wordpress.com%2F2013%2F08%2Fmr03.pdf&usg=AOvVaw3nhHWICnVUcjmCh41biF90&cshid=1665946511479330,

acessado no dia 4 de Janeiro de 2022.

Rosa, C., Santos, M. & Cardoso, T. (*sine date*). *A Influência dos Conflitos Religiosos no Cenário Político e nas Relações Internacionais: Conflitos religiosos na Nigéria entre Islamismo e Cristianismo na atualidade e as repercussões em suas relações políticas* 2012. S. Paulo. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2013/04/pdf-e6-r146.pdf>, Acessado no dia 4 de janeiro de 2022.

Monografias

Carneiro, A. C. N. (2013). *A crescente islamização da Europa: influências e alterações nas instituições europeias. A intensificação do fenómeno com a possível entrada da Turquia*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, na Especialização em Estudos Europeus no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Chivela, L. D. (2020). *Conhecimentos e Atitudes dos Alunos do Instituto Técnico de Formação de Saúde do Lubango, Sobre o Saneamento Básico*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestrado em Saúde Pública, Instituto Superior Politécnico Jean Piaget, Benguela.

Henriques, J. M. N. (2011). *O Radicalismo Islamista na Península Ibérica a Reconquista do Al Andalus*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Lannes, S. B. de. (2013). *A Formação do Império Árabe-Islâmico: História e Interpretações*. Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Economia da Universidade Federal, Rio de Janeiro.

Lima, J. C. de. (2016). *Geopolítica da Religião: Os Movimentos Expansionistas do Islã em África séculos VII-XV*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Relações Internacionais, Belo horizonte.

Rodrigues, M. R. (2016). *O Conceito de Tolerância e seu Valor Pedagógico: Questões Sobre a Pluralidade e a Coexistência Pacífica*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Campus, Sorocaba.

Sebastião, J. C. (2014). *Carácter Filosófico Dos Provérbios Umbundu como um dos Elementos da Filosofia Angolana*. (Tese de Licenciatura em Ciências da Educação, opção Filosofia). ISCED, Huíla – Lubango

Silva, C.N. da. (2017). *Viver a Fé em Moçambique: As Relações entre a FRELIMO e as Confissões Religiosas (1962-1982)*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de doutoramento em História Social, na Universidade Federal Fluminense, Nitéóri.

ANEXOS

A. Anexos documentais

1: Declaração do registo de fiéis muçulmanos no município do Lubango em 1999

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA CULTURA
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA HUÍLA
DIRECÇÃO PROVINCIAL PARA OS ASSUNTOS RELIGIOSOS



DECLARAÇÃO

Para os devidos e legais efeitos de reconhecimento jurídico, declara-se que a Comunidade Islâmica de Angola- CISLANG, encontra-se representada nesta Província e conta neste momento com mais de 70 (setenta) membros.

Por ser verdade e nos ter sido solicitada passamos a presente declaração que devidamente assinada e autenticada com o carimbo à ólice em uso nesta Direcção.

Lubango, à 01 de Abril de 1999.-

O DIRECTOR PROVINCIAL
PEDRO MUSAUNDA

2: Relatório de registos de fiéis do município do Lubango em 2011

T. C.
Ao Departamento de A.A.C.
para os devidos efeitos
15/07/2011

43

EM NOME DE DEUS, CLEMENTE E MISERICORDIOSO

**República de Angola
Comunidade Islâmica de Angola na Huíla
C.ISL. ANG.HUI.**

Telefone: 261225380emailcislamghui@yahoo.com.br

Todo louvor pertence a Allah (Deus) senhor do mundo a ele que pertence a decisão final nos humanos e a paz de Allah (Deus) esteja com o nosso querido profeta e os povos que seguem com os mandamentos de Deus até no último dia.

Assunto: Relatório dos registos dos fiéis da Comunidade Islâmica de Angola na Huíla.

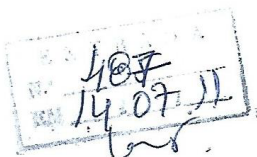
Número de fiéis existente na Igreja.

- 154 – Fiéis, na qual estão devidos em seguintes nacionalidades.
- 142 – Angolanos.
- 4 – Mauritanos.
- 3 – Malianos.
- 1 – Yemene.
- 3 – Congolese.
- 1 – Sudanês.

Lubango, aos 13 de Julho de 2011.

O Secretário

BERNARDO TOMAS MOISÉS
Bernardo Tomas Moisés



3: Declaração de autorização de actividades religiosas de muçulmanos no município do Lubango em 1995

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA CULTURA
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA HUÍLA
DIRECÇÃO PROVINCIAL PARA OS ASSUNTOS RELIGIOSOS

D E C L A R A Ç Ã O

Para os devidos efeitos, declara-se as Autoridades competentes que a Organização Religiosa denominada COMUNIDADE ISLÂMICA DE ANGOLA NA HUÍLA (CISLANGHU), representada na Prov. pelo sr. Dikawa José Yusuf, está devidamente autorizada a desenvolver as suas actividades missionárias na Província da Huíla, de acordo com o Decreto Executivo Conjunto nº 46/91 do Ministério da Justiça e da Cultura.

Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente Declaração que vai por mim assinada e autenticada com o Carimbo a Óleo em uso nesta Direcção.

Direcção Provincial Para os Assuntos Religiosos no Lubango, aos 6 de Julho de 1995.-

O DIRECTOR PROVINCIAL
ANDRÉ LUFULO

4: Ficha de recenseamento de instituição religiosa (islâmica), nacional em 1997



REPÚBLICA DE ANGOLA
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 Instituto Nacional Para os Assuntos Religiosos
 Caixa Postal 1223 - Tel. 395748



FICHA DE RECENSEAMENTO
 INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

DATA 14 / 03 / 1997

Local de Censo LUANDA

Denominação COMUNIDADE ISLAMICA DE ANGOLA - CISLANG

Origem da Instituição Arábia Saudita Ano e local de Criação no País. 1978 -

LUANDA

Possui Estatutos? SIM Nacional? SIM Estrangeiros? NAO

E Reconhecida? NAO Decreto Executivo n.º _____ Publicado no D.R.n.º _____

1ª Serie data / /

Solicitou registo? SIM n.º de registo 1268 Data 31 / 10 / 1991

Sede

Nacional LUANDA Rua n.º 1 Cxp. 2630

Tel. _____ Bairro PALANCA Comuna PALANCA

Âmbito Territorial : N.º de Provincias 18 Quais?

- | | | | |
|-------------------|----------------|----------------|--------------|
| 1 LUANDA | 2 BENGO | 3 KWANZA NORTE | 4 KWANZA SUL |
| 5 BENGUELA | 6 HUAMBO | 7 NAMIBE | 8 CUNENE |
| 9 ZAIRE | 10 NIÇO | 11 CABINDA | 12 MALANGE |
| 13 LUNDA SUL | 14 LUNDA NORTE | 15 MOÇICO | 16 HUILA |
| 17 KUANDO KUBANGO | 18 BIÉ | | |

N.º de representações em Luanda 13 Em que Municípios?

Município VIANA Rua Cmdte Jangereux

Município CAZENGA 2 Rua 5ª Avenida & Bº da Labor & Bº Sonefe

Município SAMBIZANGA 2 Rua Junto ao Mercado Rogue Santeiro

Município ATLANTICO 2 Rua Trav. 22 n.º 5 & Rua 2 S/n Balanca

Município SALSA 2 Rua 3ª Rocha Pinto S/n

Município TIPOCOTA Rua Largo do Nianxike Av. Combatentes

Município MAINGA Rua Bº H. Kifangondo Rua 8

Município Cacuaco Rua Bº da Petrangol

Município _____ Rua _____

N.º total de Membros 19.700 N.º total de templos 10 Sao propriedades da

Instituição? SIM Possui terrenos para construção de templos? SIM

Ja solicitou autorizaçao para aquisiçao de terrenos? SIM Em caso afirmativo quando e onde? / / 1992 LUANDA

Tem encontrado alguns factores que impossibilitam a realizaçao deste objectivo SIM Em caso afirmativo, Quais? EXCESSO DE BUROCRACIA NAS ESTRUTURAS VOCAIO-
NADAS PARA O EFEITO

Dias de Culto 2ª 5 vezes 3ª Idem 4ª Idem

5ª Idem 6ª Idem+Reunião Sabado 5 vezes Domingo Idem

Principios Doutrinarios Monoteísmo: Submissão a UM ÚNICO DEUS; Crer na Sua Existência, nos Anjos, Livros, Profetas, Juizo Final, e na predestinação do bem e do mal.

Simbologia utilizada Um Mesquita circundada por baixo por um crescente, tendo por cima do pico inferior da Mesquita, uma estrela. Significado do simbolo Mesquita (Ar.: Masdjid= Lugar de prosternação) simbolo de adoração; Crescente, Revelação Islâmica (Alcorão) que teve o seu inicio no mês de Ramadhan (9º do Calendário Islâmico); Estrela, Beleza do Universo; Protecção divina; Orientação.

Orgaos directivos: Assembleia Geral, Cons. de Culto, Cons. de Direcção

Resulta de desmembramento? NÃO - Nome da Instituição

Data de desvinculação / / Motivo de cisao

Possui cidadaos estrangeiros? SIM Quantos 2.500 Nacionalidade ZAIRENSES
COGOLENSES / GUINEENSES / MALIANS / GAMBIANOS / SENEGALENSES
BURKINABES / S.LEONENSES / A.VOLTENS / CAMARONENS / PAQUISTANES
LIBANESES / INDIANOS / PORTUGUES / EGIPCIOS / MOCAMBICANOS

A instituição tem solicitado vistos de entrada no pais para cidadaos estrangeiros NÃO

Qual a função que estes ocupam na hierarquia da instituição a nivel Nacional NÃO EXERCEM FUNÇÕES OS ESTRANGEIROS

Nome do Representante Legal FILIFE QUIETO "ABDULKAYUM"

Estado Civil SOLTEIRO Nacionalidade ANGOLANA Naturalidade KIMBILA - UIGE

Data de Nascimento 13/02/1962 N° de filhos 2 Hab.Literarias 12ª Classe

Habilitações Profissionais Curso Sup. de Teologia Islâmica

Outras Habilitações

Categoria Profissional Imam (Pastor)

Perfilhou outra religiao? SIM Qual? CATÓLICA

Duração do mandato Indeterminado

Actividade social que a instituição desenvolve Ainda não exerce nenhuma actividade social.

Outra informação relevante: O exercício de actividades sociais depende de reconhecimento da religião em Angola.

Luanda, aos 14 de Março de 1997

5: Informações contendo pedidos de autorização para bolsas de estudos em 1992

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ

DELEGAÇÃO PROVINCIAL DO CISLANG

COMUNIDADE ISLÂMICA DE ANGOLA LUBANGO

GABINETE DO IMAME DO CISLANG

C/CONHECIMENTO
DIRECÇÃO PROV. P/RA ASSUNTOS REL.

AO
DIGNO SR: DELEGADO PROVINCIAL
L DA SECRETARIA DE ESTADO
DA CULTURA DA HUÍLA

LUBANGO

ASSUNTO: INFORMAÇÃO Nº001/92 DATA: 19.06.92 GDP/CISLANG

de Conformidade, do Documento Solicitada no dia 8.06.92, o Representante legal do CISLANG do Lubango, vem por intermédio desta informar o Seg. que durante a estadia a Luanda, o Objectivo foi satisfatória a Cerca do envio dos Candidatos a bolsa de Estudo no Exterior do país com a partida previsto para o princípio do próximo Ano, de acordo com as Eleições previsto para o dia 29,30 de Setembro.

de Facto, o Sr: Representante de África Muslim Agency, fez-nos Abaixar as seguintes Recomendações a CISLANG, da seguinte maneira:-

- 1.- Com vista o envio dos Candidatos Muçulmanos a bolsa de Estudo no Exterior do país, comforme costava na data prevista para este mês que se aumentado o número dos Candidatos até 150 Elementos, segundo as Escolas Solicitada nos países, do Egipto, Arábia-Saudita, Malásia, Sudão.
- 2.- quanto do Documento Solicitada, pela Autoridade locais, será entregue oficialmente depois da chegada da Delegação a província da Huíla na Reunião que manterá com o Sr: Governador Provincial da Huíla e com outras Entidades locais.
- 3.- lamentamos bastante, a este facto, aceitamos a esta Solicitação de um Documento Orientadora, Sublinho o Representante de África em Luanda).
- 4.- se o Representante legal do CISLANG, não fez a entrega do Documento Solicitada quando da sua chegada na Huíla, teve uma palestra com todos Delegados dos CISLANG das províncias, razão a qual o tempo não permitida a fazer a entrega de certos Documentos da Religião, em Concluido a Solicitação.

ALLAHU AKBAR

FEITO NO GABINETE DO IMAME DA DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA COMUNIDADE ISLÂMICA DE ANGOLA DO LUBANGO.

O IMAME
إِسْمَاعِيلُ ابْنُ مُحَمَّدٍ
ISMAEL ABDUL MUHAMMAD

ACTº Abdul

6: Ligação da mesquita do Lubango à Árabia Saudita

EM NOME DE DEUS O CLEMENTE E O MISERICORDIOSO.
MESQUITA AL-FATAH
Bº COMERCIAL
LUBANGO-HUÍLA

FICHA DE INSCRIÇÃO E LEVANTAMENTO DE
DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS NA PROVÍNCIA

1- Nome da denominação religiosa: Cislanghui
2- Origem e fundação: saúdia – arábia
3- Nome do corpo de direcção, suas funções e categorias:

1- Dikumbo kobo mimi- Rep. administrativo.
2- Pendi Geraldo Rep. Adjunto em cargo de culto.
3- Sec. Gaspar Apalukaya Pateca.

Culto
1- Feliciano Mayala
2- Houssein
3- Sulemani João Maleta

Os servos pastoral
1- Manuel Domingos
2- Francisco Manganga
3- Tina Mokili

Conselheiros:
1- Lamine
2- Fidel Salazaku
3- Adolfo Domingos
4- Ngoileve João Paulo
5- Lucombo José
6- Fumuzingui Leon
7- Mussacola André
8- Moahmede
9- Salime

4-linha doutrinal: sunatou wal Djamah,
Alcorão e os ditos do profeta Moahmede (S.W.A.)

Lubango, ao 15 de Dezembro de 2007

O pastor
Feliciano Mayala

o Representante
Sedembo Kobo Mimi

7: Pedido de apoio externo

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ

DELEGACÃO PROVINCIAL DO CISLANG
COMUNIDADE ISLÂMICA DE ANGOLA DO LUBANGO
GABINETE DO IMAME DO CISLANG

C/CONHECIMENTO
DIRECÇÃO PROV.P/RA ASSUNTOS REL.

A)
Emissoria Provincial
da Huíla
LUBANGO

DECLARAÇÃO OFICIAL SOBRE A IDA DOS CANDIDATOS NO EXTERIOR DO PAÍS

O Delegado Provincial do CISLANG, Vem por intermédio desta, a Realização duma Conferência de Imprensa no Orgão de Informação desta Estação Emissora, fazer uma breve Explicação Clara, a Cerca da Deslocação dos Candidatos Inscritos a Bolsa de Estudo, e felicitar as Comunidades internacional do Mundo Árabe, por Caião da passagem do primeiro Aniversário da Fundação da Comunidade Islâmica de Angola do Lubango no dia 26.05.92.

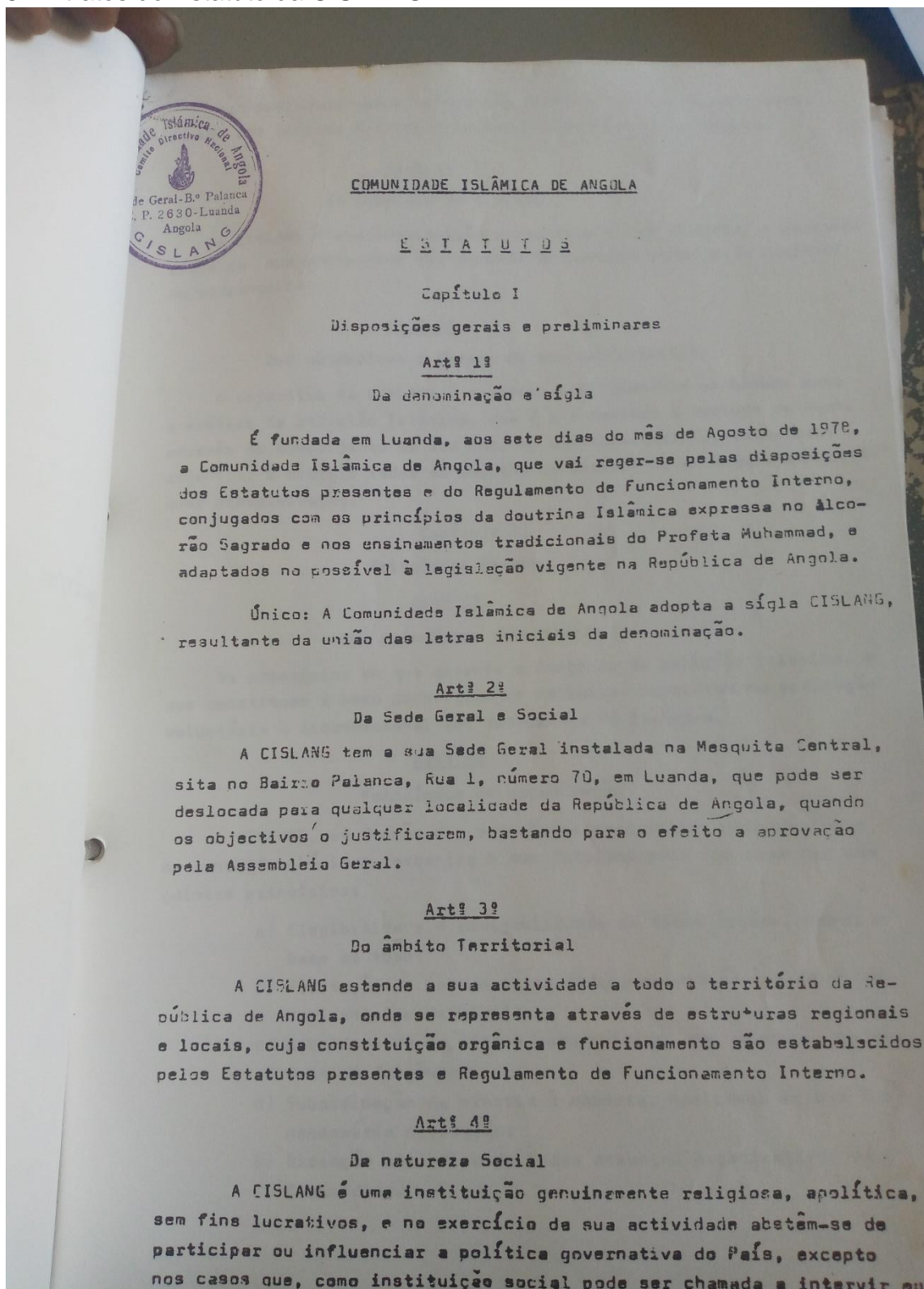
de facto, éis o teor das Declaração:-

- 1.-Chegada do Sr:Representante de África Muslim Agency de Luanda anossa Prov. da Huíla, no fim de mês de Junho deste Ano, cujo a data não podemos precisar.
- 2.-durante a sua estadia a Huíla, está previsto um encontro Com oSr:Governador Provincial da Huíla, e Com as Autoridades locais do Governo, encontro com todos Muçulmanos, candidatos em local a indicar posteriormente no Programa deActividade de Visitas.
- 3.-Visitas algumas instituição, Hospital, Mosk, entregue dos Documentos a CISLANG.
- 4.-solicitação de uma ajuda financeira aos países abaixo Descriminada:- República da Líbia, Egipto, Arábia Saudita, Irão, Kuéte, Senegal, Argeria, Tunisia, República Árbe Saaray Democrática.

FEITO NO GABINETE DA DELEGACÃO PROVINCIAL DO CISLANG EM
LUBANGO.

O DELEGADO PROV: CISLANG
إسماعيل محمد
ISMARL ABDUL MUHAMMAD
// IMAME //

8: Extratos do Estatuto da CISLANG



pronunciar-se sobre diferentes aspectos da vida da sociedade, dentro dos limites fixados pela legislação em vigor em Angola.

Artº 5º

Do carácter da CISLANG

A CISLANG é uma instituição permanente e independente, e no exercício da sua actividade não depende de nenhuma instituição nacional ou estrangeira.

Artº 6º

Des objectivos e formas de sua concretização

O objectivo da CISLANG é convocar pacificamente os homens para a prática da religião Islâmica, que é a submissão à vontade de Deus, através do cumprimento da Sua Lei, e, conseqüentemente, enquadrar, organizar e dirigir todos os muçulmanos residentes em Angola sem qualquer discriminação.

Capítulo II

Princípios Gerais

Artº 7º

Des princípios doutrinais

Os princípios em que assenta a doutrina da religião Islâmica, e que constituem a base ideológica da religião, consistem na aceitação voluntária e incondicional dos artigos da fé Islâmica.

Artº 8º

Princípios de organização

A CISLANG, em função dos princípios doutrinais, secundários e os conceitos básicos, organiza o seu funcionamento com base nos seguintes princípios:

- a) Elegibilidade e revogabilidade de todos órgãos, desde a base ao topo;
- b) Prestação de contas pelos titulares dos órgãos de forma horizontal e vertical;
- c) Liberdade de crítica e auto crítica, sem alegação de níveis ou funções;
- d) Subordinação da minoria à maioria, nos casos em que for necessária a votação;
- e) Direcção colectiva de todos assuntos organizativos da Comunidade.

B. Anexos de imagens

1: Mesquita Alfatha do Lubango: vista frontal.



2: Modelos de empreendimentos: 3 minimercados ligado à uma padaria e uma loja de pneus e baterias (bairro Nambambi).



Imagens: Justino Sebastião